MUNICÍPIO DE PLANALTO
CNPJ: 76.460.526/0001-16
Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101
E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br
Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

Planalto – PR, 10 de setembro de 2026.

FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE DEMANDA

Secretaria/Setor: Secretaria Municipal de Administração e Gabinete.

Responsável pela Solicitação: Marcelo Felipe Schmitt e Amauri Machado de Mello.

Email: planalto@planalto.pr.gov.br.

☐ CONVITE ☐ PREGÃO ☐ TP
LICITAÇÃO N.º: ____ / ____
SOLICITAÇÃO: 96 / 2026
PROCESSO(S): 191 / 2026
192 / 2026

JUSTIFICATIVA DA DEMANDA:

A presente contratação tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de profissionais a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para atender as necessidades do município de Planalto-PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e os benefícios, encargos e demais obrigações previstas na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT nº PR000063/2026.

O Município de Planalto-PR possui necessidade contínua de contar com profissionais destinados à execução de serviços de apoio operacional, limpeza, conservação, manutenção de áreas e demais atividades compatíveis com as funções de Auxiliar de Serviços Gerais e Operador de Máquinas Costais, necessários ao atendimento das demandas rotineiras da Administração Municipal.

A necessidade não possui caráter meramente eventual ou pontual, uma vez que os serviços são relacionados à manutenção da estrutura física e dos espaços públicos municipais, conservação de áreas, execução de atividades operacionais e apoio às diversas Secretarias Municipais.

Atualmente, essa necessidade vem sendo atendida, de forma excepcional e temporária, por meio da Dispensa Emergencial nº 019/2026, que resultou na celebração do Contrato Administrativo nº 173/2026, tendo como objeto a prestação contínua de profissionais com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para atender às necessidades do Município.

O contrato emergencial possui natureza temporária, com vigência estabelecida em 03 (três) meses, circunstância que evidencia a necessidade de adoção de providências administrativas destinadas ao planejamento de uma contratação regular e continuada para atendimento da necessidade que permanece existente.

Assim, a presente contratação não deve ser compreendida como criação de uma necessidade inteiramente nova, mas como planejamento de solução regular e continuada para uma necessidade administrativa que já se encontra materialmente presente e que, em caráter excepcional, vem sendo atendida por contratação emergencial.

A utilização da contratação emergencial solucionou temporariamente a necessidade imediata da Administração, porém não afasta o dever de planejamento para o atendimento futuro e

006091

continuado das demandas municipais.

Nesse sentido, a presente contratação busca substituir a solução excepcional e temporária por uma solução planejada, regular e compatível com a continuidade dos serviços públicos, evitando a interrupção das atividades operacionais e reduzindo a dependência de sucessivas contratações emergenciais.

Importante destacar que a futura contratação não constitui mera reprodução do contrato emergencial atualmente vigente. O dimensionamento apresentado nesta Solicitação de Demanda decorre do planejamento da necessidade para o período regular de contratação, considerando as demandas identificadas pela Administração e os elementos constantes da pesquisa preliminar realizada.

A Secretaria Municipal de Administração realizou um levantamento para estimar o valor a ser gasto na referida contratação, sendo este apresentado abaixo na tabela de valor.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de profissionais a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para atender as necessidades do município de Planalto-PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e os benefícios, encargos e demais obrigações previstas na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT nº PR000063/2026. Segue as especificações e quantidades estabelecidas abaixo:

LOTE 001							
ITEM	**OBJETO**	**PROFIS-SIONAIS**	**QTD**	**UNID**	**TOTAL**	**VALOR UNIT.**	**VALOR TOTAL**
01	Contratação de empresa para execução dos serviços de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS,** incluindo mão-de-obra, encargos e tributos pertinentes. Carga horária: 44 (quarenta e quatro) horas semanais. Quantidade máxima de 04 profissionais, com estimativa para 12 (doze) meses. **Valor unitário de referência deverá ser mensal.**	04	12	MÊS	48	R$5.500,00	R$264.000,00
02	Contratação de empresa para execução dos serviços de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS,** incluindo mão-de-obra, encargos e tributos pertinentes. Carga horária: 08 (oito) horas por dia. Quantidade máxima de 05 profissionais simultâneos. **Valor unitário de referência deverá ser por profissional**	DIÁRIA			150	R$200,00	R$30.000,00

000002

	diário.						
03	Contratação de empresa para execução dos serviços de **OPERADOR DE MAQUINAS COSTAL,** incluindo mão-de-obra, encargos e tributos pertinentes. Carga horária: 44 (quarenta e quatro) horas semanais. Quantidade máxima de 04 profissionais, com estimativa para 12 (doze) meses. **Valor unitário de referência deverá ser mensal.**	04	12	MÊS	48	R$6.500,00	R$312.000,00

OBRIGAÇÕES DA EMPRESA:

a) Preencher o modelo de planilha de custos disponibilizado em anexo, contemplando integralmente todas as obrigações, contribuições, benefícios e encargos trabalhistas obrigatórios previstos na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT nº PR000063/2026, em anexo a este arquivo da proposta de preços;

b) Fornecimento, transporte e armazenamento dos equipamentos, ferramentas e dos funcionários para execução dos serviços;

c) Fornecimento dos seguintes equipamentos: 01 veículo para transporte dos funcionários, 04 roçadeiras, 01 motosserra porte médio, 01 moto-poda porte médio, 01 soprador porte médio, serrotes ou tesouras de poda, machado, facão, ferramentas de jardinagens, vassouras de jardim, rastelo, etc.

d) Todos os equipamentos acima descritos deverão estar em bom estado de conservação, em perfeitas condições de funcionamento e aptos à adequada execução dos serviços. A CONTRATADA deverá manter os equipamentos disponíveis para utilização sempre que solicitados pela CONTRATANTE, devendo disponibilizá-los no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir da solicitação formal dos equipamentos necessários à execução do respectivo serviço;

e) A CONTRATADA será integralmente responsável pelo abastecimento dos veículos e equipamentos acima descritos, incluindo o fornecimento de diesel ou gasolina, combustível adequado ao tipo de veículo ou equipamento utilizado, bem como pela realização de todas as manutenções preventivas e corretivas necessárias, de modo a garantir suas perfeitas condições de funcionamento e a continuidade da execução dos serviços;

f) A jornada de trabalho será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, cuja distribuição poderá ocorrer de forma flexível, de acordo com a jornada estabelecida pela CONTRATANTE e conforme a necessidade e a demanda dos serviços a serem executados, observados os limites legais aplicáveis.

g) Em razão da natureza dos serviços e da necessidade de atendimento às demandas da CONTRATANTE, a jornada poderá ser ajustada e distribuída de maneira diversa ao longo da semana, podendo, quando necessário, ser programada a realização de atividades aos sábados no período da manhã ou após o horário habitual de trabalho, desde que respeitada a

carga horária semanal contratada e a legislação trabalhista aplicável.

h) As horas eventualmente realizadas além da jornada diária ordinária serão devidamente registradas e poderão ser objeto de compensação mediante banco de horas, conforme programação e necessidade da CONTRATANTE, de modo a assegurar o cumprimento da carga horária semanal de 44 (quarenta e quatro) horas, observados os limites legais e as disposições trabalhistas aplicáveis.

i) A definição dos horários e da distribuição da jornada será realizada pela CONTRATANTE, considerando a demanda dos serviços, a necessidade de atendimento e o adequado cumprimento das atividades, devendo a CONTRATADA assegurar a disponibilidade dos profissionais necessários para o atendimento da jornada estabelecida.

j) A CONTRATADA deverá fornecer um preposto, uma pessoa responsável que reside no município de Planalto-PR, comprovando através de um comprovante de residência em nome da pessoa e que comprove o vínculo desta pessoa com a CONTRATADA.

TOTAL: R$ 606.000,00

Amauri Machado De Mello
Chefe de Gabinete

Marcelo Felipe Schmitt
Secretário Municipal de Administração

Autorizo a abertura do processo:

Luiz Carlos Boni
Prefeito Municipal de Planalto-PR

066064

MUNICÍPIO DE PLANALTO
CNPJ: 76.460.526/0001-16
Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101
E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br
Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR 084/2026

1. INTRODUÇÃO:

1.1. Este documento apresenta Estudo Técnico Preliminar, que constitui a primeira etapa do planejamento de uma contratação e serve essencialmente para assegurar a viabilidade técnica da contratação e embasar o termo de referência, conforme definido na Lei 14.133/21, art. 6°, inciso XX.

1.2. Considera-se boa prática a utilização deste documento para garantir os princípios da contratação pública, em especial do planejamento, da eficiência, do interesse público, da eficácia, entre outros.

2. OBJETO:

2.1. REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de profissionais a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para atender as necessidades do município de Planalto-PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e os benefícios, encargos e demais obrigações previstas na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT nº PR000063/2026, conforme necessidade, observadas as características e demais condições definidas no edital e seus anexos.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

3.1. A presente contratação tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de profissionais a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para atender as necessidades do município de Planalto-PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e os benefícios, encargos e demais obrigações previstas na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT nº PR000063/2026.

3.2. O Município de Planalto-PR possui necessidade contínua de contar com profissionais destinados à execução de serviços de apoio operacional, limpeza, conservação, manutenção de áreas e demais atividades compatíveis com as funções de Auxiliar de Serviços Gerais e Operador de Máquinas Costais, necessários ao atendimento das demandas rotineiras da Administração Municipal.

3.3. A necessidade não possui caráter meramente eventual ou pontual, uma vez que os serviços são relacionados à manutenção da estrutura física e dos espaços públicos municipais, conservação de áreas, execução de atividades operacionais e apoio às diversas Secretarias Municipais.

3.4. Atualmente, essa necessidade vem sendo atendida, de forma excepcional e temporária, por meio da Dispensa Emergencial nº 019/2026, que resultou na celebração do Contrato Administrativo nº 173/2026, tendo como objeto a prestação contínua de profissionais com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para atender às necessidades do Município.

3.5. O contrato emergencial possui natureza temporária, com vigência estabelecida em 03 (três) meses, circunstância que evidencia a necessidade de adoção de providências administrativas destinadas ao planejamento de uma contratação regular e continuada para atendimento da necessidade que permanece existente.

006005

3.6. Assim, a presente contratação não deve ser compreendida como criação de uma necessidade inteiramente nova, mas como planejamento de solução regular e continuada para uma necessidade administrativa que já se encontra materialmente presente e que, em caráter excepcional, vem sendo atendida por contratação emergencial.
3.7. A utilização da contratação emergencial solucionou temporariamente a necessidade imediata da Administração, porém não afasta o dever de planejamento para o atendimento futuro e continuado das demandas municipais.
3.8. Nesse sentido, a presente contratação busca substituir a solução excepcional e temporária por uma solução planejada, regular e compatível com a continuidade dos serviços públicos, evitando a interrupção das atividades operacionais e reduzindo a dependência de sucessivas contratações emergenciais.
3.9. Importante destacar que a futura contratação não constitui mera reprodução do contrato emergencial atualmente vigente. O dimensionamento apresentado neste Estudo Técnico Preliminar decorre do planejamento da necessidade para o período regular de contratação, considerando as demandas identificadas pela Administração e os elementos constantes da pesquisa preliminar realizada.

4. CONTEXTO DA CONTRATAÇÃO ANTERIOR EMERGENCIAL E JUSTIFICATIVA DO NOVO DIMENSIONAMENTO

4.1. O Contrato Administrativo nº 173/2026, decorrente da Dispensa Emergencial nº 019/2026, foi estruturado para atender temporariamente às necessidades municipais relacionadas aos serviços de apoio operacional.
4.2. Na contratação emergencial foram contemplados:
4.2.1. Auxiliar de Serviços Gerais: 03 profissionais, jornada de 40 horas semanais, pelo período estimado de 03 meses;
4.2.2. Operador de Máquinas Costais: 04 profissionais, jornada de 40 horas semanais, pelo período estimado de 03 meses.
4.2.3. O valor total da contratação emergencial foi de R$ 118.821,45, correspondente ao período de 03 meses.
4.2.4. A solução emergencial também contemplou obrigações relacionadas ao fornecimento de veículo, equipamentos, ferramentas, combustível, manutenção e transporte dos profissionais e equipamentos.
4.2.5. Também foram estabelecidas obrigações relacionadas a uniformes, equipamentos de proteção, disponibilização dos equipamentos necessários e indicação de preposto/encarregado local.
4.2.6. A experiência decorrente da contratação emergencial demonstra, portanto, que a Administração necessita de estrutura contratual capaz de disponibilizar mão de obra de forma contínua, juntamente com os meios materiais indispensáveis à execução das atividades.
4.2.7. A futura contratação deverá considerar essa experiência, mas realizar novo dimensionamento, de modo a adequar a solução às necessidades previstas para o período regular de contratação.
4.3. As secretarias municipais estabelecem, para a futura contratação, os seguintes quantitativos:
4.3.1. Item 01 – Auxiliar de Serviços Gerais;
4.3.1.1. Quantidade máxima de 04 profissionais;
4.3.1.2. Jornada de 44 horas semanais;
4.3.1.3. Estimativa de 12 meses;

4.3.1.4. Unidade de referência mensal;
4.3.1.5. Quantitativo total estimado de 48 profissionais/mês.
4.3.2. Item 02 – Auxiliar de Serviços Gerais – Diárias
4.3.2.1. Quantidade máxima de 05 profissionais simultaneamente;
4.3.2.2. Jornada de 08 horas por dia;
4.3.2.3. Quantitativo estimado de 150 diárias;
4.3.2.4. Unidade de referência por profissional/dia.
4.3.3. Item 03 – Operador de Máquinas Costais
4.3.3.1. Quantidade máxima de 04 profissionais;
4.3.3.2. Jornada de 44 horas semanais;
4.3.3.3. Estimativa de 12 meses;
4.3.3.4. Unidade de referência mensal;
4.3.3.5. Quantitativo total estimado de 48 profissionais/mês.
4.4. O novo dimensionamento apresenta diferenças em relação ao contrato emergencial, especialmente quanto ao número de Auxiliares de Serviços Gerais, à jornada semanal e à previsão de atendimento por diárias.
4.5. A contratação emergencial foi estruturada para atendimento temporário e imediato, com vigência de apenas 03 meses. A presente contratação, por sua vez, está sendo planejada para atender a necessidade durante período regular de execução, estimado em 12 meses.
4.6. Assim, a alteração do quantitativo de Auxiliares de Serviços Gerais de 03 para até 04 profissionais não representa mera reprodução ou prorrogação do contrato emergencial, mas decorre do redimensionamento da necessidade para a contratação regular, considerando as demandas operacionais previstas pela Administração.
4.7. Quanto à jornada, a nova contratação considera 44 horas semanais, conforme estabelecido na Solicitação de Demanda e na referência da CCT nº PR000063/2026.
4.8. A previsão de 150 diárias de Auxiliar de Serviços Gerais constitui mecanismo adicional para atendimento de demandas pontuais ou concentradas que não justifiquem a disponibilização permanente de profissionais adicionais.
4.9. A indicação de até 05 profissionais simultaneamente estabelece apenas o limite máximo de profissionais que poderão ser solicitados em uma mesma ocasião, não significando a contratação permanente de cinco profissionais durante todo o período contratual.
4.10. Quanto ao Operador de Máquinas Costais, mantém-se o quantitativo máximo de 04 profissionais já utilizado na contratação emergencial, passando-se, contudo, para a jornada de 44 horas semanais no planejamento da contratação regular.
4.11. Os quantitativos possuem caráter estimativo e deverão ser utilizados de acordo com as necessidades efetivamente verificadas pela Administração, observadas as condições estabelecidas no Termo de Referência e no instrumento contratual.

5. ÁREA REQUISITANTE:

5.1. Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria Municipal de Serviços Rodoviários.

6. ESTIMATIVA DE DEMANDA:

6.1. Conforme já demonstrado anteriormente, é necessária a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de profissionais, sob regime de dedicação exclusiva de mão de obra, visando assegurar a continuidade das atividades de

apoio operacional, limpeza, conservação, manutenção de áreas e demais atividades relacionadas às funções previstas neste Estudo Técnico Preliminar.

6.2. A quantidade requisitada se justifica pelo atendimento a todas as secretarias da administração municipal, bem como através de análise de consumo realizado nos últimos 12 meses;

6.3. A prestação dos serviços será solicitada de forma parcelada, mediante demanda das Secretarias Municipais, de acordo com as necessidades efetivamente verificadas pela Administração e observados os quantitativos máximos registrados.

6.4. Assim, as demandas autorizadas são as seguintes:

LOTE 001						
ITEM	**OBJETO**	**PROFIS-SIONAIS**	**QTD**	**UNID**	**CATSER**	**TOTAL**
01	Contratação de empresa para execução dos serviços de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS,** incluindo mão-de-obra, encargos e tributos pertinentes. Carga horária: 44 (quarenta e quatro) horas semanais. Quantidade máxima de 04 profissionais, com estimativa para 12 (doze) meses. **Valor unitário de referência deverá ser mensal.**	04	12	MÊS	25631	48
02	Contratação de empresa para execução dos serviços de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS,** incluindo mão-de-obra, encargos e tributos pertinentes. Carga horária: 08 (oito) horas por dia. Quantidade máxima de 05 profissionais simultâneos. **Valor unitário de referência deverá ser por profissional diário.**	DIÁRIA			21849	150
03	Contratação de empresa para execução dos serviços de **OPERADOR DE MAQUINAS COSTAL,** incluindo mão-de-obra, encargos e tributos pertinentes. Carga horária: 44 (quarenta e quatro) horas semanais. Quantidade máxima de 04 profissionais, com estimativa para 12 (doze) meses. **Valor unitário de referência deverá ser mensal.**	04	12	MÊS	25631	48

OBRIGAÇÕES DA EMPRESA:

a) Preencher o modelo de planilha de custos disponibilizado em anexo, contemplando integralmente todas as obrigações, contribuições, benefícios e encargos trabalhistas

006008

obrigatórios previstos na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT nº PR000063/2026, em anexo a este arquivo da proposta de preços;

b) Fornecimento, transporte e armazenamento dos equipamentos, ferramentas e dos funcionários para execução dos serviços;

c) Fornecimento dos seguintes equipamentos: 01 veículo para transporte dos funcionários, 04 roçadeiras, 01 motosserra porte médio, 01 moto-poda porte médio, 01 soprador porte médio, serrotes ou tesouras de poda, machado, facão, ferramentas de jardinagens, vassouras de jardim, rastelo, etc.

d) Todos os equipamentos acima descritos deverão estar em bom estado de conservação, em perfeitas condições de funcionamento e aptos à adequada execução dos serviços. A CONTRATADA deverá manter os equipamentos disponíveis para utilização sempre que solicitados pela CONTRATANTE, devendo disponibilizá-los no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir da solicitação formal dos equipamentos necessários à execução do respectivo serviço;

e) A CONTRATADA será integralmente responsável pelo abastecimento dos veículos e equipamentos acima descritos, incluindo o fornecimento de diesel ou gasolina, combustível adequado ao tipo de veículo ou equipamento utilizado, bem como pela realização de todas as manutenções preventivas e corretivas necessárias, de modo a garantir suas perfeitas condições de funcionamento e a continuidade da execução dos serviços;

f) A jornada de trabalho será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, cuja distribuição poderá ocorrer de forma flexível, de acordo com a jornada estabelecida pela CONTRATANTE e conforme a necessidade e a demanda dos serviços a serem executados, observados os limites legais aplicáveis.

g) Em razão da natureza dos serviços e da necessidade de atendimento às demandas da CONTRATANTE, a jornada poderá ser ajustada e distribuída de maneira diversa ao longo da semana, podendo, quando necessário, ser programada a realização de atividades aos sábados no período da manhã ou após o horário habitual de trabalho, desde que respeitada a carga horária semanal contratada e a legislação trabalhista aplicável.

h) As horas eventualmente realizadas além da jornada diária ordinária serão devidamente registradas e poderão ser objeto de compensação mediante banco de horas, conforme programação e necessidade da CONTRATANTE, de modo a assegurar o cumprimento da carga horária semanal de 44 (quarenta e quatro) horas, observados os limites legais e as disposições trabalhistas aplicáveis.

i) A definição dos horários e da distribuição da jornada será realizada pela CONTRATANTE, considerando a demanda dos serviços, a necessidade de atendimento e o adequado cumprimento das atividades, devendo a CONTRATADA assegurar a disponibilidade dos profissionais necessários para o atendimento da jornada estabelecida.

j) A CONTRATADA deverá fornecer um preposto, uma pessoa responsável que reside no município de Planalto-PR, comprovando através de um comprovante de residência em nome da pessoa e que comprove o vínculo desta pessoa com a CONTRATADA.

006009

7. MODALIDADE:

7.1. Conforme Art. 28. Da Lei 14.133/21 são modalidades de licitação:

I - Pregão;

7.2. Na mesma Lei, art. 6°, inciso XLI o pregão é a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

7.3. Para esta contratação será utilizado a modalidade de licitação PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, critério de julgamento será o de MENOR PREÇO POR LOTE, com o modo de disputa ABERTO tendo como intervalo mínimo de R$ 0,01 (um centavo de real), conforme já definido no Estudo Técnico Preliminar.

7.4. O critério de julgamento adotado para a presente contratação será o de MENOR PREÇO POR LOTE, considerando que o objeto constitui uma solução integrada, composta não apenas pela disponibilização da mão de obra, mas também pelo fornecimento de toda a estrutura operacional necessária à execução dos serviços.

7.5. O lote foi estruturado de forma a reunir serviços e obrigações diretamente interdependentes, compreendendo o fornecimento dos profissionais, veículo para transporte dos funcionários, equipamentos, ferramentas, combustíveis, manutenção dos equipamentos e do veículo, transporte dos trabalhadores, gerenciamento operacional dos serviços e disponibilização de preposto residente no Município de Planalto-PR, permitindo que uma única empresa seja responsável pela execução integral do objeto.

7.6. A eventual divisão do objeto por itens poderia ocasionar relevantes prejuízos à Administração, dentre os quais destacam-se:

7.6.1. Dificuldade na definição das responsabilidades entre diferentes empresas quanto à execução dos serviços e fornecimento da estrutura operacional;

7.6.2. Comprometimento da continuidade dos serviços em razão da dependência entre a mão de obra e os equipamentos necessários à sua execução;

7.6.3. Aumento dos custos administrativos relacionados à gestão e fiscalização de múltiplos contratos;

7.6.4. Possibilidade de incompatibilidade operacional entre empresas distintas responsáveis pela execução de atividades complementares;

7.6.5. Maior risco de atrasos na execução dos serviços decorrentes da necessidade de coordenação entre diversos fornecedores;

7.6.6. Dificuldade na responsabilização por eventuais falhas relacionadas ao transporte dos funcionários, manutenção dos equipamentos, abastecimento e demais obrigações acessórias.

7.7. A adoção do julgamento pelo MENOR PREÇO POR LOTE assegura que toda a execução contratual permaneça sob responsabilidade de uma única empresa, proporcionando maior eficiência administrativa, padronização dos serviços, melhor gerenciamento contratual, simplificação da fiscalização, redução dos riscos operacionais e maior segurança quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e operacionais.

7.8. A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada à presente contratação em razão da necessidade de atendimento parcelado e conforme a demanda efetivamente verificada pelas Secretarias Municipais, especialmente quanto aos serviços de Auxiliar de Serviços Gerais e Operador de Máquinas Costais.

7.9. O registro dos quantitativos máximos e respectivos valores permite à Administração realizar as solicitações conforme a necessidade, sem obrigatoriedade de contratação integral dos quantitativos estimados, conferindo maior flexibilidade ao planejamento e

006010

evitando a contratação antecipada de mão de obra além da efetivamente necessária.
7.10. A solução é compatível com a natureza dos serviços, considerando que as demandas operacionais podem ocorrer de forma variável ao longo da vigência da Ata, inclusive mediante utilização de profissionais em regime mensal e de diárias para atendimento de necessidades específicas. Assim, o Sistema de Registro de Preços proporciona maior eficiência, planejamento e adequação entre a demanda efetiva e a utilização dos serviços, mantendo previamente estabelecidas as condições para eventual contratação durante a vigência da Ata de Registro de Preços/Contrato, observadas as condições estabelecidas no edital, na Ata/Contrato e nos instrumentos decorrentes.

8. CARACTERÍSTICAS E CONDIÇÕES DO LOCAL E DA EXECUÇÃO:

8.1. O prazo de início de execução dos objetos é de até 05 (cinco) dias úteis, após o recebimento da solicitação de contratação emitida pela secretaria municipal requisitante;
8.2. O requerimento formal mencionado no subitem anterior deverá conter as seguintes informações:

a) Identificação da Secretaria municipal solicitante;
b) Identificação dos objetos a serem executados;
c) Quantidade dos objetos;
d) Local e prazo de execução dos objetos;
e) Assinatura do Secretário(a) municipal responsável;

8.3. A CONTRATADA deverá fornecer Uniformes e EPI's em bom estado de conservação, necessários para execução dos serviços;
8.4. A CONTRATADA deverá fornecer os seguintes equipamentos/veículo: 01 veículo para transporte dos funcionários, 04 roçadeiras, 01 motosserra porte médio, 01 moto-poda porte médio, 01 soprador porte médio, serrotes ou tesouras de poda, machado, facão, ferramentas de jardinagens, vassouras de jardim, rastelo, etc.
8.5. Todos os equipamentos/veículo deverão estar em bom estado de conservação e aptos para realização dos serviços, e disponíveis no momento da solicitação da secretaria demandante para execução dos serviços.
8.6. A CONTRATADA deverá manter os equipamentos disponíveis para utilização sempre que solicitados pela CONTRATANTE, devendo disponibilizá-los no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir da solicitação formal dos equipamentos necessários à execução do respectivo serviço;
8.7. A jornada de trabalho será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, cuja distribuição poderá ocorrer de forma flexível, de acordo com a jornada estabelecida pela CONTRATANTE e conforme a necessidade e a demanda dos serviços a serem executados, observados os limites legais aplicáveis.
8.8. Em razão da natureza dos serviços e da necessidade de atendimento às demandas da CONTRATANTE, a jornada poderá ser ajustada e distribuída de maneira diversa ao longo da semana, podendo, quando necessário, ser programada a realização de atividades aos sábados no período da manhã ou após o horário habitual de trabalho, desde que respeitada a carga horária semanal contratada e a legislação trabalhista aplicável.
8.9. As horas eventualmente realizadas além da jornada diária ordinária serão devidamente registradas e poderão ser objeto de compensação mediante banco de horas, conforme programação e necessidade da CONTRATANTE, de modo a assegurar o cumprimento da carga horária semanal de 44 (quarenta e quatro) horas, observados os limites legais e as disposições trabalhistas aplicáveis.

8.10. A definição dos horários e da distribuição da jornada será realizada pela CONTRATANTE, considerando a demanda dos serviços, a necessidade de atendimento e o adequado cumprimento das atividades, devendo a CONTRATADA assegurar a disponibilidade dos profissionais necessários para o atendimento da jornada estabelecida.
8.11. A CONTRATADA será integralmente responsável pelo abastecimento dos veículos e equipamentos acima descritos, incluindo o fornecimento de diesel ou gasolina, combustível adequado ao tipo de veículo ou equipamento utilizado, bem como pela realização de todas as manutenções preventivas e corretivas necessárias, de modo a garantir suas perfeitas condições de funcionamento e a continuidade da execução dos serviços;
8.12. A CONTRATADA deverá fornecer o transporte e armazenamento dos equipamentos, ferramentas, recipientes contendo os combustíveis para os equipamentos, para a execução dos serviços, disponibilizando de veículo próprio;
8.13. A CONTRATADA deverá fornecer o transporte dos profissionais, funcionários, separados dos recipientes contendo os combustíveis para os equipamentos, afim de evitar o risco de periculosidade.
8.14. Para o transporte adequado dos equipamentos e ferramentas para a execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar veículo próprio;
8.15. A CONTRATADA deverá fornecer um preposto/encarregado, posto de trabalho (escritório), para o lote, para atendimento e permanência, quando necessário, dos empregados, com uma pessoa responsável que resida no município de Planalto-PR, comprovando através de um comprovante de residência em nome da pessoa e que comprove o vínculo desta pessoa com a empresa, mediante apresentação de cópia autenticada da anotação da carteira de trabalho ou Ficha de Registro de Empregado quando este não fizer parte do Contrato Social da empresa proponente, ou Contrato de Prestação de Serviços. No caso do componente ser proprietário ou sócio, mediante apresentação de documento que comprove essa condição;
8.15.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar um preposto responsável pelo acompanhamento da execução contratual e pela interlocução com a Administração Municipal. O preposto não poderá integrar o quadro de profissionais alocados para a execução direta dos serviços objeto da contratação, devendo exercer suas atividades de forma distinta, atuando no atendimento das demandas dos profissionais vinculados ao contrato, na coordenação operacional, na resolução de eventuais ocorrências, no atendimento às solicitações da fiscalização, atuando como encarregado e motorista do veículo próprio da empresa.
8.15.2. A atuação do preposto/encarregado será de caráter eventual, podendo ser também o motorista do veículo próprio da empresa, para o transporte dos funcionários, conforme a necessidade da execução contratual, não sendo exigida sua permanência integral no local de prestação dos serviços.
8.16. Responsabilizar-se pelo transporte dos profissionais/funcionários até o local determinado pela secretaria solicitante para dar início a execução dos serviços;
8.17. É facultado à Administração a reformulação dos dias de trabalho, dos horários de entrada e saída, a qualquer tempo, de acordo com as suas necessidades, obedecendo à jornada legal de trabalho para cada profissional, bem como a distribuição das rotinas de trabalho;
8.18. Os serviços de limpeza e conservação deverão ser executados por profissionais qualificados e/ou com experiência;

8.19. A rotina de trabalho dos funcionários poderá sofrer ajustes de acordo com o planejamento de trabalho contemplando limpeza externa, interna e esquadrias, a serem estabelecidas entre a administração e o preposto da CONTRATADA;
8.20. A CONTRATADA deverá, antes do início e durante a execução dos serviços, devidamente identificar, sinalizar e isolar o espaço onde serão realizados os trabalhos, adotando todas as medidas necessárias para garantir a segurança de servidores, usuários, terceiros e demais pessoas que eventualmente circulem pelo local, de modo a prevenir acidentes, danos ou quaisquer outros transtornos decorrentes da execução dos serviços.
8.21. A CONTRATADA deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais.
8.22. A contratação, objeto desta licitação, será vigente por até 12 (doze) meses, tendo início a partir da assinatura da respectiva Ata de Registro de Preços/Contrato, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

9. ESTIMATIVA DE CUSTO TOTAL DA CONTRATAÇÃO:

9.1. A estimativa preliminar apresentada pela Secretaria corresponde ao valor total de **R$ 606.000,00 (seiscentos e seis mil reais)** para o período estimado da contratação.
9.2. O referido valor possui caráter preliminar, destinando-se ao planejamento inicial da contratação e à avaliação da compatibilidade da demanda com os recursos disponíveis.
9.3. O valor estimado definitivo da contratação deverá ser obtido mediante pesquisa de preços realizada na fase própria da instrução processual, considerando as características específicas do objeto, os quantitativos definidos, a CCT nº PR000063/2026, salários, encargos, benefícios, equipamentos, combustível, manutenção, tributos e demais custos necessários à execução.

10. JUSTIFICATIVA TÉCNICA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO:

10.1. A escolha da contratação de empresa especializada justifica-se pela necessidade de assegurar a continuidade dos serviços de apoio operacional, limpeza, conservação, manutenção de áreas e demais atividades relacionadas às funções de Auxiliar de Serviços Gerais e Operador de Máquinas Costais, mediante disponibilização de mão de obra e dos meios materiais necessários à execução do objeto.
10.2. A solução permite ao Município contar com estrutura operacional previamente dimensionada, mantendo sob responsabilidade da CONTRATADA a gestão dos profissionais, encargos trabalhistas e demais obrigações decorrentes da execução dos serviços, bem como o fornecimento dos equipamentos, ferramentas, veículo, combustível e manutenção previstos.
10.3. Dessa forma, considera-se tecnicamente adequada a contratação de empresa especializada para prestação dos serviços contínuos, sob regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme requisitos, quantitativos e condições estabelecidos neste Estudo Técnico Preliminar e detalhados no Termo de Referência.

11. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

11.1. Regime de execução:

11.1.1. Os serviços deverão ser prestados mediante regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com disponibilização dos profissionais necessários à execução das atividades.
11.1.2. A contratada deverá assumir integral responsabilidade pelas obrigações

trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e demais encargos decorrentes da contratação.

11.2. Convenção Coletiva de Trabalho:

11.2.1. A composição dos custos deverá considerar integralmente as obrigações, contribuições, benefícios, encargos trabalhistas e demais condições previstas na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT nº PR000063/2026.

11.2.2. A própria Solicitação de Demanda determina que a planilha de custos deverá contemplar integralmente as obrigações, contribuições, benefícios e encargos trabalhistas previstos na referida CCT.

11.3. Jornada de trabalho:

11.3.1. Para os profissionais contratados em regime mensal, deverá ser considerada jornada de 44 horas semanais, conforme dimensionamento apresentado pela Secretaria.

11.3.2. A distribuição da jornada poderá ocorrer de forma flexível, conforme a necessidade e a programação da Administração, respeitados os limites legais e as disposições trabalhistas aplicáveis.

11.3.3. Quando necessário, poderão ser programadas atividades aos sábados, observada a legislação trabalhista e a carga horária semanal contratada.

11.3.4. Eventuais horas realizadas além da jornada diária ordinária deverão ser registradas e poderão ser compensadas mediante banco de horas, quando admitido pela legislação e pelas disposições convencionais aplicáveis.

11.4. Disponibilização de equipamentos e ferramentas:

11.4.1. A contratada deverá disponibilizar os equipamentos, ferramentas e demais meios necessários à execução dos serviços.

11.4.2. Estabelece a necessidade de fornecimento, entre outros, de:

11.4.2.1. 01 veículo para transporte dos funcionários;

11.4.2.2. 04 roçadeiras;

11.4.2.3. 01 motosserra de porte médio;

11.4.2.4. 01 moto-poda de porte médio;

11.4.2.5. 01 soprador de porte médio;

11.4.2.6. Serrotes ou tesouras de poda;

11.4.2.7. Machado;

11.4.2.8. Facão;

11.4.2.9. Ferramentas de jardinagem;

11.4.2.10. Vassouras de jardim;

11.4.2.11. Rastelo;

11.4.2.12. Demais ferramentas necessárias à execução dos serviços.

11.4.3. Os equipamentos deverão permanecer em bom estado de conservação, em perfeitas condições de funcionamento e aptos à adequada execução dos serviços.

11.5. Disponibilidade dos equipamentos:

11.5.1. Os equipamentos deverão estar disponíveis sempre que solicitados pela Administração.

11.5.2. A contratada deverá disponibilizar os equipamentos necessários no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da solicitação formal da Administração.

11.6. Combustível e manutenção:

11.6.1. A contratada será responsável pelo abastecimento do veículo e dos equipamentos utilizados na execução dos serviços, fornecendo o combustível adequado ao tipo de veículo ou equipamento.

11.6.2. Também será responsável pela realização das manutenções preventivas e

006014

corretivas necessárias, garantindo condições adequadas de funcionamento e continuidade dos serviços.

11.7. Transporte:

11.7.1. A contratada deverá providenciar o transporte dos profissionais, equipamentos e ferramentas necessárias à execução dos serviços.

11.7.2. A CONTRATADA deverá fornecer o transporte dos profissionais, funcionários, separados dos recipientes contendo os combustíveis para os equipamentos, afim de evitar o risco de periculosidade.

11.8. Preposto:

11.8.1. A contratada deverá manter preposto residente no Município de Planalto – PR, mediante comprovação de residência e vínculo com a empresa contratada.

11.8.2. O preposto deverá atuar como representante da empresa perante a Administração, acompanhando a execução dos serviços, recebendo comunicações e providenciando as medidas necessárias ao atendimento das solicitações da fiscalização.

11.9. A empresa deverá fornecer além dos documentos exigidos para a habilitação, conforme a Lei Federal nº 14.133/2021, os seguintes documentos:

11.9.1. Atestado(s) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público e/ou privado, comprovando o desempenho executado e serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, podendo o Município abrir diligência para verificar a veracidade das informações.

11.10. Para assinatura do Instrumento Contratual, Ata de Registro De Preços/Contrato, a CONTRATADA deverá:

11.10.1. Comprovar o vínculo de trabalho do preposto designado para a execução dos serviços, devendo comprovar obrigatoriamente sua vinculação com a empresa, mediante apresentação de cópia autenticada da anotação da carteira de trabalho ou Ficha de Registro de Empregado quando este não fizer parte do Contrato Social da empresa proponente, ou Contrato de Prestação de Serviços. No caso do componente ser proprietário ou sócio, mediante apresentação de documento que comprove essa condição;

11.10.2. Comprovação de residência do preposto, no município de Planalto-PR, comprovando através de um comprovante de residência em nome da pessoa.

11.11. Da exigência de Garantia Contratual:

11.11.1. Considerando a natureza dos serviços objeto da presente contratação, caracterizados como serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, entende-se necessária a exigência de garantia contratual, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, como mecanismo de proteção da Administração Pública quanto ao cumprimento das obrigações assumidas pela futura CONTRATADA.

11.11.2. A contratação envolve a disponibilização contínua de profissionais para atendimento das necessidades das Secretarias Municipais, bem como o cumprimento de obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e demais encargos decorrentes da execução contratual. Dessa forma, eventual inadimplemento da CONTRATADA poderá ocasionar prejuízos à Administração e comprometer a continuidade dos serviços, especialmente diante da natureza essencial e continuada das atividades previstas.

11.11.3. A exigência da garantia contratual busca, portanto, reduzir os riscos decorrentes de eventual descumprimento das obrigações contratuais, proporcionando maior segurança à Administração quanto à execução adequada dos serviços e ao cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA.

11.11.4. O percentual de 5% (cinco por cento) mostra-se adequado e proporcional aos riscos envolvidos na contratação, sem representar ônus excessivo à futura CONTRATADA ou restrição indevida à competitividade do certame, considerando o valor e a natureza dos serviços, o período de execução contratual e a necessidade de assegurar a continuidade das atividades administrativas e operacionais do Município.
11.11.5. A garantia deverá ser prestada nas modalidades admitidas pela legislação aplicável e permanecer vigente durante o período estabelecido no instrumento contratual, observadas as condições previstas no Termo de Referência, Edital e na Ata/Contrato.

12. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:

12.1. Considerando que os serviços objeto da contratação possuem interdependência operacional e que a execução envolve, além da disponibilização da mão de obra, o fornecimento e gerenciamento compartilhado de veículo, equipamentos, ferramentas, combustível, manutenção, transporte e preposto, não se mostra vantajosa a divisão da solução entre diferentes empresas.
12.2. A manutenção dos itens em um único lote permite concentrar em uma única CONTRATADA a responsabilidade pela estrutura operacional necessária à execução dos serviços, facilitando a gestão, a fiscalização, a comunicação e a responsabilização por eventuais falhas, além de reduzir riscos de incompatibilidade e descontinuidade na execução.

13. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS:

13.1. Com a contratação, pretende-se assegurar a continuidade dos serviços de apoio operacional, limpeza, conservação, manutenção de áreas e demais atividades relacionadas às funções previstas no objeto, reduzindo o risco de interrupção decorrente da insuficiência de mão de obra.
13.2. Busca-se também proporcionar maior previsibilidade e organização da execução dos serviços, permitindo à Administração solicitar os profissionais conforme as necessidades efetivamente verificadas, dentro dos quantitativos máximos registrados.
13.3. A solução deverá contribuir para o adequado atendimento das demandas das Secretarias Municipais, com definição clara das responsabilidades da CONTRATADA, fornecimento dos meios necessários à execução e possibilidade de acompanhamento e fiscalização pela Administração.

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES:

14.1. Diante da própria natureza da contratação, é de se registrar que não existe contratações correlatas que possam interferir na execução deste objeto.

15. ALINHAMENTO COM O PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL:

15.1. A Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em seu artigo 12, inciso VII estabelece que cada ente federativo poderá elaborar plano anual de contratação. Dentro deste cenário, considerando que o Município de Planalto passou a instrumentalizar os processos com base na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 no ano de 2024, sendo assim, o Município de Planalto/PR encontra-se atualmente em processo de elaboração do Plano Anual de Contratação (PAC), que, embora não tenha sido concluído até a presente data, direcionará de maneira consistente a futura aquisição para atender plenamente às demandas destacadas anteriormente.

16. IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS:

16.1. A contratação dos serviços ora propostos poderá contribuir positivamente para o meio ambiente, especialmente nas atividades de limpeza urbana e capina, promovendo um ambiente mais limpo, salubre e sustentável. Ademais, a gestão adequada dos resíduos sólidos e da vegetação urbana, realizada por profissionais qualificados, reduz riscos de proliferação de vetores e melhora a qualidade de vida da população. As empresas contratadas deverão observar as normas ambientais vigentes, adotando práticas que minimizem impactos negativos e promovam o desenvolvimento sustentável.

17. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO:

17.1. Para a contratação pretendida não haverá necessidade de providências prévias no âmbito da Administração. Entretanto, o gestor e fiscal do contrato devem ter ciência do que aborda o decreto municipal nº 5.584 de 02 de janeiro de 2024 que regulamenta a gestão do contrato, vide Art. 92, inciso XVIII da Lei N° 14.133/2021.

18. CONCLUSÕES:

18.1. Diante dos elementos levantados, conclui-se pela viabilidade da contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de profissionais com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, destinados ao atendimento das necessidades do Município de Planalto – PR.

18.2. A necessidade administrativa já se encontra demonstrada pela existência do Contrato Administrativo nº 173/2026, decorrente da Dispensa Emergencial nº 019/2026, atualmente utilizado para atendimento temporário dos serviços.

18.3. A presente contratação tem por finalidade proporcionar solução regular e planejada para uma necessidade contínua, evitando a interrupção dos serviços e reduzindo a dependência de contratações emergenciais.

18.4. Dessa forma, considerando a necessidade contínua dos serviços, a experiência decorrente da contratação emergencial, o novo dimensionamento apresentado pela Secretaria e a necessidade de substituição da solução temporária por contratação regular, considera-se tecnicamente viável o prosseguimento da contratação pretendida, condicionada à conclusão da pesquisa de preços, confirmação dos quantitativos, disponibilidade orçamentária e demais providências administrativas necessárias.

18.5. Por todo o exposto neste Estudo Técnico Preliminar, a demanda foi considerada viável, sendo a solução tecnicamente adequada a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de profissionais, sob regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme as condições, quantitativos e requisitos estabelecidos neste documento.

Planalto – PR, 15 de setembro de 2026.

Amauri Machado De Mello
Chefe de Gabinete

Marcelo Felipe Schmitt
Secretário Municipal de Administração

MUNICÍPIO DE PLANALTO
CNPJ: 76.460.526/0001-16
Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101
E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br
Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

TERMO DE REFERÊNCIA

1. ÓRGÃO INTERESSADO:

1.1. Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria Municipal de Serviços Rodoviários.

2. OBJETO:

2.1. REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de profissionais a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para atender as necessidades do município de Planalto-PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e os benefícios, encargos e demais obrigações previstas na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT nº PR000063/2026, conforme necessidade, observadas as características e demais condições definidas no edital e seus anexos. Segue as especificações e quantidades estabelecidas neste Termo.

3. RESPONSÁVEIS PELO TERMO DE REFERÊNCIA:

3.1. Marcelo Felipe Schmitt, Leonir Bianchi e Michel Junior Diesel.

4. JUSTIFICATIVA:

4.1. A presente contratação tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de profissionais a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para atender as necessidades do município de Planalto-PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e os benefícios, encargos e demais obrigações previstas na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT nº PR000063/2026.

4.2. O Município de Planalto-PR possui necessidade contínua de contar com profissionais destinados à execução de serviços de apoio operacional, limpeza, conservação, manutenção de áreas e demais atividades compatíveis com as funções de Auxiliar de Serviços Gerais e Operador de Máquinas Costais, necessários ao atendimento das demandas rotineiras da Administração Municipal.

4.3. A necessidade não possui caráter meramente eventual ou pontual, uma vez que os serviços são relacionados à manutenção da estrutura física e dos espaços públicos municipais, conservação de áreas, execução de atividades operacionais e apoio às diversas Secretarias Municipais.

4.4. Atualmente, essa necessidade vem sendo atendida, de forma excepcional e temporária,

0001018

por meio da Dispensa Emergencial nº 019/2026, que resultou na celebração do Contrato Administrativo nº 173/2026, tendo como objeto a prestação contínua de profissionais com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para atender às necessidades do Município.

4.5. O contrato emergencial possui natureza temporária, com vigência estabelecida em 03 (três) meses, circunstância que evidencia a necessidade de adoção de providências administrativas destinadas ao planejamento de uma contratação regular e continuada para atendimento da necessidade que permanece existente.

4.6. Assim, a presente contratação não deve ser compreendida como criação de uma necessidade inteiramente nova, mas como planejamento de solução regular e continuada para uma necessidade administrativa que já se encontra materialmente presente e que, em caráter excepcional, vem sendo atendida por contratação emergencial.

4.7. A utilização da contratação emergencial solucionou temporariamente a necessidade imediata da Administração, porém não afasta o dever de planejamento para o atendimento futuro e continuado das demandas municipais.

4.8. Nesse sentido, a presente contratação busca substituir a solução excepcional e temporária por uma solução planejada, regular e compatível com a continuidade dos serviços públicos, evitando a interrupção das atividades operacionais e reduzindo a dependência de sucessivas contratações emergenciais.

4.9. Importante destacar que a futura contratação não constitui mera reprodução do contrato emergencial atualmente vigente. O dimensionamento apresentado neste Estudo Técnico Preliminar decorre do planejamento da necessidade para o período regular de contratação, considerando as demandas identificadas pela Administração e os elementos constantes da pesquisa preliminar realizada.

5. VALOR:

5.1. O valor total estimado é de **R$ 597.094,02(Quinhentos e noventa e sete mil, noventa e quatro reais e dois centavos).**

5.2. O valor estimado foi apurado a partir do menor valor de orçamento apresentado, elaborado com base em orçamentos recebidos de empresas especializadas, Banco de Preços e licitações similares de outros órgãos;

5.3. Ressalta-se que foram realizados contatos com diversas empresas com o objetivo de obter orçamentos para subsidiar o presente processo. Contudo, em alguns casos não houve retorno por parte da empresas consultadas, enquanto outra manifestou desinteresse em fornecer a proposta solicitada. Assim, anexa-se a este documento o e-mail que comprova a referida solicitação.

5.4. Vale ressaltar que o orçamento apresentado pela empresa RVA SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 44.212.443/0001-11, foi desconsiderado para fins de formação do valor estimado da contratação, por não apresentar integralmente todas as obrigações,

006019

contribuições, benefícios e encargos trabalhistas obrigatórios previstos na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT nº PR000063/2026.

5.5. Vale ressaltar que o orçamento apresentado pela empresa DELTA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ nº 15.641.016/0001-50, foi desconsiderado para fins de formação do valor estimado da contratação, por não apresentar a planilha de custo, comprovando integralmente todas as obrigações, contribuições, benefícios e encargos trabalhistas obrigatórios previstos na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT nº PR000063/2026.

5.6. Ao ofertar os lances, as empresas deverão estar atentas que o valor unitário deverá ser pelo valor mensal/diário, porém, o valor calculado deverá ser elaborado conforme a planilha de custos, onde estão compreendidos todos os serviços, insumos e tributos referentes a prestação de serviços em questão.

5.7. Para composição dos custos o LICITANTE deverá OBRIGATORIAMENTE preencher a planilha disposta no modelo do ANEXO IV - MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS, da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 25 DE MAIO DE 2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, utilizada analogicamente no âmbito do Município.

5.8. Para preenchimento da planilha, obrigatoriamente a LICITANTE deverá observar:

5.8.1. Identificação dos serviços;

5.8.2. Dados complementares;

5.8.3. Módulo 1 – Composição da remuneração;

5.8.4. Módulo 2 – Encargos e benefícios anuais, mensais e diários;

5.8.5. Módulo 3 – Provisão para rescisão;

5.8.6. Módulo 4 – Insumos diversos – observando a disponibilização dos equipamentos;

5.8.7. Módulo 5 – Custos indiretos, lucro e tributos.

5.9. Responsável pela conferência dos preços: Eduardo Rech Delares.

6. OBJETOS:

LOTE 001								
ITEM	**OBJETO**	**PROFIS-SIONAIS**	**QTD**	**UNID**	**CATSER**	**TOTAL**	**VALOR UNIT.**	**VALOR TOTAL**
01	Contratação de empresa para execução dos serviços de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS,** incluindo mão-de-obra, encargos e tributos pertinentes. Carga horária:	04	12	MÊS	25631	48	R$5.303,81	R$254.582,88

006020

	44 (quarenta e quatro) horas semanais. Quantidade máxima de 04 profissionais, com estimativa para 12 (doze) meses. **Valor unitário de referência deverá ser mensal.**							
02	Contratação de empresa para execução dos serviços de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS,** incluindo mão-de-obra, encargos e tributos pertinentes. Carga horária: 08 (oito) horas por dia. Quantidade máxima de 05 profissionais simultâneos. **Valor unitário de referência deverá ser por profissional diário.**	DIÁRIA			21849	150	R$176,79	R$26.518,50
03	Contratação de empresa para execução dos serviços de **OPERADOR DE MAQUINAS COSTAL,** incluindo mão-de-obra, encargos e tributos pertinentes. Carga horária: 44 (quarenta e quatro) horas semanais. Quantidade máxima de 04 profissionais, com estimativa para 12 (doze) meses. **Valor unitário de referência deverá ser mensal.**	04	12	MÊS	25631	48	R$6.583,18	R$315.992,64

OBRIGAÇÕES DA EMPRESA:

a) Preencher o modelo de planilha de custos disponibilizado em anexo, contemplando integralmente todas as obrigações, contribuições, benefícios e encargos trabalhistas

Boni

006021

obrigatórios previstos na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT nº PR000063/2026, em anexo a este arquivo da proposta de preços;

b) Fornecimento, transporte e armazenamento dos equipamentos, ferramentas e dos funcionários para execução dos serviços;

c) Fornecimento dos seguintes equipamentos: 01 veículo para transporte dos funcionários, 04 roçadeiras, 01 motosserra porte médio, 01 moto-poda porte médio, 01 soprador porte médio, serrotes ou tesouras de poda, machado, facão, ferramentas de jardinagens, vassouras de jardim, rastelo, etc.

d) Todos os equipamentos acima descritos deverão estar em bom estado de conservação, em perfeitas condições de funcionamento e aptos à adequada execução dos serviços. A CONTRATADA deverá manter os equipamentos disponíveis para utilização sempre que solicitados pela CONTRATANTE, devendo disponibilizá-los no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir da solicitação formal dos equipamentos necessários à execução do respectivo serviço;

e) A CONTRATADA será integralmente responsável pelo abastecimento dos veículos e equipamentos acima descritos, incluindo o fornecimento de diesel ou gasolina, combustível adequado ao tipo de veículo ou equipamento utilizado, bem como pela realização de todas as manutenções preventivas e corretivas necessárias, de modo a garantir suas perfeitas condições de funcionamento e a continuidade da execução dos serviços;

f) A jornada de trabalho será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, cuja distribuição poderá ocorrer de forma flexível, de acordo com a jornada estabelecida pela CONTRATANTE e conforme a necessidade e a demanda dos serviços a serem executados, observados os limites legais aplicáveis.

g) Em razão da natureza dos serviços e da necessidade de atendimento às demandas da CONTRATANTE, a jornada poderá ser ajustada e distribuída de maneira diversa ao longo da semana, podendo, quando necessário, ser programada a realização de atividades aos sábados no período da manhã ou após o horário habitual de trabalho, desde que respeitada a carga horária semanal contratada e a legislação trabalhista aplicável.

h) As horas eventualmente realizadas além da jornada diária ordinária serão devidamente registradas e poderão ser objeto de compensação mediante banco de horas, conforme programação e necessidade da CONTRATANTE, de modo a assegurar o cumprimento da carga horária semanal de 44 (quarenta e quatro) horas, observados os limites legais e as disposições trabalhistas aplicáveis.

i) A definição dos horários e da distribuição da jornada será realizada pela CONTRATANTE, considerando a demanda dos serviços, a necessidade de atendimento e o adequado cumprimento das atividades, devendo a CONTRATADA assegurar a disponibilidade dos profissionais necessários para o atendimento da jornada estabelecida.

j) A CONTRATADA deverá fornecer um preposto, uma pessoa responsável que reside no

006022

município de Planalto-PR, comprovando através de um comprovante de residência em nome da pessoa e que comprove o vínculo desta pessoa com a CONTRATADA.
TOTAL: R$597.094,02

OBS: Havendo qualquer discordância entre a descrição do CATSER e a do Edital, prevalecerá a descrição constante no Edital.

7. CARACTERÍSTICAS E CONDIÇÕES DO LOCAL E DA EXECUÇÃO:

7.1. O prazo de início de execução dos objetos é de até 05 (cinco) dias úteis, após o recebimento da solicitação de contratação emitida pela secretaria municipal requisitante;

7.2. O requerimento formal mencionado no subitem anterior deverá conter as seguintes informações:

a) Identificação da Secretaria municipal solicitante;
b) Identificação dos objetos a serem executados;
c) Quantidade dos objetos;
d) Local e prazo de execução dos objetos;
e) Assinatura do Secretário(a) municipal responsável;

7.3. A CONTRATADA deverá fornecer Uniformes e EPI's em bom estado de conservação, necessários para execução dos serviços;

7.4. A CONTRATADA deverá fornecer os seguintes equipamentos/veículo: 01 veículo para transporte dos funcionários, 04 roçadeiras, 01 motosserra porte médio, 01 moto-poda porte médio, 01 soprador porte médio, serrotes ou tesouras de poda, machado, facão, ferramentas de jardinagens, vassouras de jardim, rastelo, etc.

7.5. Todos os equipamentos/veículo deverão estar em bom estado de conservação e aptos para realização dos serviços, e disponíveis no momento da solicitação da secretaria demandante para execução dos serviços.

7.6. A CONTRATADA deverá manter os equipamentos disponíveis para utilização sempre que solicitados pela CONTRATANTE, devendo disponibilizá-los no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir da solicitação formal dos equipamentos necessários à execução do respectivo serviço;

7.7. A jornada de trabalho será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, cuja distribuição poderá ocorrer de forma flexível, de acordo com a jornada estabelecida pela CONTRATANTE e conforme a necessidade e a demanda dos serviços a serem executados, observados os limites legais aplicáveis.

7.8. Em razão da natureza dos serviços e da necessidade de atendimento às demandas da CONTRATANTE, a jornada poderá ser ajustada e distribuída de maneira diversa ao longo da semana, podendo, quando necessário, ser programada a realização de atividades aos sábados no período da manhã ou após o horário habitual de trabalho, desde que respeitada

30 Nº 006023

a carga horária semanal contratada e a legislação trabalhista aplicável.

7.9. As horas eventualmente realizadas além da jornada diária ordinária serão devidamente registradas e poderão ser objeto de compensação mediante banco de horas, conforme programação e necessidade da CONTRATANTE, de modo a assegurar o cumprimento da carga horária semanal de 44 (quarenta e quatro) horas, observados os limites legais e as disposições trabalhistas aplicáveis.

7.10. A definição dos horários e da distribuição da jornada será realizada pela CONTRATANTE, considerando a demanda dos serviços, a necessidade de atendimento e o adequado cumprimento das atividades, devendo a CONTRATADA assegurar a disponibilidade dos profissionais necessários para o atendimento da jornada estabelecida.

7.11. A CONTRATADA será integralmente responsável pelo abastecimento dos veículos e equipamentos acima descritos, incluindo o fornecimento de diesel ou gasolina, combustível adequado ao tipo de veículo ou equipamento utilizado, bem como pela realização de todas as manutenções preventivas e corretivas necessárias, de modo a garantir suas perfeitas condições de funcionamento e a continuidade da execução dos serviços;

7.12. A CONTRATADA deverá fornecer o transporte e armazenamento dos equipamentos, ferramentas, recipientes contendo os combustíveis para os equipamentos, para a execução dos serviços, disponibilizando de veículo próprio;

7.13. A CONTRATADA deverá fornecer o transporte dos profissionais, funcionários, separados dos recipientes contendo os combustíveis para os equipamentos, afim de evitar o risco de periculosidade.

7.14. Para o transporte adequado dos equipamentos e ferramentas para a execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar veículo próprio;

7.15. A CONTRATADA deverá fornecer um preposto/encarregado, posto de trabalho (escritório), para o lote, para atendimento e permanência, quando necessário, dos empregados, com uma pessoa responsável que resida no município de Planalto-PR, comprovando através de um comprovante de residência em nome da pessoa e que comprove o vínculo desta pessoa com a empresa, mediante apresentação de cópia autenticada da anotação da carteira de trabalho ou Ficha de Registro de Empregado quando este não fizer parte do Contrato Social da empresa proponente, ou Contrato de Prestação de Serviços. No caso do componente ser proprietário ou sócio, mediante apresentação de documento que comprove essa condição;

7.15.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar um preposto responsável pelo acompanhamento da execução contratual e pela interlocução com a Administração Municipal. O preposto não poderá integrar o quadro de profissionais alocados para a execução direta dos serviços objeto da contratação, devendo exercer suas atividades de forma distinta, atuando no atendimento das demandas dos profissionais vinculados ao contrato, na coordenação operacional, na resolução de eventuais ocorrências, no

BONI

006024

atendimento às solicitações da fiscalização, atuando como encarregado e motorista do veículo próprio da empresa.

7.15.2. A atuação do preposto/encarregado será de caráter eventual, podendo ser também o motorista do veículo próprio da empresa, para o transporte dos funcionários, conforme a necessidade da execução contratual, não sendo exigida sua permanência integral no local de prestação dos serviços.

7.16. Responsabilizar-se pelo transporte dos profissionais/funcionários até o local determinado pela secretaria solicitante para dar início a execução dos serviços;

7.17. É facultado à Administração a reformulação dos dias de trabalho, dos horários de entrada e saída, a qualquer tempo, de acordo com as suas necessidades, obedecendo à jornada legal de trabalho para cada profissional, bem como a distribuição das rotinas de trabalho;

7.18. Os serviços de limpeza e conservação deverão ser executados por profissionais qualificados e/ou com experiência;

7.19. A rotina de trabalho dos funcionários poderá sofrer ajustes de acordo com o planejamento de trabalho contemplando limpeza externa, interna e esquadrias, a serem estabelecidas entre a administração e o preposto da CONTRATADA;

7.20. A CONTRATADA deverá, antes do início e durante a execução dos serviços, devidamente identificar, sinalizar e isolar o espaço onde serão realizados os trabalhos, adotando todas as medidas necessárias para garantir a segurança de servidores, usuários, terceiros e demais pessoas que eventualmente circulem pelo local, de modo a prevenir acidentes, danos ou quaisquer outros transtornos decorrentes da execução dos serviços.

7.21. A CONTRATADA deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais.

7.22. A contratação, objeto desta licitação, será vigente por até 12 (doze) meses, tendo início a partir da assinatura da respectiva Ata de Registro de Preços/Contrato, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

8.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços por servidor(es) especialmente designado(s), anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

8.3. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

006025

8.4. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital, seus anexos e Contrato.
8.5. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:
8.5.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente ao preposto ou responsável por ela indicado, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário.
8.5.2. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagem.
8.6. Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato;
8.7. Observar e aplicar as legislações indicadas neste Termo de Referência, bem como as regras aqui estabelecidas;
8.8. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após a execução mensal dos objetos e a emissão e apresentação da referida nota fiscal;
8.9. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela empresa fornecedora atinentes ao objeto do edital;
8.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

9.1. Cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, Edital e Ata de Registro de Preços/Contrato, assumindo como exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
9.2. Assumir todas as despesas com transporte até os locais das atividades, bem como despesas com alimentação, uniformes, Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e coletivo, ferramentas, equipamentos, seguros, frete, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais encargos necessários à perfeita execução dos serviços contratados;
9.3. Efetuar a execução dos objetos em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, Edital e Ata de Registro de Preços/Contrato;
9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
9.5. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à contratante (prédios públicos, equipamentos, instalações, falta de pessoal, etc.) por seus funcionários, desde que

006026

comprovada sua responsabilidade;

9.6. Fornecer mão de obra capacitada e habilitada, em número suficiente para suprir às necessidades de atendimento ao objeto, sem qualquer ônus adicional à contratante;

9.7. Ter seus funcionários registrados em carteira de trabalho – CTPS, conforme as regras da CLT;

9.8. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a mesma deve manter rigorosamente em dia todas as obrigações decorrentes da relação de trabalho, com os pagamentos de salários de seus empregados, encargos sociais e previdenciários;

9.9. A CONTRATADA deverá fornecer Uniformes e EPI's em bom estado de conservação, necessários para execução dos serviços;

9.10. A CONTRATADA deverá fornecer os seguintes equipamentos/veículo: 01 veículo para transporte dos funcionários, 04 roçadeiras, 01 motosserra porte médio, 01 moto-poda porte médio, 01 soprador porte médio, serrotes ou tesouras de poda, machado, facão, ferramentas de jardinagens, vassouras de jardim, rastelo, etc.

9.11. Todos os equipamentos/veículo deverão estar em bom estado de conservação e aptos para realização dos serviços, e disponíveis no momento da solicitação da secretaria demandante para execução dos serviços.

9.12. A CONTRATADA deverá manter os equipamentos disponíveis para utilização sempre que solicitados pela CONTRATANTE, devendo disponibilizá-los no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir da solicitação formal dos equipamentos necessários à execução do respectivo serviço;

9.13. A CONTRATADA deverá entregar ao fiscal do contrato, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, fichas individuais de identificação dos empregados que prestarão serviços, contendo fotografia, nome completo, data de nascimento, filiação, número da Cédula de Identidade, CPF e dados bancários.

9.14. A CONTRATADA deverá apresentar os comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale transporte, vale alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado.

9.15. Como condição de pagamento, no primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:

9.15.1. Relação dos empregados, contendo nome completo, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

9.15.2. Comprovação do registro dos empregados admitidos para execução dos serviços e da anotação de suas respectivas Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS's), bem como inscrição no E-SOCIAL;

9.15.3. Exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços.

006027

9.16. A CONTRATADA deverá entregar a documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato na fatura correspondente ao mês:

9.16.1. Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

9.16.2. Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

9.16.3. Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

9.16.4. Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

9.17. A CONTRATADA deverá fornecer 02 (dois) jogos de uniforme completo, sem ônus para seus empregados, a cada período de vigência do contrato e substituí-lo sempre que estes não apresentarem condições de uso.

9.17.1. Os conjuntos completos ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 72 horas, após comunicação escrita do contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;

9.17.2. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

9.17.3. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

9.18. A CONTRATADA responsabiliza-se e assume o compromisso de que todos os prestadores de serviços estarão devidamente uniformizados, com calçado adequado ao cargo, camisas e calças confeccionadas em brim ou tecidos apropriado, em modelos e cores a serem previamente aprovados pela fiscalização da contratante, com identificação da empresa contratada e com identificação de "A serviço do Município de Planalto", bem como utilizando os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), bem como vestimentas adequadas em dias de chuva.

9.19. A CONTRATADA deverá exigir de seus empregados que vierem a prestar serviços, que trabalhem sempre uniformizados, portando crachá de identificação, fixado em local bem visível, apresentando-se sempre limpos, devendo ser substituído aquele(a) que não cumprir essa exigência.

9.20. A CONTRATADA deverá manter a disciplina dos seus empregados nos locais dos serviços.

9.21. A CONTRATADA deverá retirar ou substituir, em até 24 (vinte e quatro) horas após a notificação da CONTRATANTE, qualquer empregado que demonstre conduta nociva ou incompatível com aquela esperada pela CONTRATANTE e/ou incapacidade técnica para executar os serviços, sendo vedado o seu retorno para cobertura de faltas, licenças,

30/1 006028

dispensas, suspensão ou férias de outros empregados, sendo vedado ainda sua remoção para outro posto de trabalho da contratante.

9.22. A CONTRATADA deverá exercer controle sobre assiduidade e pontualidade de seus empregados, responsabilizando-se pela reposição, quando necessário, do empregado impedido por qualquer motivo, de forma a evitar decréscimo no quantitativo de pessoal alocado para execução dos serviços, obrigando-se a dar continuidade aos mesmos, através de esquema de emergência, na ocorrência de greve das categorias profissionais e/ou do transporte coletivo.

9.23. A CONTRATADA deverá apresentar relatório simplificado de carga horária, bem como de eventual realização de horas extraordinárias juntamente com cópia de todos os registros de frequência dos funcionários para comprovação.

9.24. A CONTRATADA deverá emitir e encaminhar ao fiscal do contrato a fatura correspondente aos serviços executados, bem como a documentação complementar exigida para pagamento.

9.25. A CONTRATADA deverá fazer cumprir todas as Normas Regulamentadoras relativas à Segurança e Medicina do Trabalho.

9.26. A CONTRATADA deverá fornecer, treinar e tornar obrigatório o uso de equipamentos de segurança para seus empregados.

9.27. A CONTRATADA arcará com os eventuais custos de manutenção de máquinas, equipamentos ou veículo, cujo dano tenha sido comprovadamente causado por imperícia ou mal-uso por parte do empregado.

9.28. A CONTRATADA deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento de seus empregados acidentados ou com mal súbito.

9.29. A CONTRATADA deverá planejar a execução dos serviços de forma que não comprometam o bom andamento da rotina de funcionamento da CONTRATANTE.

9.30. A CONTRATADA deverá observar a conduta adequada de seus empregados na utilização dos materiais, equipamentos, instalações objetivando a correta execução dos serviços.

9.31. A CONTRATADA deverá responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado, inclusive a terceiros, pela execução inadequada dos serviços.

9.32. A CONTRATADA deverá arcar com os danos causados por seus empregados às dependências, móveis e utensílios da CONTRATANTE.

9.33. A CONTRATADA deverá assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à prestação dos serviços.

9.34. A CONTRATADA deverá responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes dos serviços, tais como: salários, seguros de acidentes, tributos, indenizações, auxílios refeição, auxílios-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo, assumindo a responsabilidade por todos os encargos

006029

previdenciários e obrigações sociais previstos legislação social e trabalhista em vigor, bem como pelos encargos fiscais e comerciais, obrigando-se a saldá-los na época própria.

9.35. A CONTRATADA deverá manter número de funcionários por função de acordo com o previsto no contrato administrativo.

9.36. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA dará ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções, podendo a Contratante fazer a retenção de pagamento se a CONTRATADA incorrer em qualquer inexecução do serviço ou não o tiver prestado a contento.

9.37. A empresa deverá fornecer Uniformes e EPI's em bom estado de conservação, necessários para execução dos serviços;

9.38. Constitui responsabilidade da CONTRATADA o abastecimento (diesel ou gasolina) e as manutenções dos equipamentos acima descritos;

9.39. Para o transporte adequado dos profissionais, equipamentos e ferramentas para a execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar veículo próprio;

9.40. A CONTRATADA será integralmente responsável pelo abastecimento dos veículos e equipamentos acima descritos, incluindo o fornecimento de diesel ou gasolina, combustível adequado ao tipo de veículo ou equipamento utilizado, bem como pela realização de todas as manutenções preventivas e corretivas necessárias, de modo a garantir suas perfeitas condições de funcionamento e a continuidade da execução dos serviços;

9.41. A CONTRATADA deverá fornecer o transporte e armazenamento dos equipamentos, ferramentas, recipientes contendo os combustíveis para os equipamentos, para a execução dos serviços, disponibilizando de veículo próprio;

9.42. A CONTRATADA deverá fornecer o transporte dos profissionais, funcionários, separados dos recipientes contendo os combustíveis para os equipamentos, afim de evitar o risco de periculosidade.

9.43. Para o transporte adequado dos equipamentos e ferramentas para a execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar veículo próprio;

9.44. A CONTRATADA deverá fornecer um preposto/encarregado, posto de trabalho (escritório), para o lote, para atendimento e permanência, quando necessário, dos empregados, com uma pessoa responsável que resida no município de Planalto-PR, comprovando através de um comprovante de residência em nome da pessoa e que comprove o vínculo desta pessoa com a empresa, mediante apresentação de cópia autenticada da anotação da carteira de trabalho ou Ficha de Registro de Empregado quando este não fizer parte do Contrato Social da empresa proponente, ou Contrato de Prestação de Serviços. No caso do componente ser proprietário ou sócio, mediante apresentação de documento que comprove essa condição;

9.45. A CONTRATADA deverá disponibilizar um preposto responsável pelo acompanhamento da execução contratual e pela interlocução com a Administração

30 Fls 000030

Municipal. O preposto não poderá integrar o quadro de profissionais alocados para a execução direta dos serviços objeto da contratação, devendo exercer suas atividades de forma distinta, atuando no atendimento das demandas dos profissionais vinculados ao contrato, na coordenação operacional, na resolução de eventuais ocorrências, no atendimento às solicitações da fiscalização, atuando como encarregado e motorista do veículo próprio da empresa.

9.46. A atuação do preposto/encarregado será de caráter eventual, podendo ser também o motorista do veículo próprio da empresa, para o transporte dos funcionários, conforme a necessidade da execução contratual, não sendo exigida sua permanência integral no local de prestação dos serviços.

9.47. Responsabilizar-se pelo transporte dos profissionais/funcionários até o local determinado pela secretaria solicitante para dar início a execução dos serviços;

9.48. A CONTRATADA deverá, antes do início e durante a execução dos serviços, devidamente identificar, sinalizar e isolar o espaço onde serão realizados os trabalhos, adotando todas as medidas necessárias para garantir a segurança de servidores, usuários, terceiros e demais pessoas que eventualmente circulem pelo local, de modo a prevenir acidentes, danos ou quaisquer outros transtornos decorrentes da execução dos serviços.

9.49. A CONTRATADA deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais.

10. OBRIGAÇÕES DO PREPOSTO:

10.1. A CONTRATADA deverá apresentar preposto, posto de trabalho (escritório), para o lote, aceito pelo Município de Planalto, com uma pessoa responsável que resida no município de Planalto-PR, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente, bem como para manter contato com o Gestor do Contrato, devendo apresentar documento constando: nome, nº do CPF, nº do documento de identidade, endereço eletrônico (e-mail), número de telefone móvel, que deverá ficar disponível durante todo o período da jornada de trabalho, além dos dados relacionados à qualificação profissional do preposto.

10.2. O preposto deverá residir no município de Planalto-PR e comprovar através de um comprovante de residência em nome da pessoa e que comprove o vínculo desta pessoa com a empresa, mediante apresentação de cópia autenticada da anotação da carteira de trabalho ou Ficha de Registro de Empregado quando este não fizer parte do Contrato Social da empresa proponente, ou Contrato de Prestação de Serviços. No caso do componente ser proprietário ou sócio, mediante apresentação de documento que comprove essa condição.

10.3. Na designação do preposto é vedada a indicação dos próprios empregados responsáveis pela prestação dos serviços junto ao Município de Planalto, para o

Boni

000031

desempenho de tal função.

10.4. Em caso de necessidade de substituição de preposto, a CONTRATADA deverá informar a CONTRATANTE previamente.

10.5. A CONTRATADA deverá instruir seu preposto quanto à necessidade de atender prontamente a quaisquer solicitações do Município de Planalto, do Gestor do Contrato ou de seu substituto, acatando imediatamente as determinações, instruções e orientações destes, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, devendo, ainda, tomar todas as providências pertinentes para que sejam corrigidas quaisquer falhas detectadas na execução dos serviços contratados.

10.6. A atuação do preposto/encarregado será de caráter eventual, podendo ser também o motorista do veículo próprio da empresa, para o transporte dos funcionários, conforme a necessidade da execução contratual, não sendo exigida sua permanência integral no local de prestação dos serviços.

10.7. Responsabilizar-se pelo transporte dos profissionais/funcionários até o local determinado pela secretaria solicitante para dar início a execução dos serviços;

10.8. São atribuições do preposto, entre outras:

10.8.1. Comandar, coordenar e controlar a execução dos serviços contratados;

10.8.2. Acompanhar e fiscalizar os trabalhos realizados pelos empregados da Contratada;

10.8.3. Promover o controle da assiduidade e pontualidade dos empregados da Contratada, de acordo com as normas do Município de Planalto-PR;

10.8.4. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações, instruções e orientações emanadas das autoridades do Município de Planalto-PR e do Gestor do Contrato;

10.8.5. Elaborar, acompanhar e controlar escalas de férias, evitando situações de prejuízo aos serviços contratados;

10.8.6. Reportar-se formalmente ao Gestor do Contrato para dirimir quaisquer dúvidas a respeito da execução dos serviços;

10.8.7. Relatar formalmente ao Gestor do Contrato, pronta e imediatamente, toda e qualquer irregularidade observada;

10.8.8. Encaminhar ao Gestor do Contrato todas as Notas Fiscais/Faturas dos serviços prestados, bem como esclarecer quaisquer dúvidas sobre a questão;

10.8.9. Administrar todo e qualquer assunto relativo aos empregados da Contratada, respondendo ao Município de Planalto por todos os atos e fatos gerados ou provocados por eles.

11. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:

11.1. Considerando que os serviços objeto da contratação possuem interdependência operacional e que a execução envolve, além da disponibilização da mão de obra, o fornecimento e gerenciamento compartilhado de veículo, equipamentos, ferramentas,

Zoni

000032

combustível, manutenção, transporte e preposto, não se mostra vantajosa a divisão da solução entre diferentes empresas.

11.2. A manutenção dos itens em um único lote permite concentrar em uma única CONTRATADA a responsabilidade pela estrutura operacional necessária à execução dos serviços, facilitando a gestão, a fiscalização, a comunicação e a responsabilização por eventuais falhas, além de reduzir riscos de incompatibilidade e descontinuidade na execução.

12. MODALIDADE:

12.1. Conforme Art. 28. Da Lei 14.133/21 são modalidades de licitação:

I - Pregão;

12.2. Na mesma Lei, art. 6°, inciso XLI o pregão é a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

12.3. Para esta contratação será utilizado a modalidade de licitação PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, critério de julgamento será o de MENOR PREÇO POR LOTE, com o modo de disputa ABERTO tendo como intervalo mínimo de R$ 0,01 (um centavo de real), conforme já definido no Estudo Técnico Preliminar.

12.4. O critério de julgamento adotado para a presente contratação será o de MENOR PREÇO POR LOTE, considerando que o objeto constitui uma solução integrada, composta não apenas pela disponibilização da mão de obra, mas também pelo fornecimento de toda a estrutura operacional necessária à execução dos serviços.

12.5. O lote foi estruturado de forma a reunir serviços e obrigações diretamente interdependentes, compreendendo o fornecimento dos profissionais, veículo para transporte dos funcionários, equipamentos, ferramentas, combustíveis, manutenção dos equipamentos e do veículo, transporte dos trabalhadores, gerenciamento operacional dos serviços e disponibilização de preposto residente no Município de Planalto-PR, permitindo que uma única empresa seja responsável pela execução integral do objeto.

12.6. A eventual divisão do objeto por itens poderia ocasionar relevantes prejuízos à Administração, dentre os quais destacam-se:

12.6.1. Dificuldade na definição das responsabilidades entre diferentes empresas quanto à execução dos serviços e fornecimento da estrutura operacional;

12.6.2. Comprometimento da continuidade dos serviços em razão da dependência entre a mão de obra e os equipamentos necessários à sua execução;

12.6.3. Aumento dos custos administrativos relacionados à gestão e fiscalização de múltiplos contratos;

12.6.4. Possibilidade de incompatibilidade operacional entre empresas distintas responsáveis pela execução de atividades complementares;

000033

12.6.5. Maior risco de atrasos na execução dos serviços decorrentes da necessidade de coordenação entre diversos fornecedores;

12.6.6. Dificuldade na responsabilização por eventuais falhas relacionadas ao transporte dos funcionários, manutenção dos equipamentos, abastecimento e demais obrigações acessórias.

12.7. A adoção do julgamento pelo MENOR PREÇO POR LOTE assegura que toda a execução contratual permaneça sob responsabilidade de uma única empresa, proporcionando maior eficiência administrativa, padronização dos serviços, melhor gerenciamento contratual, simplificação da fiscalização, redução dos riscos operacionais e maior segurança quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e operacionais.

12.8. A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada à presente contratação em razão da necessidade de atendimento parcelado e conforme a demanda efetivamente verificada pelas Secretarias Municipais, especialmente quanto aos serviços de Auxiliar de Serviços Gerais e Operador de Máquinas Costais.

12.9. O registro dos quantitativos máximos e respectivos valores permite à Administração realizar as solicitações conforme a necessidade, sem obrigatoriedade de contratação integral dos quantitativos estimados, conferindo maior flexibilidade ao planejamento e evitando a contratação antecipada de mão de obra além da efetivamente necessária.

12.10. A solução é compatível com a natureza dos serviços, considerando que as demandas operacionais podem ocorrer de forma variável ao longo da vigência da Ata, inclusive mediante utilização de profissionais em regime mensal e de diárias para atendimento de necessidades específicas. Assim, o Sistema de Registro de Preços proporciona maior eficiência, planejamento e adequação entre a demanda efetiva e a utilização dos serviços, mantendo previamente estabelecidas as condições para eventual contratação durante a vigência da Ata de Registro de Preços/Contrato, observadas as condições estabelecidas no edital, na Ata/Contrato e nos instrumentos decorrentes.

13. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

13.1. Regime de execução:

13.1.1. Os serviços deverão ser prestados mediante regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com disponibilização dos profissionais necessários à execução das atividades.

13.1.2. A contratada deverá assumir integral responsabilidade pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e demais encargos decorrentes da contratação.

13.2. Convenção Coletiva de Trabalho:

13.2.1. A composição dos custos deverá considerar integralmente as obrigações, contribuições, benefícios, encargos trabalhistas e demais condições previstas na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT nº PR000063/2026.

006034

13.2.2. A própria Solicitação de Demanda determina que a planilha de custos deverá contemplar integralmente as obrigações, contribuições, benefícios e encargos trabalhistas previstos na referida CCT.

13.3. Jornada de trabalho:

13.3.1. Para os profissionais contratados em regime mensal, deverá ser considerada jornada de 44 horas semanais, conforme dimensionamento apresentado pela Secretaria.

13.3.2. A distribuição da jornada poderá ocorrer de forma flexível, conforme a necessidade e a programação da Administração, respeitados os limites legais e as disposições trabalhistas aplicáveis.

13.3.3. Quando necessário, poderão ser programadas atividades aos sábados, observada a legislação trabalhista e a carga horária semanal contratada.

13.3.4. Eventuais horas realizadas além da jornada diária ordinária deverão ser registradas e poderão ser compensadas mediante banco de horas, quando admitido pela legislação e pelas disposições convencionais aplicáveis.

13.4. Disponibilização de equipamentos e ferramentas:

13.4.1. A contratada deverá disponibilizar os equipamentos, ferramentas e demais meios necessários à execução dos serviços.

13.4.2. Estabelece a necessidade de fornecimento, entre outros, de:

13.4.2.1. 01 veículo para transporte dos funcionários;

13.4.2.2. 04 roçadeiras;

13.4.2.3. 01 motosserra de porte médio;

13.4.2.4. 01 moto-poda de porte médio;

13.4.2.5. 01 soprador de porte médio;

13.4.2.6. Serrotes ou tesouras de poda;

13.4.2.7. Machado;

13.4.2.8. Facão;

13.4.2.9. Ferramentas de jardinagem;

13.4.2.10. Vassouras de jardim;

13.4.2.11. Rastelo;

13.4.2.12. Demais ferramentas necessárias à execução dos serviços.

13.4.3. Os equipamentos deverão permanecer em bom estado de conservação, em perfeitas condições de funcionamento e aptos à adequada execução dos serviços.

13.5. Disponibilidade dos equipamentos:

13.5.1. Os equipamentos deverão estar disponíveis sempre que solicitados pela Administração.

13.5.2. A contratada deverá disponibilizar os equipamentos necessários no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da solicitação formal da Administração.

13.6. Combustível e manutenção:

Boni

006035

13.6.1. A contratada será responsável pelo abastecimento do veículo e dos equipamentos utilizados na execução dos serviços, fornecendo o combustível adequado ao tipo de veículo ou equipamento.

13.6.2. Também será responsável pela realização das manutenções preventivas e corretivas necessárias, garantindo condições adequadas de funcionamento e continuidade dos serviços.

13.7. Transporte:

13.7.1. A contratada deverá providenciar o transporte dos profissionais, equipamentos e ferramentas necessárias à execução dos serviços.

13.7.2. A CONTRATADA deverá fornecer o transporte dos profissionais, funcionários, separados dos recipientes contendo os combustíveis para os equipamentos, afim de evitar o risco de periculosidade.

13.8. Preposto:

13.8.1. A contratada deverá manter preposto residente no Município de Planalto – PR, mediante comprovação de residência e vínculo com a empresa contratada.

13.8.2. O preposto deverá atuar como representante da empresa perante a Administração, acompanhando a execução dos serviços, recebendo comunicações e providenciando as medidas necessárias ao atendimento das solicitações da fiscalização.

13.9. A empresa deverá fornecer além dos documentos exigidos para a habilitação, conforme a Lei Federal nº 14.133/2021, os seguintes documentos:

13.9.1. Atestado(s) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público e/ou privado, comprovando o desempenho executado e serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, podendo o Município abrir diligência para verificar a veracidade das informações.

13.10. Para assinatura do Instrumento Contratual, Ata de Registro De Preços/Contrato, a CONTRATADA deverá:

13.10.1. Comprovar o vínculo de trabalho do preposto designado para a execução dos serviços, devendo comprovar obrigatoriamente sua vinculação com a empresa, mediante apresentação de cópia autenticada da anotação da carteira de trabalho ou Ficha de Registro de Empregado quando este não fizer parte do Contrato Social da empresa proponente, ou Contrato de Prestação de Serviços. No caso do componente ser proprietário ou sócio, mediante apresentação de documento que comprove essa condição;

13.10.2. Comprovação de residência do preposto, no município de Planalto-PR, comprovando através de um comprovante de residência em nome da pessoa.

13.11. Da exigência de Garantia Contratual:

13.11.1. Considerando a natureza dos serviços objeto da presente contratação, caracterizados como serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, entende-se necessária a exigência de garantia contratual, no percentual de 5% (cinco por

cento) do valor inicial do contrato, como mecanismo de proteção da Administração Pública quanto ao cumprimento das obrigações assumidas pela futura CONTRATADA.

13.11.2. A contratação envolve a disponibilização contínua de profissionais para atendimento das necessidades das Secretarias Municipais, bem como o cumprimento de obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e demais encargos decorrentes da execução contratual. Dessa forma, eventual inadimplemento da CONTRATADA poderá ocasionar prejuízos à Administração e comprometer a continuidade dos serviços, especialmente diante da natureza essencial e continuada das atividades previstas.

13.11.3. A exigência da garantia contratual busca, portanto, reduzir os riscos decorrentes de eventual descumprimento das obrigações contratuais, proporcionando maior segurança à Administração quanto à execução adequada dos serviços e ao cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA.

13.11.4. O percentual de 5% (cinco por cento) mostra-se adequado e proporcional aos riscos envolvidos na contratação, sem representar ônus excessivo à futura CONTRATADA ou restrição indevida à competitividade do certame, considerando o valor e a natureza dos serviços, o período de execução contratual e a necessidade de assegurar a continuidade das atividades administrativas e operacionais do Município.

13.11.5. A garantia deverá ser prestada nas modalidades admitidas pela legislação aplicável e permanecer vigente durante o período estabelecido no instrumento contratual, observadas as condições previstas no Termo de Referência, Edital e na Ata/Contrato.

14. PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

14.1. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias após a execução mensal dos objetos, emissão e o recebimento da respectiva nota fiscal;

14.2. A CONTRATADA deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº 5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais;

14.3. Para cobertura das despesas decorrentes desta contratação serão utilizados recursos próprios do Município de Planalto-PR, Proveniente da seguinte DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

DOTAÇÕES		
Conta da despesa	**Funcional programática**	**Destinação de recurso**
00310	02.103. 04.122.0402.2007	3.3.90.39.00.00.00000
00910	05.116. 15.452.1501.2053	3.3.90.39.00.00.00000
01050	06.119. 26.782.2601.2067	3.3.90.39.00.00.00000

000037

15. GERÊNCIA E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

15.1. Os contratos referentes aos objetos destinados as Secretarias Municipais, serão acompanhados, controlados, fiscalizados e avaliados pelos seguintes servidores: Marcelo Felipe Schmitt, Anderson Delares e Leonir Bianchi, que assumirão as funções de fiscais dos Contratos, nos termos do Decreto 11.246/2022 e da Lei n°14.133/21.

15.2. A gestão do Contrato será realizada pela servidora Carla Sabrina Rech Malinski, designada conforme Portaria n°302/2026.

Planalto PR, 21 de setembro de 2026.

Leonir Bianchi
Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Marcelo Felipe Schmitt
Secretário Municipal de Administração

Michel Junior Diesel
Secretário Municipal de Serviços Rodoviários

Luiz C. Boni
Luiz Carlos Boni
Prefeito Municipal de Planalto-PR

006038

TABELA COMPARATIVA DE VALOR										
LOTE 001										
ITEM	RVA	NELSON	GM	COMPACTO	DELTA	OUTROS MUNICÍPIOS	BANCO DE PREÇOS	QTD	MENOR VALOR	VALOR TOTAL
1	R$4.757,84	R$5.561,61	R$8.367,45	R$5.303,81	R$5.900,69	R$5.259,74	R$5.756,87	48	R$5.303,81	R$254.582,88
2	R$158,59	R$249,83	R$331,87	R$176,79	R$214,57	R$195,00	R$248,33	150	R$176,79	R$26.518,50
3	R$5.814,94	R$6.583,18	R$11.567,28	R$6.720,30	R$5.508,00	R$6.829,25	R$6.629,11	48	R$6.583,18	R$315.992,64
									VALOR TOTAL DO LOTE:	R$597.094,02

OBS: Vale ressaltar que o orçamento apresentado pela empresa RVA SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 44.212.443/0001-11, foi desconsiderado para fins de formação do valor estimado da contratação, por não apresentar integralmente todas as obrigações, contribuições, benefícios e encargos trabalhistas obrigatórios previstos na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT nº PR000063/2026.

OBS: Vale ressaltar que o orçamento apresentado pela empresa DELTA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ nº 15.641.016/0001-50, foi desconsiderado para fins de formação do valor estimado da contratação, por não apresentar a planilha de custo, comprovando integralmente todas as obrigações, contribuições, benefícios e encargos trabalhistas obrigatórios previstos na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT nº PR000063/2026.

EMPRESAS
Empresa 01: RVA SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 44.212.443/0001-11;
Empresa 02: NELSON FERRARI N LTDA - CNPJ: 55.692.423/0001-01;
Empresa 03: GM INSTALADORA LTDA - CNPJ: 14.623.473/0001-50;
Empresa 04: COMPACTO AGENCIAMENTO DE MAO DE OBRA LTDA - CNPJ: 37.118.350/0001-67;
Empresa 05: DELTA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA - CNPJ: 15.641.016/0001-50;
Outros Municípios;
Banco de Preços.

VALOR TOTAL: R$ 597.094,02(Quinhentos e noventa e sete mil, noventa e quatro reais e dois centavos).

Planalto-PR, 18 de setembro de 2026.

RESPONSÁVEL PELA COTAÇÃO: Eduardo R. Nelson

Doc: 23939

licitacao@planalto.pr.gov.br

De: Rosangela Miekzikowski Graboski <rosangela.graboski@hotmail.com>
Enviado em: quinta-feira, 27 de agosto de 2026 10:32
Para: licitacao@planalto.pr.gov.br
Assunto: Orçamento
Anexos: Orçamento - Planalto.pdf; PLANILHAS DE CUSTOS.pdf

Bom dia,

Encaminhamos em anexo orçamento solicitado.

Atenciosamente,

ROSANGELA MIEKZIKOWSKI GRABOSKI
RVA SERVIÇOS LTDA
CNPJ: 44.212.443/0001-11
FONE: (46) 99916-2388

006040

RVA SERVIÇOS LTDA.
Rua Santa Catarina, 3815,
Bairro: São José Operário.
CNPJ: 44.212.443/0001-11
Capanema – PR
Telefone: (46) 99916-2388

ORÇAMENTO

EMPRESA: RVA SERVIÇOS LTDA
TELEFONE: (46) 99916-2388
CNPJ: 44.212.443/0001-11
ENDEREÇO: Rua Santa Catarina, 3815, São José Operário
CIDADE: Capanema **ESTADO:** PR

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuo de profissionais a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para atender as necessidades do município de Planalto-PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e os benefícios e encargos exigidos Convenção Coletiva de Trabalho – CCT nº PR000063/2026, que segue em anexo, conforme segue:

LOTE 001							
ITEM	**OBJETO**	**PROFIS - SIONAIS**	**QTD**	**UNID**	**TOTAL**	**VALOR UNIT.**	**VALOR TOTAL**
01	Contratação de empresa para execução dos serviços de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS,** incluindo mão-de-obra, encargos e tributos pertinentes. Carga horária: 44 (quarenta e quatro) horas semanais. Quantidade máxima de 04 profissionais, com estimativa para 12 (doze) meses. **Valor unitário de referência deverá ser mensal.**	04	12	MÊS	48	R$ 4.757,84	R$ 228.376,247
02	Contratação de empresa para execução dos serviços de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS,** incluindo mão-de-obra, encargos e tributos pertinentes. Carga horária: 08 (oito) horas por dia. Quantidade máxima de 05 profissionais simultâneos. **Valor unitário de referência deverá ser por profissional diário.**	DIÁRIA			150	R$158,59	R$ 23.789,19
03	Contratação de empresa para execução dos serviços de **OPERADOR DE MAQUINAS COSTAL,** incluindo mão-de-obra, encargos e tributos pertinentes. Carga horária: 44 (quarenta e quatro) horas semanais. Quantidade máxima de 04 profissionais, com	04	12	MÊS	48	R$ 5.814,94	R$ 279.117,07

RVA SERVIÇOS LTDA.
Rua Santa Catarina, 3815,
Bairro: São José Operário.
CNPJ: 44.212.443/0001-11
Capanema – PR
Telefone: (46) 99916-2388

	estimativa para 12 (doze) meses. **Valor unitário de referência deverá ser mensal.**						

OBRIGAÇÕES DA EMPRESA:

- Preencher o modelo de planilha de custos disponibilizado em anexo, contemplando integralmente todas as obrigações, contribuições, benefícios e encargos trabalhistas obrigatórios previstos na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT nº PR000063/2026, em anexo a este arquivo da proposta de preços;
- Fornecimento, transporte e armazenamento dos equipamentos, ferramentas e dos funcionários para execução dos serviços;
- Fornecimento dos seguintes equipamentos: 01 veículo para transporte dos funcionários, 04 roçadeiras, 01 motosserra porte médio, 01 moto-poda porte médio, 01 soprador porte médio, serrotes ou tesouras de poda, machado, facão, ferramentas de jardinagens, vassouras de jardim, rastelo, etc.
- Todos os equipamentos acima descritos deverão estar em bom estado de conservação, em perfeitas condições de funcionamento e aptos à adequada execução dos serviços. A CONTRATADA deverá manter os equipamentos disponíveis para utilização sempre que solicitados pela CONTRATANTE, devendo disponibilizá-los no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir da solicitação formal dos equipamentos necessários à execução do respectivo serviço;
- A CONTRATADA será integralmente responsável pelo abastecimento dos veículos e equipamentos acima descritos, incluindo o fornecimento de diesel ou gasolina, conforme o tipo de equipamento, bem como pela realização de todas as manutenções preventivas e corretivas necessárias, de modo a garantir suas perfeitas condições de funcionamento e a continuidade da execução dos serviços;
- A jornada de trabalho será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, cuja distribuição poderá ocorrer de forma flexível, de acordo com a jornada estabelecida pela CONTRATANTE e conforme a necessidade e a demanda dos serviços a serem executados, observados os limites legais aplicáveis.
- Em razão da natureza dos serviços e da necessidade de atendimento às demandas da CONTRATANTE, a jornada poderá ser ajustada e distribuída de maneira diversa ao longo da semana, podendo, quando necessário, ser programada a realização de atividades aos sábados no período da manhã ou após o horário habitual de trabalho, desde que respeitada a carga horária semanal contratada e a legislação trabalhista aplicável.
- As horas eventualmente realizadas além da jornada diária ordinária serão devidamente registradas e poderão ser objeto de compensação mediante banco de horas, conforme programação e necessidade da CONTRATANTE, de modo a assegurar o cumprimento da carga horária semanal de 44 (quarenta e quatro) horas, observados os limites legais e as disposições trabalhistas aplicáveis.
- A definição dos horários e da distribuição da jornada será realizada pela CONTRATANTE, considerando a demanda dos serviços, a necessidade de atendimento e o adequado cumprimento das atividades, devendo a CONTRATADA assegurar a disponibilidade dos profissionais necessários para o atendimento da jornada estabelecida.
- A CONTRATADA deverá fornecer um preposto, uma pessoa responsável que reside no município de Planalto-PR, comprovando através de um comprovante de residência em nome da pessoa e que comprove o vínculo desta pessoa com a CONTRATADA.

TOTAL: R$ 531.282,50

VALOR TOTAL: R$ 531.282,50 (Quinhentos e trinta e um mil duzentos e oitenta e dois reais e cinquenta centavos)
PRAZO DE ENTREGA: 12 meses
VALIDADE DA PROPOSTA: 90 dias

Capanema, 27 de agosto de 2026

RVA SERVICOS LTDA:44212443000111

Assinado digitalmente por RVA SERVICOS LTDA:44212443000111
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Certificado Digital PJ A1, OU=Videoconferencia, OU=34288278000138, OU=AC SyngularID Multipla, CN=RVA SERVICOS LTDA:44212443000111
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.08.27 10:11:56-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 12.0.1

Rosangela M. Graboski
Representante Legal

006042

QUADRO RESUMO					
Item	Descrição	Valor Unitário	Valor Mensal	Quantidade de Func./Diária	Valor Vigência (x12)
1	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	R$ 4.757,84	R$ 19.031,35	4	R$ 228.376,24
2	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS DIÁRIA	R$ 158,59		150	R$ 23.789,19
3	OPERADOR DE MÁQUINA COSTAL	R$ 5.814,94	R$ 23.259,76	4	R$ 279.117,07
TOTAL			R$ 42.291,11		R$ 531.282,50

RAZÃO SOCIAL - A PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO		
1	Tipo de serviço	Limpeza e Conservação.
2	Convenção Coletiva	PR000063/2026
3	Salário normativo da categoria profissional 44h	R$ 1.900,00
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	2026/2028

Módulo 1: Composição da Remuneração			
1	**Composição da Remuneração**		**Valor (R$)**
A	Salário Base 44h		R$ 1.900,00
B	Adicional de Insalubridade	0%	R$ 0,00
	TOTAL		**R$ 1.900,00**

Módulo 2: Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias			
2.1	**13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias**	**(%)**	**Valor (R$)**
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	R$ 158,27
B	Adicional de Férias	2,78%	R$ 52,82
	TOTAL		**R$ 211,09**

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.			
2.2	**GPS, FGTS e outras contribuições**	**Percentual (%)**	**R$**
A	INSS	20,00%	R$ 380,00
B	Salário educação	0,00%	R$ 0,00
C	SAT - RAP x FAP	3,00%	R$ 57,00
D	SESI OU SESC	0,00%	R$ 0,00
E	SENAI OU SENAC	0,00%	R$ 0,00
F	SEBRAE	0,00%	R$ 0,00
G	INCRA	0,00%	R$ 0,00
H	FGTS	8,00%	R$ 152,00
	TOTAL	**31,00%**	**R$ 589,00**

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários		
2.3	**Benefícios Mensais e Diários**	**R$**
A	Vale Alimentação (R$ 900,00 - 20%)	R$ 720,00
B	Vale Alimentação (Férias)	R$ 60,00
C	Benefício Desjejum	R$ 205,00
D	Benefício Assistência Médica	R$ 0,00
E	Benefício Social Familiar	R$ 0,00
F	Fundo de Formação	R$ 0,00
G	Vale Transporte (não tem transporte público no município)	R$ 0,00
	TOTAL	**R$ 985,00**

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos anuais, mensais e diários		
2	**Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários**	**Valor (R$)**
2.1	13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias	R$ 211,09
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R$ 589,00
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R$ 985,00
	TOTAL	**R$ 1.785,09**

Módulo 3: Provisão para Rescisão			
3	**Provisão para Rescisão**	**Percentual (%)**	**Valor R$**
A	Aviso Prévio Indenizado - API *(Custo parcialmente renovável)*	1,0319%	R$ 19,61
B	Incidência do FGTS sobre o API *(Custo não renovável)*	0,0014%	R$ 0,03
C	Multa do FGTS sobre o API	0,0018%	R$ 0,03
D	Aviso Prévio Trabalhado - APT *(Custo parcialmente renovável)*	0,0019%	R$ 0,04
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o APT *(Custo não renovável)*	0,0004%	R$ 0,01
	TOTAL		**R$ 19,71**

Módulo 4: Insumos Diversos		
4	**Insumos Diversos**	**Valor (R$)**
A	Uniformes e EPI´s	R$ 100,00
B	Ferramentas e Equipamentos	R$ 50,00
C	Outros (especificar)	R$ 0,00
	TOTAL	**R$ 150,00**

Módulo 5: Custos Indiretos, Tributos e Lucro			
5	**Custos Indiretos, Tributos e Lucro**	**Percentual (%)**	**Valor**
A	**Custos Indiretos** (despesas operacionais/administrativas/preposto/combustível e manutenção do veículo para transporte funcionário)	8,0000%	R$ 380,63
B	**Lucro**	5,0000%	R$ 237,89
C	**Tributos**		
	C.1 - Tributos Federais		
	PIS	0,18%	R$ 8,56
	COFINS	0,80%	R$ 38,06
	INSS (CPRB)	0,00%	
	C.2 - Tributos Municipais		
	ISS - Locação de Mão de Obra Temporária.	5,00%	R$ 237,89
	C.3 - Tributos Estaduais		
	(especificar)		
	TOTAL	**18,98%**	**R$ 903,04**

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
	Mão-de-obra vinculada à execução Contratual (valor por empregado)	**Valor**
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R$ 1.900,00
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R$ 1.785,09
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R$ 19,71
D	Módulo 4 - Insumos Diversos	R$ 150,00
	Subtotal (A+B+C+D+E)	**R$ 3.854,80**
E	Módulo 5 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R$ 903,04
	Valor Total por Empregado	**R$ 4.757,84**

RAZÃO SOCIAL - A PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO		
1	Tipo de serviço	Limpeza e Conservação.
2	Convenção Coletiva	PR000063/2026
3	Salário normativo da categoria profissional 44h	R$ 1.900,00
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS DIÁRIA
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	2026/2028

Módulo 1: Composição da Remuneração			
1	**Composição da Remuneração**		**Valor (R$)**
A	Salário Base 44h		R$ 1.900,00
B	Adicional de Insalubridade	0%	R$ 0,00
	TOTAL		**R$ 1.900,00**

Módulo 2: Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias			
2.1	**13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias**	**(%)**	**Valor (R$)**
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	R$ 158,27
B	Adicional de Férias	2,78%	R$ 52,82
	TOTAL		**R$ 211,09**

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.			
2.2	**GPS, FGTS e outras contribuições**	**Percentual (%)**	**R$**
A	INSS	20,00%	R$ 380,00
B	Salário educação	0,00%	R$ 0,00
C	SAT - RAP x FAP	3,00%	R$ 57,00
D	SESI OU SESC	0,00%	R$ 0,00
E	SENAI OU SENAC	0,00%	R$ 0,00
F	SEBRAE	0,00%	R$ 0,00
G	INCRA	0,00%	R$ 0,00
H	FGTS	8,00%	R$ 152,00
	TOTAL	**31,00%**	**R$ 589,00**

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários		
2.3	**Benefícios Mensais e Diários**	**R$**
A	Vale Alimentação (R$ 900,00 - 20%)	R$ 720,00
B	Vale Alimentação (Férias)	R$ 60,00
C	Benefício Desjejum	R$ 205,00
D	Benefício Assistência Médica	R$ 0,00
E	Benefício Social Familiar	R$ 0,00
F	Fundo de Formação	R$ 0,00
G	Vale Transporte (não tem transporte público no município)	R$ 0,00
	TOTAL	**R$ 985,00**

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos anuais, mensais e diários		
2	**Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários**	**Valor (R$)**
2.1	13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias	R$ 211,09
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R$ 589,00
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R$ 985,00
	TOTAL	**R$ 1.785,09**

Módulo 3: Provisão para Rescisão			
3	**Provisão para Rescisão**	**Percentual (%)**	**Valor R$**
A	Aviso Prévio Indenizado - API *(Custo parcialmente renovável)*	1,0319%	R$ 19,61
B	Incidência do FGTS sobre o API *(Custo não renovável)*	0,0014%	R$ 0,03
C	Multa do FGTS sobre o API	0,0018%	R$ 0,03
D	Aviso Prévio Trabalhado - APT *(Custo parcialmente renovável)*	0,0019%	R$ 0,04
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o APT *(Custo não renovável)*	0,0004%	R$ 0,01
	TOTAL		**R$ 19,71**

Módulo 4: Insumos Diversos		
4	**Insumos Diversos**	**Valor (R$)**
A	Uniformes e EPI´s	R$ 100,00
B	Ferramentas e Equipamentos	R$ 50,00
C	Outros (especificar)	R$ 0,00
	TOTAL	**R$ 150,00**

Módulo 5: Custos Indiretos, Tributos e Lucro			
5	**Custos Indiretos, Tributos e Lucro**	**Percentual (%)**	**Valor**
A	**Custos Indiretos** (despesas operacionais/administrativas/preposto/combustivel e manutenção do veículo para transporte funcionário)	8,0000%	R$ 380,63
B	**Lucro**	5,0000%	R$ 237,89
C	**Tributos**		
	C.1 - Tributos Federais		
	PIS	0,18%	R$ 8,56
	COFINS	0,80%	R$ 38,06
	INSS (CPRB)	0,00%	
	C.2 - Tributos Municipais		
	ISS - Locação de Mão de Obra Temporária.	5,00%	R$ 237,89
	C.3 - Tributos Estaduais		
	(especificar)		
	TOTAL	**18,98%**	**R$ 903,04**

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
	Mão-de-obra vinculada à execução Contratual (valor por empregado)	**Valor**
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R$ 1.900,00
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R$ 1.785,09
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R$ 19,71
D	Módulo 4 - Insumos Diversos	R$ 150,00
	Subtotal (A+B+C+D+E)	**R$ 3.854,80**
E	Módulo 5 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R$ 903,04
	Valor Total por Empregado	**R$ 4.757,84**

RAZÃO SOCIAL - A PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO		
1	Tipo de serviço	Limpeza e Conservação.
2	Convenção Coletiva	PR000063/2026
3	Salário normativo da categoria profissional 44h	R$ 2.404,00
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	OPERADOR DE MÁQUINA COSTAL
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	2026/2028

Módulo 1: Composição da Remuneração			
1	**Composição da Remuneração**		**Valor (R$)**
A	Salário Base 44h		R$ 2.404,00
B	Adicional de Insalubridade	0%	R$ 0,00
	TOTAL		**R$ 2.404,00**

Módulo 2: Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias			
2.1	**13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias**	**(%)**	**Valor (R$)**
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	R$ 200,25
B	Adicional de Férias	2,78%	R$ 66,83
	TOTAL		**R$ 267,08**

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.			
2.2	**GPS, FGTS e outras contribuições**	**Percentual (%)**	**R$**
A	INSS	20,00%	R$ 480,80
B	Salário educação	0,00%	R$ 0,00
C	SAT - RAP x FAP	3,00%	R$ 72,12
D	SESI OU SESC	0,00%	R$ 0,00
E	SENAI OU SENAC	0,00%	R$ 0,00
F	SEBRAE	0,00%	R$ 0,00
G	INCRA	0,00%	R$ 0,00
H	FGTS	8,00%	R$ 192,32
	TOTAL	**31,00%**	**R$ 745,24**

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários		
2.3	**Benefícios Mensais e Diários**	**R$**
A	Vale Alimentação (R$ 900,00 - 20%)	R$ 720,00
B	Vale Alimentação (Férias)	R$ 60,00
C	Benefício Desjejum	R$ 205,00
D	Benefício Assistência Médica	R$ 0,00
E	Benefício Social Familiar	R$ 0,00
F	Fundo de Formação	R$ 0,00
G	Vale Transporte (não tem transporte público no município)	R$ 0,00
	TOTAL	**R$ 985,00**

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários		
2	**Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários**	**Valor (R$)**
2.1	13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias	R$ 267,08
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R$ 745,24
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R$ 985,00
		R$ 1.997,32

Módulo 3: Provisão para Rescisão			
3	**Provisão para Rescisão**	**Percentual (%)**	**Valor R$**
A	Aviso Prévio Indenizado - API *(Custo parcialmente renovável)*	1,0319%	R$ 24,81
B	Incidência do FGTS sobre o API *(Custo não renovável)*	0,0014%	R$ 0,03
C	Multa do FGTS sobre o API	0,0018%	R$ 0,04
D	Aviso Prévio Trabalhado - APT *(Custo parcialmente renovável)*	0,0019%	R$ 0,05
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o APT *(Custo não renovável)*	0,0004%	R$ 0,01
	TOTAL		**R$ 24,94**

Módulo 4: Insumos Diversos		
4	**Insumos Diversos**	**Valor (R$)**
A	Uniformes e EPI's	R$ 100,00
B	Ferramentas e Equipamentos	R$ 100,00
C	Combustível e óleos para equipamentos	R$ 85,00
D	Outros (especificar)	R$ 0,00
	TOTAL	**R$ 285,00**

Módulo 5: Custos Indiretos, Tributos e Lucro			
5	**Custos Indiretos, Tributos e Lucro**	**Percentual (%)**	**Valor**
A	**Custos Indiretos** (despesas operacionais/administrativas/preposto/combustível e manutenção do veículo para transporte funcionário)	8,0000%	R$ 465,20
B	**Lucro**	5,0000%	R$ 290,75
C	**Tributos**		
	C.1 - Tributos Federais		
	PIS	0,18%	R$ 10,47
	COFINS	0,80%	R$ 46,52
	INSS (CPRB)	0,00%	
	C.2 - Tributos Municipais		
	ISS - Locação de Mão de Obra Temporária.	5,00%	R$ 290,75
	C.3 - Tributos Estaduais		
	(especificar)		
	TOTAL	**18,98%**	**R$ 1.103,68**

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
	Mão-de-obra vinculada à execução Contratual (valor por empregado)	**Valor**
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R$ 2.404,00
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R$ 1.997,32
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R$ 24,94
D	Módulo 4 - Insumos Diversos	R$ 285,00
	Subtotal (A+B+C+D+E)	**R$ 4.711,26**
E	Módulo 5 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R$ 1.103,68
	Valor Total por Empregado	**R$ 5.814,94**

RVA SERVICOS LTDA:44212443000111

Assinado digitalmente por RVA SERVICOS LTDA:44212443000111
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Certificado Digital PJ A1, OU=Videoconferencia, OU=34266276000138, OU=AC SyngularID Multipla, CN=RVA SERVICOS LTDA:44212443000111
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.08.27 10:29:37-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 12.0.1

licitacao@planalto.pr.gov.br

De: licitacao@planalto.pr.gov.br
Enviado em: sexta-feira, 28 de agosto de 2026 09:52
Para: 'Rosangela Miekzikowski Graboski'
Assunto: RES: Orçamento

Bom dia!

Após análise da planilha de custos apresentada, verificou-se que em todos os itens, não foram informados os valores referentes às contribuições de Salário-Educação, SESI ou SESC, SENAI ou SENAC, SEBRAE e INCRA, bem como dos benefícios de Assistência Médica, Benefício Social Familiar e Fundo de Formação, previstos na planilha-modelo disponibilizada.

Verificou-se, ainda, que foram apresentados percentuais inferiores aos indicados no modelo para os encargos de SAT – RAT x FAP, PIS e COFINS.

Dessa forma, solicitamos a complementação e adequação da planilha de custos, contemplando integralmente todas as obrigações, contribuições, benefícios e encargos trabalhistas e tributários aplicáveis.

Caso a empresa possua isenção legal, enquadramento tributário diferenciado ou qualquer outra condição que justifique a utilização de percentuais inferiores aos indicados na planilha-modelo, deverá apresentar, juntamente com a planilha revisada, documentação legal ou comprovação pertinente que demonstre a possibilidade de aplicação dos percentuais informados.

Ressaltamos que, conforme já informado no arquivo encaminhado para apresentação do orçamento, é obrigatória a utilização do modelo de planilha de custos disponibilizado em anexo, com o preenchimento integral de todos os campos, especialmente aqueles relacionados às obrigações, contribuições, benefícios e encargos previstos na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT nº PR000063/2026.

0001047

Solicitamos, portanto, que a planilha seja revisada e reapresentada com as devidas adequações ou, quando aplicável, acompanhada da documentação comprobatória que justifique os valores e percentuais apresentados.

	(quarenta e quatro) horas semanais. Quantidade máxima de 04 profissionais, com estimativa para 12 (doze) meses. **Valor unitário de referência deverá ser mensal.**						
OBRIGAÇÕES DA EMPRESA: - Preencher o modelo de planilha de custos disponibilizado em anexo, contemplando integralmente todas as obrigações, contribuições, benefícios e encargos trabalhistas obrigatórios previstos na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT nº PR000063/2026, em anexo a este arquivo da proposta de preços; - Fornecimento, transporte e armazenamento dos equipamentos, ferramentas e dos funcionários para execução dos serviços; - Fornecimento dos seguintes equipamentos: 01 veículo para transporte dos funcionários, 04 roçadeiras, 01 motosserra porte médio, 01 moto-poda porte médio, 01 soprador porte médio, serrotes ou tesouras de poda, machado, facão, ferramentas de jardinagens, vassouras de jardim, rastelo, etc. - Todos os equipamentos acima descritos deverão estar em bom estado de conservação, em perfeitas condições de funcionamento e aptos à adequada execução dos serviços. A CONTRATADA deverá manter os equipamentos disponíveis para utilização sempre que solicitados pela CONTRATANTE, devendo disponibilizá-los no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir da solicitação formal dos equipamentos necessários à execução do respectivo serviço; - A CONTRATADA será integralmente responsável pelo abastecimento dos veículos e equipamentos acima descritos, incluindo o fornecimento de diesel ou gasolina, conforme o tipo de equipamento, bem como pela realização de todas as manutenções preventivas e corretivas necessárias, de modo a garantir suas perfeitas condições de funcionamento e a continuidade da execução dos serviços; - A jornada de trabalho será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, cuja distribuição poderá ocorrer de forma flexível, de acordo com a jornada estabelecida pela CONTRATANTE e conforme a necessidade e a demanda dos serviços a serem executados, observados os limites legais aplicáveis. - Em razão da natureza dos serviços e da necessidade de atendimento às demandas da CONTRATANTE, a jornada poderá ser ajustada e distribuída de maneira diversa ao longo da semana, podendo, quando necessário, ser programada a realização de atividades aos sábados no período da manhã ou após o horário habitual de trabalho, desde que respeitada a carga horária semanal contratada e a legislação trabalhista aplicável. - As horas eventualmente realizadas além da jornada diária ordinária serão devidamente registradas e poderão ser objeto de compensação mediante banco de horas, conforme programação e necessidade da CONTRATANTE, de modo a assegurar o cumprimento da carga horária semanal de 44 (quarenta e quatro) horas, observados os limites legais e as disposições trabalhistas aplicáveis. - A definição dos horários e da distribuição da jornada será realizada pela CONTRATANTE, considerando a demanda dos serviços, a necessidade de atendimento e o adequado cumprimento das atividades, devendo a CONTRATADA assegurar a disponibilidade dos profissionais necessários para o atendimento da jornada estabelecida. - A CONTRATADA deverá fornecer um preposto, uma pessoa responsável que reside no município de Planalto-PR, comprovando através de um comprovante de residência em nome da pessoa e que comprove o vínculo desta pessoa com a CONTRATADA.							
TOTAL: R$							

De: Rosangela Miekzikowski Graboski <rosangela.graboski@hotmail.com>
Enviada em: quinta-feira, 27 de agosto de 2026 10:32
Para: licitacao@planalto.pr.gov.br
Assunto: Orçamento

Bom dia,

006048

Encaminhamos em anexo orçamento solicitado.

Atenciosamente,

ROSANGELA MIEKZIKOWSKI GRABOSKI
RVA SERVIÇOS LTDA
CNPJ: 44.212.443/0001-11
FONE: (46) 99916-2388

000019

licitacao@planalto.pr.gov.br

De: licitacao@planalto.pr.gov.br
Enviado em: quinta-feira, 3 de setembro de 2026 16:06
Para: 'Rosangela Miekzikowski Graboski'
Assunto: Orçamento!

Boa tarde!
Até o momento, não obtivemos retorno referente ao novo orçamento e à planilha de custos revisada, especialmente quanto à adequação da planilha para contemplar integralmente todas as obrigações, contribuições, benefícios e encargos trabalhistas e tributários aplicáveis.
Dessa forma, aguardaremos o envio do orçamento atualizado e da planilha revisada até o dia 09 de setembro de 2026, para que possamos dar continuidade ao processo licitatório.
aso a documentação solicitada não seja encaminhada até a referida data, daremos prosseguimento ao processo sem considerar o orçamento anteriormente encaminhado pela empresa, tendo em vista a necessidade de conclusão da pesquisa de preços e continuidade dos procedimentos administrativos.
Desde já, agradecemos pela atenção e aguardamos o retorno.

006050

licitacao@planalto.pr.gov.br

De:	licitacao@planalto.pr.gov.br
Enviado em:	quinta-feira, 10 de setembro de 2026 09:43
Para:	'Rosangela Miekzikowski Graboski'
Assunto:	Solicitação de adequação Orçamento - URGENTE!
Anexos:	PROPOSTA PREÇOS ok.docx

Bom dia!
Até o momento, não obtivemos retorno referente ao novo orçamento e à planilha de custos revisada, especialmente quanto à adequação da planilha para contemplar integralmente todas as obrigações, contribuições, benefícios e encargos trabalhistas e tributários aplicáveis.
Dessa forma, aguardaremos o envio do orçamento atualizado e da planilha revisada até o dia 15 de setembro de 2026, para que possamos dar continuidade ao processo licitatório.
aso a documentação solicitada não seja encaminhada até a referida data, daremos prosseguimento ao processo sem considerar o orçamento anteriormente encaminhado pela empresa, tendo em vista a necessidade de conclusão da pesquisa de preços e continuidade dos procedimentos administrativos.
esde já, agradecemos pela atenção e aguardamos o retorno.

006051

licitacao@planalto.pr.gov.br

De: ACESSORIA EMPRESARIAL FB <acessoriaempresariaisfb@gmail.com>
Enviado em: sexta-feira, 4 de setembro de 2026 07:54
Para: Licitação - Planalto PR
Assunto: orçamento roçada
Anexos: PLANILHA.pdf; PROPOSTA PREÇOS ok .pdf; PLANILHAS DE CUSTOS Orçamento 03-09-2026.xlsx

Prezados, Bom Dia

segue anexo orçamento solicitado.

favor acusar recebimento

setor de licitações
(46) 99941-4744
elis

006052

MUNICÍPIO DE PLANALTO

CNPJ: 76.460.526/0001-16
Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101
E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br
Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

PROPOSTA DE PREÇOS

EMPRESA: NELSON FERRARI N LTDA
TELEFONE: (46) 99941-4744
CNPJ: 55.692.423/0001-01
ENDEREÇO: AV. RIO GRANDE DO SUL, 178, CENTRO, DOIS VIZINHOS-PR
CIDADE: DOIS VIZINHOS **ESTADO:** PR

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuo de profissionais a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para atender as necessidades do município de Planalto-PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e os benefícios e encargos exigidos Convenção Coletiva de Trabalho – CCT nº PR000063/2026, que segue em anexo, conforme segue:

LOTE 001							
ITEM	**OBJETO**	**PROFIS-SIONAIS**	**QTD**	**UNID**	**TOTAL**	**VALOR UNIT.**	**VALOR TOTAL**
01	Contratação de empresa para execução dos serviços de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS,** incluindo mão-de-obra, encargos e tributos pertinentes. Carga horária: 44 (quarenta e quatro) horas semanais. Quantidade máxima de 04 profissionais, com estimativa para 12 (doze) meses. **Valor unitário de referência deverá ser mensal.**	04	12	MÊS	48	R$ 22.246,44	R$ 266.957,28
02	Contratação de empresa para execução dos serviços de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS,** incluindo mão-de-obra, encargos e tributos pertinentes. Carga horária: 08 (oito) horas por dia. Quantidade máxima de 05 profissionais simultâneos. **Valor unitário de referência deverá ser por profissional diário.**	DIÁRIA			150	R$ 249,83	R$ 37.474,50
03	Contratação de empresa para execução dos serviços de **OPERADOR DE MAQUINAS COSTAL,** incluindo mão-de-obra, encargos e tributos pertinentes. Carga horária: 44	04	12	MÊS	48	R$ 26.332,72	R$ 315.992,64

006053

	(quarenta e quatro) horas semanais. Quantidade máxima de 04 profissionais, com estimativa para 12 (doze) meses. **Valor unitário de referência deverá ser mensal.**						

OBRIGAÇÕES DA EMPRESA:

- Preencher o modelo de planilha de custos disponibilizado em anexo, contemplando integralmente todas as obrigações, contribuições, benefícios e encargos trabalhistas obrigatórios previstos na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT nº PR000063/2026, em anexo a este arquivo da proposta de preços;
- Fornecimento, transporte e armazenamento dos equipamentos, ferramentas e dos funcionários para execução dos serviços;
- Fornecimento dos seguintes equipamentos: 01 veículo para transporte dos funcionários, 04 roçadeiras, 01 motosserra porte médio, 01 moto-poda porte médio, 01 soprador porte médio, serrotes ou tesouras de poda, machado, facão, ferramentas de jardinagens, vassouras de jardim, rastelo, etc.
- Todos os equipamentos acima descritos deverão estar em bom estado de conservação, em perfeitas condições de funcionamento e aptos à adequada execução dos serviços. A CONTRATADA deverá manter os equipamentos disponíveis para utilização sempre que solicitados pela CONTRATANTE, devendo disponibilizá-los no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir da solicitação formal dos equipamentos necessários à execução do respectivo serviço;
- A CONTRATADA será integralmente responsável pelo abastecimento dos veículos e equipamentos acima descritos, incluindo o fornecimento de diesel ou gasolina, conforme o tipo de equipamento, bem como pela realização de todas as manutenções preventivas e corretivas necessárias, de modo a garantir suas perfeitas condições de funcionamento e a continuidade da execução dos serviços;
- A jornada de trabalho será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, cuja distribuição poderá ocorrer de forma flexível, de acordo com a jornada estabelecida pela CONTRATANTE e conforme a necessidade e a demanda dos serviços a serem executados, observados os limites legais aplicáveis.
- Em razão da natureza dos serviços e da necessidade de atendimento às demandas da CONTRATANTE, a jornada poderá ser ajustada e distribuída de maneira diversa ao longo da semana, podendo, quando necessário, ser programada a realização de atividades aos sábados no período da manhã ou após o horário habitual de trabalho, desde que respeitada a carga horária semanal contratada e a legislação trabalhista aplicável.
- As horas eventualmente realizadas além da jornada diária ordinária serão devidamente registradas e poderão ser objeto de compensação mediante banco de horas, conforme programação e necessidade da CONTRATANTE, de modo a assegurar o cumprimento da carga horária semanal de 44 (quarenta e quatro) horas, observados os limites legais e as disposições trabalhistas aplicáveis.
- A definição dos horários e da distribuição da jornada será realizada pela CONTRATANTE, considerando a demanda dos serviços, a necessidade de atendimento e o adequado cumprimento das atividades, devendo a CONTRATADA assegurar a disponibilidade dos profissionais necessários para o atendimento da jornada estabelecida.
- A CONTRATADA deverá fornecer um preposto, uma pessoa responsável que reside no município de Planalto-PR, comprovando através de um comprovante de residência em nome da pessoa e que comprove o vínculo desta pessoa com a CONTRATADA.

TOTAL ANUAL: R$ 620.424,42

006054

VALOR TOTAL: R$ 620.424,42 (seiscentos e vinte mil, quatrocentos e vinte e quatro reais, quarenta e dois centavos).

PRAZO DE ENTREGA: 5 (cinco) dias uteis.

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias corridos.

Dois Vizinhos-PR, 04 de setembro de 2026.

NELSON FERRARI N LTDA:55692423000101
Assinado de forma digital por NELSON FERRARI N LTDA:55692423000101
Dados: 2026.09.04 07:48:30 -03'00'

NELSON FERRARI N LTDA

ANEXO I – PLANILHA DE CUSTOS E CCT PR000063/2026

- Acesse a planilha de custos no link: https://docs.google.com/spreadsheets/d/1ZuMddaARiw8zjCZcODAMi_qNz9JdNuSv/edit?usp=sharing&ouid=114037206892612404648&rtpof=true&sd=true

- Acesse a Convenção Coletiva de Trabalho – CCT nº PR000063/2026: https://drive.google.com/file/d/1Iq51d4lJ1jbT9jbF7RXDTkyj19Ho4y1f/view?usp=sharing

006055

QUADRO RESUMO					
Item	Descrição	Valor Unitário	Valor Mensal	Quantidade de Func./Diária	Valor Vigência (x12)
1	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	R$ 5.561,61	R$ 22.246,44	4	R$ 266.957,28
2	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS DIÁRIA	R$ 249,83		150	R$ 37.474,50
3	OPERADOR DE MÁQUINA COSTAL	R$ 6.583,18	R$ 26.332,72	4	R$ 315.992,64
TOTAL			**R$ 48.579,16**		**R$ 620.424,42**

NELSON FERRARI N LTDA:55692423000101

Assinado de forma digital por NELSON FERRARI N LTDA:55692423000101
Dados: 2026.09.04 07:51:15 -03'00'

060056

RAZÃO SOCIAL - A PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO		
1	Tipo de serviço	Limpeza e Conservação.
2	Convenção Coletiva	PR000063/2026
3	Salário normativo da categoria profissional 44h	R$ 1.900,00
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	2026/2028

Módulo 1: Composição da Remuneração			
1	**Composição da Remuneração**		**Valor (R$)**
A	Salário Base 44h		R$ 1.900,00
B	Adicional de Insalubridade	0%	R$ 0,00
TOTAL			**R$ 1.900,00**

Módulo 2: Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias			
2.1	**13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias**	**(%)**	**Valor (R$)**
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	R$ 158,33
B	Adicional de Férias Férias	11,11%	R$ 211,11
TOTAL			**R$ 369,44**

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.			
2.2	**GPS, FGTS e outras contribuições**	**Percentual (%)**	**R$**
A	INSS	20,00%	R$ 453,89
B	Salário educação	2,50%	R$ 56,74
C	SAT - RAP x FAP	6,00%	R$ 136,17
D	SESI OU SESC	1,50%	R$ 34,04
E	SENAI OU SENAC	1,00%	R$ 22,69
F	SEBRAE	0,60%	R$ 13,62
G	INCRA	0,20%	R$ 4,54
H	FGTS	8,00%	R$ 181,56
TOTAL		**39,80%**	**R$ 903,24**

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários		
2.3	**Benefícios Mensais e Diários**	**R$**
A	Vale Alimentação (R$ 900,00 - 20%)	R$ 720,00
B	Vale Alimentação (Férias)	R$ 60,00
C	Beneficio Desjejum	R$ 205,00

000052

D	Benefício Assistência Médica	R$ 94,50
E	Benefício Social Familiar	R$ 31,00
F	Fundo de Formação	R$ 31,00
G	Vale Transporte (não tem transporte público no municipio)	R$ 0,00
	TOTAL	**R$ 1.141,50**

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos anuais, mensais e diários		
2	**Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários**	**Valor (R$)**
2.1	13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias	R$ 369,44
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R$ 903,24
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R$ 1.141,50
	TOTAL	**R$ 2.414,18**

Módulo 3: Provisão para Rescisão			
3	**Provisão para Rescisão**	**Percentual (%)**	**Valor R$**
A	Aviso Prévio Indenizado - API *(Custo parcialmente renovável)*	1,0319%	R$ 32,74
B	Incidência do FGTS sobre o API *(Custo não renovável)*	0,0014%	R$ 0,04
C	Multa do FGTS sobre o API	0,0018%	R$ 0,06
D	Aviso Prévio Trabalhado - APT *(Custo parcialmente renovável)*	0,0019%	R$ 0,06
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o APT *(Custo não renovável)*	0,0004%	R$ 0,01
	TOTAL		**R$ 32,91**

Módulo 4: Insumos Diversos		
4	**Insumos Diversos**	**Valor (R$)**
A	Uniformes e EPI´s	R$ 40,00
B	Ferramentas e Equipamentos	R$ 80,33
C	Outros (especificar)	R$ 0,00
	TOTAL	**R$ 120,33**

Módulo 5: Custos Indiretos, Tributos e Lucro			
5	**Custos Indiretos, Tributos e Lucro**	**Percentual (%)**	**Valor**
A	**Custos Indiretos** (despesas operacionais/administrativas/preposto/combustível e manutenção do veículo para transporte funcionário)	8,3083%	R$ 371,17
B	**Lucro**	5,0000%	R$ 241,93
C	**Tributos**		
	C.1 - Tributos Federais		
	PIS	0,65%	R$ 36,15
	COFINS	3,00%	R$ 166,85
	INSS (CPRB)		

1006058

	C.2 - Tributos Municipais		
	ISS - Locação de Mão de Obra Temporária.	5,00%	R$ 278,08
	C.3 - Tributos Estaduais		
	Total de tributos	**8,65%**	
TOTAL			**R$ 1.094,18**

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
Mão-de-obra vinculada à execução Contratual (valor por empregado)		**Valor**
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R$ 1.900,00
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R$ 2.414,18
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R$ 32,91
D	Módulo 4 - Insumos Diversos	R$ 120,33
Subtotal (A+B+C+D+E)		**R$ 4.467,43**
E	Módulo 5 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R$ 1.094,18
Valor Total por Empregado		**R$ 5.561,61**

0600039

RAZÃO SOCIAL - A PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO		
1	Tipo de serviço	Limpeza e Conservação.
2	Convenção Coletiva	PR000063/2026
3	Salário normativo da categoria profissional 44h	R$ 1.900,00
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS DIÁRIA
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	2026/2028

Módulo 1: Composição da Remuneração			
1	**Composição da Remuneração**		**Valor (R$)**
A	Salário Base 44h		R$ 1.900,00
B	Adicional de Insalubridade	0%	R$ 0,00
TOTAL			**R$ 1.900,00**

Módulo 2: Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias			
2.1	**13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias**	**(%)**	**Valor (R$)**
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	R$ 158,33
B	Adicional de Férias	11,11%	R$ 211,11
TOTAL			**R$ 369,44**

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.			
2.2	**GPS, FGTS e outras contribuições**	**Percentual (%)**	**R$**
A	INSS	20,00%	R$ 453,89
B	Salário educação	2,50%	R$ 56,74
C	SAT - RAP x FAP	6,00%	R$ 136,17
D	SESI OU SESC	1,50%	R$ 34,04
E	SENAI OU SENAC	1,00%	R$ 22,69
F	SEBRAE	0,60%	R$ 13,62
G	INCRA	0,20%	R$ 4,54
H	FGTS	8,00%	R$ 181,56
TOTAL		**39,80%**	**R$ 903,24**

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários		
2.3	**Benefícios Mensais e Diários**	**R$**
A	Vale Alimentação (R$ 900,00 - 20%)	R$ 720,00
B	Vale Alimentação (Férias)	R$ 60,00
C	Beneficio Desjejum	R$ 205,00

000050

D	Benefício Assistência Médica	R$ 94,50
E	Benefício Social Familiar	R$ 31,00
F	Fundo de Formação	R$ 31,00
G	Vale Transporte (não tem transporte público no municipio)	R$ 0,00
	TOTAL	**R$ 1.141,50**

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos anuais, mensais e diários		
2	**Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários**	**Valor (R$)**
2.1	13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias	R$ 369,44
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R$ 903,24
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R$ 1.141,50
	TOTAL	**R$ 2.414,18**

Módulo 3: Provisão para Rescisão			
3	**Provisão para Rescisão**	**Percentual (%)**	**Valor R$**
A	Aviso Prévio Indenizado - API *(Custo parcialmente renovável)*	1,0319%	R$ 32,74
B	Incidência do FGTS sobre o API *(Custo não renovável)*	0,0014%	R$ 0,04
C	Multa do FGTS sobre o API	0,0018%	R$ 0,06
D	Aviso Prévio Trabalhado - APT *(Custo parcialmente renovável)*	0,0019%	R$ 0,06
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o APT *(Custo não renovável)*	0,0004%	R$ 0,01
	TOTAL		**R$ 32,91**

Módulo 4: Insumos Diversos		
4	**Insumos Diversos**	**Valor (R$)**
A	Uniformes e EPI´s	R$ 40,00
B	Ferramentas e Equipamentos	R$ 23,39
C	Outros (especificar)	R$ 0,00
	TOTAL	**R$ 63,39**

Módulo 5: Custos Indiretos, Tributos e Lucro			
5	**Custos Indiretos, Tributos e Lucro**	**Percentual (%)**	**Valor**
A	**Custos Indiretos** (despesas operacionais/administrativas/preposto/combustível e manutenção do veículo para transporte funcionário)	8,4155%	R$ 371,17
B	**Lucro**	5,0000%	R$ 239,08
C	**Tributos**		
	C.1 - Tributos Federais		
	PIS	0,65%	R$ 35,73
	COFINS	3,00%	R$ 164,88
	INSS (CPRB)	0,00%	

0001961

	C.2 - Tributos Municipais		
	ISS - Locação de Mão de Obra Temporária.	5,00%	R$ 274,81
	C.3 - Tributos Estaduais		
	Total de tributos	**8,65%**	
TOTAL			**R$ 1.085,67**

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
Mão-de-obra vinculada à execução Contratual (valor por empregado)		**Valor**
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R$ 1.900,00
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R$ 2.414,18
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R$ 32,91
D	Módulo 4 - Insumos Diversos	R$ 63,39
Subtotal (A+B+C+D+E)		**R$ 4.410,49**
E	Módulo 5 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R$ 1.085,67
Valor Total por Empregado		**R$ 5.496,16**

290009

RAZÃO SOCIAL - A PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO		
1	Tipo de serviço	Limpeza e Conservação.
2	Convenção Coletiva	PR000063/2026
3	Salário normativo da categoria profissional 44h	R$ 2.404,00
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	OPERADOR DE MÁQUINA COSTAL
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	2026/2028

Módulo 1: Composição da Remuneração			
1	**Composição da Remuneração**		**Valor (R$)**
A	Salário Base 44h		R$ 2.404,00
B	Adicional de Insalubridade	0%	R$ 0,00
TOTAL			**R$ 2.404,00**

Módulo 2: Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias			
2.1	**13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias**	**(%)**	**Valor (R$)**
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	R$ 200,33
B	Adicional de Férias	11,11%	R$ 267,11
TOTAL			**R$ 467,44**

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.			
2.2	**GPS, FGTS e outras contribuições**	**Percentual (%)**	**R$**
A	INSS	20,00%	R$ 574,29
B	Salário educação	2,50%	R$ 71,79
C	SAT - RAP x FAP	6,00%	R$ 172,29
D	SESI OU SESC	1,50%	R$ 43,07
E	SENAI OU SENAC	1,00%	R$ 28,71
F	SEBRAE	0,60%	R$ 17,23
G	INCRA	0,20%	R$ 5,74
H	FGTS	8,00%	R$ 229,72
TOTAL		**39,80%**	**R$ 1.142,83**

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários		
2.3	**Benefícios Mensais e Diários**	**R$**

000063

A	Vale Alimentação (R$ 900,00 - 20%)	R$ 720,00
B	Vale Alimentação (Férias)	R$ 60,00
C	Benefício Desjejum	R$ 205,00
D	Benefício Assistência Médica	R$ 94,50
E	Benefício Social Familiar	R$ 31,00
F	Fundo de Formação	R$ 31,00
G	Vale Transporte (não tem transporte público no municipio)	R$ 0,00
TOTAL		**R$ 1.141,50**

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários		
2	**Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários**	**Valor (R$)**
2.1	13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias	R$ 467,44
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R$ 1.142,83
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R$ 1.141,50
		R$ 2.751,78

Módulo 3: Provisão para Rescisão			
3	**Provisão para Rescisão**	**Percentual (%)**	**Valor R$**
A	Aviso Prévio Indenizado - API *(Custo parcialmente renovável)*	1,0319%	R$ 41,42
B	Incidência do FGTS sobre o API *(Custo não renovável)*	0,0014%	R$ 0,06
C	Multa do FGTS sobre o API	0,0018%	R$ 0,07
D	Aviso Prévio Trabalhado - APT *(Custo parcialmente renovável)*	0,0019%	R$ 0,08
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o APT *(Custo não renovável)*	0,0004%	R$ 0,02
TOTAL			**R$ 41,64**

Módulo 4: Insumos Diversos		
4	**Insumos Diversos**	**Valor (R$)**
A	Uniformes e EPI´s	R$ 53,50
B	Ferramentas e Equipamentos	R$ 105,27
C	Outros (especificar)	R$ 0,00
TOTAL		**R$ 158,77**

Módulo 5: Custos Indiretos, Tributos e Lucro			
5	**Custos Indiretos, Tributos e Lucro**	**Percentual (%)**	**Valor**
A	**Custos Indiretos** (despesas operacionais/administrativas/preposto/combustível e manutenção do veículo para transporte funcionário)	6,9297%	R$ 371,17
B	**Lucro**	5,0000%	R$ 286,37

Rubrica

C	Tributos		
	C.1 - Tributos Federais		
	PIS	0,65%	R$ 42,79
	COFINS	3,00%	R$ 197,50
	INSS (CPRB)	0,00%	
	C.2 - Tributos Municipais		
	ISS - Locação de Mão de Obra Temporária.	5,00%	R$ 329,16
	C.3 - Tributos Estaduais		
	(especificar)	**8,65%**	
TOTAL			**R$ 1.226,98**

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
Mão-de-obra vinculada à execução Contratual (valor por empregado)		**Valor**
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R$ 2.404,00
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R$ 2.751,78
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R$ 41,64
D	Módulo 4 - Insumos Diversos	R$ 158,77
Subtotal (A+B+C+D+E)		**R$ 5.356,19**
E	Módulo 5 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R$ 1.226,98
Valor Total por Empregado		**R$ 6.583,18**

Veículo 1. Depreciação Discriminação Unidade Quantidade Custo unitário Subtotal Van unidade 1 R$ 60.000,00 R$ 60.000,00 Vida útil anos 20 Idade do veículo anos 10 Depreciação atual 65,18 R$ 65.180,00 Depreciação mensal veículos mês 240 R$ 60.000,00 R$ 250,00 2. Impostos e seguros Discriminação Unidade Quantidade Custo unitário Subtotal IPVA unidade 1 R$ 1.000,00 R$ 1.000,00 Licenciamento e Seguro obrigatório unidade 1 R$ 89,90 R$ 89,90 Seguro contra terceiros unidade 1 R$ 0,00 Custo Gps unidade 1 R$ 1.200,00 R$ 1.200,00 Impostos e seguros mensais mês 12 R$ 2.289,90 R$ 190,83 3. Consumo Discriminação Unidade Consumo Custo unitário Subtotal Custo de óleo diesel / km rodado km/l 7 R$ 6,10 Custo mensal com óleo diesel km 1500 R$ 0,87 R$ 1.307,14 Custo de óleo do motor /1.000 km rodados l/7.000 km 7 R$ 25,00 R$ 175,00 Custo mensal com óleo do motor km 1500 R$ 0,00 Custo de óleo da transmissão /1.000 km l/1.000 km 0,28 R$ 31,50 Custo mensal com óleo da transmissão km 1500 R$ 0,01 Custo de óleo hidráulico / 1.000 km l/1.000 km 4,99 R$

1. Depreciação

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal
Van	unidade	1	R$ 60.000,00	R$ 60.000,00
Vida útil	anos	20		
Idade do veículo	anos	10		
Depreciação atual	65,18			R$ 65.180,00
Depreciação mensal veículos	mês	240	R$ 60.000,00	R$ 250,00

2. Impostos e seguros

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal
IPVA	unidade	1	R$ 1.000,00	R$ 1.000,00

0900066

Licenciamento e Seguro obrigatório	unidade	1	R$ 89,90	R$ 89,90
Seguro contra terceiros	unidade	1		R$ 0,00
Custo Gps	unidade	1	R$ 1.200,00	R$ 1.200,00
Impostos e seguros mensais	**mês**	**12**	R$ 2.289,90	R$ 190,83

3. Consumo

Discriminação	Unidade	Consumo	Custo unitário	Subtotal
Custo de óleo diesel / km rodado	km/l	7	R$ 6,10	
Custo mensal com óleo diesel	km	1500	R$ 0,87	R$ 1.307,14
Custo de óleo do motor /1.000 km rodados	l/7.000 km	7	R$ 25,00	R$ 175,00
Custo mensal com óleo do motor	km	1500	R$ 0,00	
Custo de óleo da transmissão /1.000 km	l/1.000 km	0,28	R$ 31,50	

290988

Custo mensal com óleo da transmissão	km	1500	R$ 0,01	
Custo de óleo hidráulico / 1.000 km	l/1.000 km	4,99	R$ 21,98	
Custo mensal com óleo hidráulico	km	1500	R$ 0,11	
Custo de graxa /1.000 km rodados	kg/1.000 km	0,28	R$ 20,84	
Custo mensal com graxa	km	1500	R$ 0,01	
Custo com consumos/ km rodado	**R$/km rodado**			R$ 1.482,14

4. Consumo

Discriminação	Unidade	Consumo	Custo unitário	Subtotal
Custo de manutenção da van	R$/km rodado	1500	R$ 0,27	R$ 405,00
5. Pneus				
Discriminação	**Unidade**	**Consumo**	**Custo unitário**	**Subtotal**
Custo do jogo de pneus 1000 x 20	unidade	4	R$ 700,00	R$ 2.800,00

0096

Custo Jg. Compl / km rodado	km/jogo	35000	R$ 2.800,00	R$ 0,08
Custo mensal com pneus	km	1500	**0,08**	R$ 120,00
Custo Mensal com Veículo de transporte (R$/mês)				**R$ 611,99**
Custo Mensal com Veículo de transporte (R$/mês) por			8	R$ 76,50

RAZÃO SOCIAL - A PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO		
1	Tipo de serviço	Limpeza e Conservação.
2	Convenção Coletiva	PR000063/2026
3	Salário normativo da categoria profissional 44h	R$ 2.141,00
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Preposto
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	2025/2027

Módulo 1: Composição da Remuneração			
1	**Composição da Remuneração**		**Valor (R$)**
A	Salário Base 40h		R$ 973,18
B	Adicional de Insalubridade	0%	R$ 0,00
TOTAL			**R$ 973,18**

Módulo 2: Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias			
2.1	**13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias**	**(%)**	**Valor (R$)**
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	R$ 81,07
B	Férias Adicional de Férias	11,11%	R$ 108,13
TOTAL			**R$ 189,20**

000069

de Serviço (FGTS) e outras contribuições.			
2.2	**GPS, FGTS e outras contribuições**	**Percentual (%)**	**R$**
A	INSS	20,00%	R$ 194,64
B	Salário educação	2,50%	R$ 24,33
C	SAT - RAP x FAP	6,00%	R$ 58,39
D	SESI OU SESC	1,50%	R$ 14,60
E	SENAI OU SENAC	1,00%	R$ 9,73
F	SEBRAE	0,60%	R$ 5,84
G	INCRA	0,20%	R$ 1,95
H	FGTS	8,00%	R$ 77,85
TOTAL		**39,80%**	**R$ 387,33**

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários		
2.3	**Benefícios Mensais e Diários**	**R$**
A	Vale Alimentação (R$ 900,00 - 20%)	R$ 720,00
B	Vale Alimentação (Férias)	R$ 60,00
C	Beneficio Desjejum	R$ 0,00
D	Benefício Assistência Médica	R$ 94,50
E	Benefício Social Familiar	R$ 31,00
F	Fundo de Formação	R$ 31,00
G	Vale Transporte (não tem transporte público no municipio)	
TOTAL		**R$ 936,50**

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos anuais, mensais e diários		
2	**Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários**	**Valor (R$)**
2.1	13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias	R$ 189,20
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R$ 387,33
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R$ 936,50
TOTAL		**R$ 1.513,02**

000020

Módulo 3: Provisão para Rescisão			
3	**Provisão para Rescisão**	**Percentual (%)**	**Valor R$**
A	Aviso Prévio Indenizado - API *(Custo parcialmente renovável)*	1,0319%	R$ 10,04
B	Incidência do FGTS sobre o API *(Custo não renovável)*	0,0014%	R$ 0,01
C	Multa do FGTS sobre o API	0,0018%	R$ 0,02
D	Aviso Prévio Trabalhado - APT *(Custo parcialmente renovável)*	0,0019%	R$ 0,02
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o APT *(Custo não renováv*	0,0004%	R$ 0,00
TOTAL			**R$ 10,10**

Módulo 4: Insumos Diversos		
4	**Insumos Diversos**	**Valor (R$)**
A	Uniformes e EPI´s	R$ 0,00
B	Ferramentas e Equipamentos	R$ 0,00
C	Outros (especificar)	R$ 0,00
TOTAL		**R$ 0,00**

Módulo 5: Custos Indiretos, Tributos e Lucro			
5	**Custos Indiretos, Tributos e Lucro**	**Percentual (%)**	**Valor**
A	**Custos Indiretos** (despesas operacionais/administrativas/preposto/combustível e manutenção do veículo para transporte funcionário)	1,0000%	R$ 27,94
B	**Lucro**	1,0000%	R$ 27,94
C	**Tributos**		
	C.1 - Tributos Federais		
	PIS	0,65%	R$ 18,16
	COFINS	3,00%	R$ 83,82
	INSS (CPRB)	0,00%	
	C.2 - Tributos Municipais		
	ISS - Locação de Mão de Obra Temporária.	5,00%	R$ 139,69
	C.3 - Tributos Estaduais		
	(especificar)		
TOTAL		**10,65%**	**R$ 297,54**

0000271

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
Mão-de-obra vinculada à execução Contratual (valor por empregado)		**Valor**
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R$ 973,18
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R$ 1.513,02
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R$ 10,10
E	Módulo 4 - Insumos Diversos	R$ 0,00
Subtotal (A+B+C+D+E)		**R$ 2.496,30**
F	Módulo 5 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R$ 297,54
Valor Total por Empregado		**R$ 2.793,85**

insumos Mensais -Operador Maquina Costal					
Item	**Descrição**	**Valor Unitário**	**Quantidade Mensal**	**Valor Anual**	**Valor mensal**
A	Gasolina	R$ 1.742,40	1	R$ 1.742,40	R$ 1.742,40
B	Oleo 2T	R$ 284,46	1	R$ 284,46	R$ 284,46
C	Fio de Nilon	R$ 681,12	1	R$ 681,12	R$ 681,12
			TOTAL	**R$ 2.707,98**	**R$ 677,00**

RESUMO	
Total:	R$ 4.082,83
Total por empregado :	R$ 371,17

220900

UNIFORME E EPI´S - Serviços Gerais					
Item	Descrição	Valor Unitário	Quantidade anual	Valor Anual	Valor mensal
A	Calça em brim	R$ 90,00	2	R$ 180,00	
B	Camiseta manga longa	R$ 35,00	2	R$ 70,00	
C	Calçado ocupacional	R$ 90,00	2	R$ 180,00	
D	Óculos de proteção	R$ 12,00	2	R$ 24,00	
E	Luva de Raspa	R$ 13,00	2	R$ 26,00	
			TOTAL	**R$ 480,00**	**R$ 40,00**

UNIFORME E EPI´S -Operador Maquina Costal					
Item	Descrição	Valor Unitário	Quantidade anual	Valor Anual	Valor mensal
A	Calça em brim	R$ 90,00	2	R$ 180,00	
B	Camiseta manga longa	R$ 35,00	2	R$ 70,00	
C	Calçado ocupacional	R$ 90,00	2	R$ 180,00	
D	Óculos de proteção	R$ 12,00	2	R$ 24,00	
E	Luva de Raspa	R$ 13,00	2	R$ 26,00	
F	Caneleira	R$ 22,00	2	R$ 44,00	
G	Avental de raspa	R$ 31,00	2	R$ 62,00	
H	Abafador tipo concha	R$ 20,00	1	R$ 20,00	
I	Protetor Facial	R$ 36,00	1	R$ 36,00	
			TOTAL	**R$ 642,00**	**R$ 53,50**

QUADRO TOTAL RESUMO					
UNIFORME - EPI´S					
		Vlr. Mensal	Vlr. Anual por Empr.	Qtd. Total de Empr.	Vlr. Total
1	UNIFORME E EPI´S - Serviços Gerais	R$ 40,00	R$ 480,00	4	R$ 160,00
2	UNIFORME E EPI´S -Operador Maquina Costal	R$ 53,50	R$ 642,00	4	R$ 214,00

0060073

TOTAL	R$ 374,00

000174

equipamentos/insumos - Serviços Gerais					
Item	Descrição	Valor Unitário	Quantidade anual	Valor Anual	Valor mensal
A	vassouras para grama em metal.	R$ 35,00	4	R$ 140,00	
B	rastelos metálicos 14 dentes com cabo.	R$ 42,00	4	R$ 168,00	
C	enxadas com cabo, 2,5lb.	R$ 45,00	4	R$ 180,00	
D	pás com cabo.	R$ 40,00	4	R$ 160,00	
E	Serrote de poda	R$ 22,00	2	R$ 44,00	
F	Facão	R$ 18,00	2	R$ 36,00	
G	vassourões tipo gari	R$ 40,00	4	R$ 160,00	
H	Tesoura de poda	R$ 38,00	2	R$ 76,00	
			TOTAL	**R$ 964,00**	**R$ 80,33**

equipamentos -Operador Maquina Costal					
Item	Descrição	Valor Unitário	Quantidade anual	Valor Anual	Valor mensal
A	Motoserra, com potência de 0,250 Cilindrada (cm3),	R$ 1.850,00	1	R$ 1.850,00	
B	Moto poda com comprimento mínimo final de 2,70m,	R$ 4.085,00	1	R$ 4.085,00	
C	Roçadeira costal modelo de referência (STIHL FS85)	R$ 3.900,00	4	R$ 15.600,00	
D	Soprador profissional, potência mínima de 1 Hp,	R$ 3.730,00	1	R$ 3.730,00	
			TOTAL	**R$ 25.265,00**	**R$ 105,27**

QUADRO TOTAL RESUMO					
equipamentos/insumos					
		Vlr. Mensal	Vlr. Anual por Empr.	Qtd. Total de Empr.	Vlr. Total
1	equipamentos/insumos - Serviços Gerais	R$ 80,33	R$ 964,00	4	R$ 321,33
2	equipamentos -Operador Maquina Costal	R$ 105,27	R$ 1.263,25	4	R$ 421,08
TOTAL					**R$ 742,42**

0000273

licitacao@planalto.pr.gov.br

De: Thales Oliveira <licitacao@grupogm.net.br>
Enviado em: segunda-feira, 14 de setembro de 2026 13:42
Para: licitacao@planalto.pr.gov.br
Assunto: RES: Solicitação de Orçamento - URGENTE!
Anexos: PROPOSTA PREÇOS Planalto Orçamento.pdf; PLANILHAS DE CUSTOS Orçamento Planalto.xlsx

Prezado, segue orçamento em anexo.

Qualquer dúvida, estou à disposição!

Peço a gentileza de confirmar o recebimento do presente e-mail.

Atenciosamente,

GM SERVIÇOS (47) 3624 0107

Thales Renan de Oliveira Batista
Departamento de Licitações
licitacao@grupogm.net.br
[47] 3624 0107
Eugênio de Souza, 77 - Centro | Canoinhas SC

De: licitacao@planalto.pr.gov.br [mailto:licitacao@planalto.pr.gov.br]
Enviada em: quinta-feira, 10 de setembro de 2026 09:41
Para: financeirodeltalimpeza@gmail.com; compacto.licitacao@gmail.com; licitacao@grupogm.net.br; fiscalveiga61@gmal.com; mmrlimpezas@gmail.com
Assunto: Solicitação de Orçamento - URGENTE!

Bom dia!
Até o momento, não obtivemos retorno referente ao orçamento e à planilha de custos solicitada no dia 25 de agosto de 2026, contemplando integralmente todas as obrigações, contribuições, benefícios e encargos trabalhistas e tributários aplicáveis.
Dessa forma, aguardaremos o envio do orçamento e da planilha até o dia 15 de setembro de 2026, para que possamos dar continuidade ao processo licitatório.
Desde já, agradecemos pela atenção e aguardamos o retorno.
Aguardo de IMEDIATO a confirmação de recebimento do e-mail.

Diego Vinicius Ruckhaber

006076

Município de Planalto PR - Licitação
Praça São Francisco de Assis, 1583, Centro
Planalto - Paraná
(46)3555-8121

006077

PROPOSTA DE PREÇOS

EMPRESA: GM INSTALADORA
TELEFONE: 47 3624-0107
CNPJ: 14.623.473/0001-50
ENDEREÇO: Rua Eugênio de Souza, 77
CIDADE: CANOINHAS **ESTADO:** SC

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuo de profissionais a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para atender as necessidades do município de Planalto-PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e os benefícios e encargos exigidos Convenção Coletiva de Trabalho – CCT nº PR000063/2026, que segue em anexo, conforme segue:

LOTE 001							
ITEM	**OBJETO**	**PROFIS-SIONAIS**	**QTD**	**UNID**	**TOTAL**	**VALOR UNIT.**	**VALOR TOTAL**
01	Contratação de empresa para execução dos serviços de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS,** incluindo mão-de-obra, encargos e tributos pertinentes. Carga horária: 44 (quarenta e quatro) horas semanais. Quantidade máxima de 04 profissionais, com estimativa para 12 (doze) meses. **Valor unitário de referência deverá ser mensal.**	04	12	MÊS	48	R$ 8.367,45	R$ 401.637,82
02	Contratação de empresa para execução dos serviços de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS,** incluindo mão-de-obra, encargos e tributos pertinentes. Carga horária: 08 (oito) horas por dia. Quantidade máxima de 05 profissionais simultâneos. **Valor unitário de referência deverá ser por profissional diário.**	DIÁRIA			150	R$ 331,87	R$ 49.780,71
03	Contratação de empresa para execução dos serviços de **OPERADOR DE MAQUINAS COSTAL,** incluindo mão-de-	04	12	MÊS	48	R$ 11.567,26	R$ 555.228,59

6678

	obra, encargos e tributos pertinentes. Carga horária: 44 (quarenta e quatro) horas semanais. Quantidade máxima de 04 profissionais, com estimativa para 12 (doze) meses. **Valor unitário de referência deverá ser mensal.**						

OBRIGAÇÕES DA EMPRESA:

- Preencher o modelo de planilha de custos disponibilizado em anexo, contemplando integralmente todas as obrigações, contribuições, benefícios e encargos trabalhistas obrigatórios previstos na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT nº PR000063/2026, em anexo a este arquivo da proposta de preços;
- Fornecimento, transporte e armazenamento dos equipamentos, ferramentas e dos funcionários para execução dos serviços;
- Fornecimento dos seguintes equipamentos: 01 veículo para transporte dos funcionários, 04 roçadeiras, 01 motosserra porte médio, 01 moto-poda porte médio, 01 soprador porte médio, serrotes ou tesouras de poda, machado, facão, ferramentas de jardinagens, vassouras de jardim, rastelo, etc.
- Todos os equipamentos acima descritos deverão estar em bom estado de conservação, em perfeitas condições de funcionamento e aptos à adequada execução dos serviços. A CONTRATADA deverá manter os equipamentos disponíveis para utilização sempre que solicitados pela CONTRATANTE, devendo disponibilizá-los no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir da solicitação formal dos equipamentos necessários à execução do respectivo serviço;
- A CONTRATADA será integralmente responsável pelo abastecimento dos veículos e equipamentos acima descritos, incluindo o fornecimento de diesel ou gasolina, conforme o tipo de equipamento, bem como pela realização de todas as manutenções preventivas e corretivas necessárias, de modo a garantir suas perfeitas condições de funcionamento e a continuidade da execução dos serviços;
- A jornada de trabalho será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, cuja distribuição poderá ocorrer de forma flexível, de acordo com a jornada estabelecida pela CONTRATANTE e conforme a necessidade e a demanda dos serviços a serem executados, observados os limites legais aplicáveis.
- Em razão da natureza dos serviços e da necessidade de atendimento às demandas da CONTRATANTE, a jornada poderá ser ajustada e distribuída de maneira diversa ao longo da semana, podendo, quando necessário, ser programada a realização de atividades aos sábados no período da manhã ou após o horário habitual de trabalho, desde que respeitada a carga horária semanal contratada e a legislação trabalhista aplicável.
- As horas eventualmente realizadas além da jornada diária ordinária serão devidamente registradas e poderão ser objeto de compensação mediante banco de horas, conforme programação e necessidade da CONTRATANTE, de modo a assegurar o cumprimento da carga horária semanal de 44 (quarenta e quatro) horas, observados os limites legais e as disposições trabalhistas aplicáveis.
- A definição dos horários e da distribuição da jornada será realizada pela CONTRATANTE, considerando a demanda dos serviços, a necessidade de atendimento e o adequado cumprimento das atividades, devendo a CONTRATADA assegurar a disponibilidade dos profissionais necessários para o atendimento da jornada estabelecida.

- A CONTRATADA deverá fornecer um preposto, uma pessoa responsável que reside no município de Planalto-PR, comprovando através de um comprovante de residência em nome da pessoa e que comprove o vínculo desta pessoa com a CONTRATADA.
TOTAL: R$ 1.006.647,13

VALOR TOTAL: R$ 1.006.647,13 (um milhão, seis mil seiscentos e quarenta e sete reais e treze centavos).

PRAZO DE ENTREGA: 30 dias

VALIDADE DA PROPOSTA: 90 dias

DATA 14 de setembro de 2026.

GUSTAVO DE LIMA ROCHA:08071577910

Assinado de forma digital por GUSTAVO DE LIMA ROCHA:08071577910
Dados: 2026.09.14 13:41:01 -03'00'

ASSINATURA COM CARIMBO

ANEXO I – PLANILHA DE CUSTOS E CCT PR000063/2026

• Acesse a Convenção Coletiva de Trabalho – CCT nº PR000063/2026:
https://drive.google.com/file/d/1lq51d4lJ1jbT9jbF7RXDTkyj19Ho4y1f/view?usp=sharing

QUADRO RESUMO					
Item	Descrição	Valor Unitário	Valor Mensal	Quantidade de Func./Diária	Valor Vigência (x12)
1	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	R$ 8.367,45	R$ 33.469,82	4	R$ 401.637,82
2	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS DIÁRIA	R$ 331,87		150	R$ 49.780,71
3	OPERADOR DE MÁQUINA COSTAL	R$ 11.567,26	R$ 46.269,05	4	R$ 555.228,59
TOTAL			**R$ 79.738,87**		**R$ 1.006.647,13**

RAZÃO SOCIAL - A PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO		
1	Tipo de serviço	Limpeza e Conservação.
2	Convenção Coletiva	PR000063/2026
3	Salário normativo da categoria profissional 44h	R$ 1.900,00
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	2026/2028

Módulo 1: Composição da Remuneração			
1	**Composição da Remuneração**		**Valor (R$)**
A	Salário Base 44h		R$ 1.900,00
B	Adicional de Insalubridade	20%	R$ 380,00
	TOTAL		**R$ 2.280,00**

Módulo 2: Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias			
2.1	**13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias**	**(%)**	**Valor (R$)**
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	R$ 189,92
B	Adicional de Férias	2,78%	R$ 63,38
	TOTAL		**R$ 253,31**

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.			
2.2	**GPS, FGTS e outras contribuições**	**Percentual (%)**	**R$**
A	INSS	20,00%	R$ 456,00
B	Salário educação	2,50%	R$ 57,00
C	SAT - RAP x FAP	6,00%	R$ 136,80
D	SESI OU SESC	1,50%	R$ 34,20
E	SENAI OU SENAC	1,00%	R$ 22,80
F	SEBRAE	0,60%	R$ 13,68
G	INCRA	0,20%	R$ 4,56
H	FGTS	8,00%	R$ 182,40
	TOTAL	**39,80%**	**R$ 907,44**

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários		
2.3	**Benefícios Mensais e Diários**	**R$**
A	Vale Alimentação (R$ 900,00 - 20%)	R$ 720,00
B	Vale Alimentação (Férias)	R$ 60,00
C	Benefício Desjejum	R$ 205,00
D	Benefício Assistência Médica	R$ 94,50
E	Benefício Social Familiar	R$ 31,00
F	Fundo de Formação	R$ 31,00
G	Vale Transporte (não tem transporte público no município)	R$ 0,00
	TOTAL	**R$ 1.141,50**

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos anuais, mensais e diários		
2	**Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários**	**Valor (R$)**
2.1	13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias	R$ 253,31
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R$ 907,44
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R$ 1.141,50
	TOTAL	**R$ 2.302,25**

Módulo 3: Provisão para Rescisão			
3	**Provisão para Rescisão**	**Percentual (%)**	**Valor R$**
A	Aviso Prévio Indenizado - API *(Custo parcialmente renovável)*	1,0319%	R$ 23,53
B	Incidência do FGTS sobre o API *(Custo não renovável)*	0,0014%	R$ 0.03
C	Multa do FGTS sobre o API	0,0018%	R$ 0.04
D	Aviso Prévio Trabalhado - APT *(Custo parcialmente renovável)*	0,0019%	R$ 0.04
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o APT *(Custo não renovável)*	0,0004%	R$ 0.01
	TOTAL		**R$ 23,65**

Módulo 4: Insumos Diversos		
4	**Insumos Diversos**	**Valor (R$)**
A	Uniformes e EPI´s	R$ 100,00
B	Ferramentas e Equipamentos	R$ 1.850,00
C	Outros (especificar)	R$ 0.00
	TOTAL	**R$ 1.950,00**

Módulo 5: Custos Indiretos, Tributos e Lucro			
5	**Custos Indiretos, Tributos e Lucro**	**Percentual (%)**	**Valor**
A	**Custos Indiretos** (despesas operacionais/administrativas/preposto/combustível e manutenção do veículo para transporte funcionário)	8,0000%	R$ 669,40
B	**Lucro**	5,0000%	R$ 418,37
C	**Tributos**		
	C.1 - Tributos Federais		
	PIS	0,65%	R$ 54,39
	COFINS	3,00%	R$ 251,02
	INSS (CPRB)	0,00%	
	C.2 - Tributos Municipais		
	ISS - Locação de Mão de Obra Temporária.	5,00%	R$ 418,37
	C.3 - Tributos Estaduais		
	(especificar)		
	TOTAL	**21,65%**	**R$ 1.811,55**

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
	Mão-de-obra vinculada à execução Contratual (valor por empregado)	**Valor**
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R$ 2.280,00
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R$ 2.302,25
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R$ 23,65

D	Módulo 4 - Insumos Diversos	R$ 1.950,00
	Subtotal (A+B+C+D+E)	**R$ 6.555,90**
E	Módulo 5 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R$ 1.811,55
	Valor Total por Empregado	**R$ 8.367,45**

066083

RAZÃO SOCIAL - A PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO		
1	Tipo de serviço	Limpeza e Conservação.
2	Convenção Coletiva	PR000063/2026
3	Salário normativo da categoria profissional 44h	R$ 1.900,00
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS DIÁRIA
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	2026/2028

Módulo 1: Composição da Remuneração			
1	**Composição da Remuneração**		**Valor (R$)**
A	Salário Base 44h		R$ 1.900,00
B	Adicional de Insalubridade	20%	R$ 380,00
	TOTAL		**R$ 2.280,00**

Módulo 2: Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias			
2.1	**13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias**	**(%)**	**Valor (R$)**
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	R$ 189,92
B	Adicional de Férias	2,78%	R$ 63,38
	TOTAL		**R$ 253,31**

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.			
2.2	**GPS, FGTS e outras contribuições**	**Percentual (%)**	**R$**
A	INSS	20,00%	R$ 456,00
B	Salário educação	2,50%	R$ 57,00
C	SAT - RAP x FAP	6,00%	R$ 136,80
D	SESI OU SESC	1,50%	R$ 34,20
E	SENAI OU SENAC	1,00%	R$ 22,80
F	SEBRAE	0,60%	R$ 13,68
G	INCRA	0,20%	R$ 4,56
H	FGTS	8,00%	R$ 182,40
	TOTAL	**39,80%**	**R$ 907,44**

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários		
2.3	**Benefícios Mensais e Diários**	**R$**
A	Vale Alimentação (R$ 900,00 - 20%)	R$ 720,00
B	Vale Alimentação (Férias)	R$ 60,00
C	Benefício Desjejum	R$ 205,00
D	Benefício Assistência Médica	R$ 94,50
E	Benefício Social Familiar	R$ 31,00
F	Fundo de Formação	R$ 31,00
G	Vale Transporte (não tem transporte público no município)	R$ 0,00
	TOTAL	**R$ 1.141,50**

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos anuais, mensais e diários		
2	**Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários**	**Valor (R$)**
2.1	13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias	R$ 253,31
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R$ 907,44
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R$ 1.141,50
	TOTAL	**R$ 2.302,25**

Módulo 3: Provisão para Rescisão			
3	**Provisão para Rescisão**	**Percentual (%)**	**Valor R$**
A	Aviso Prévio Indenizado - API *(Custo parcialmente renovável)*	1,0319%	R$ 23,53
B	Incidência do FGTS sobre o API *(Custo não renovável)*	0,0014%	R$ 0,03
C	Multa do FGTS sobre o API	0,0018%	R$ 0,04
D	Aviso Prévio Trabalhado - APT *(Custo parcialmente renovável)*	0,0019%	R$ 0,04
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o APT *(Custo não renovável)*	0,0004%	R$ 0,01
	TOTAL		**R$ 23,65**

Módulo 4: Insumos Diversos		
4	**Insumos Diversos**	**Valor (R$)**
A	Uniformes e EPI's	R$ 100,00
B	Ferramentas e Equipamentos	R$ 50,00
C	Outros (especificar)	R$ 1.850,00
	TOTAL	**R$ 2.000,00**

Módulo 5: Custos Indiretos, Tributos e Lucro			
5	**Custos Indiretos, Tributos e Lucro**	**Percentual (%)**	**Valor**
A	**Custos Indiretos** (despesas operacionais/administrativas/preposto/combustível e manutenção do veículo para transporte funcionário)	10,0000%	R$ 995,61
B	**Lucro**	15,0000%	R$ 1.493,42
C	**Tributos**		
	C.1 - Tributos Federais		
	PIS	0,65%	R$ 64,71
	COFINS	3,00%	R$ 298,68
	INSS (CPRB)	0,00%	
	C.2 - Tributos Municipais		
	ISS - Locação de Mão de Obra Temporária.	5,00%	R$ 497,81
	C.3 - Tributos Estaduais		
	(especificar)		
	TOTAL	**33,65%**	**R$ 3.350,24**

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
	Mão-de-obra vinculada à execução Contratual (valor por empregado)	**Valor**
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R$ 2.280,00
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R$ 2.302,25
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R$ 23,65

D	Módulo 4 - Insumos Diversos	R$ 2.000,00
	Subtotal (A+B+C+D+E)	**R$ 6.605,90**
E	Módulo 5 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R$ 3.350,24
	Valor Total por Empregado	**R$ 9.956,14**
	Valor TOTAL DA DIÁRIA	**R$ 331,87**

RAZÃO SOCIAL - A PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO		
1	Tipo de serviço	Limpeza e Conservação.
2	Convenção Coletiva	PR000063/2026
3	Salário normativo da categoria profissional 44h	R$ 2.404,00
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	OPERADOR DE MÁQUINA COSTAL
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	2026/2028

Módulo 1: Composição da Remuneração			
1	**Composição da Remuneração**		**Valor (R$)**
A	Salário Base 44h		R$ 2.404,00
B	Adicional de Insalubridade	20%	R$ 480,80
	TOTAL		**R$ 2.884,80**

Módulo 2: Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias			
2.1	**13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias**	**(%)**	**Valor (R$)**
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	R$ 240,30
B	Adicional de Férias	2,78%	R$ 80,20
	TOTAL		**R$ 320,50**

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.			
2.2	**GPS, FGTS e outras contribuições**	**Percentual (%)**	**R$**
A	INSS	20,00%	R$ 576,96
B	Salário educação	2,50%	R$ 72,12
C	SAT - RAP x FAP	6,00%	R$ 173,09
D	SESI OU SESC	1,50%	R$ 43,27
E	SENAI OU SENAC	1,00%	R$ 28,85
F	SEBRAE	0,60%	R$ 17,31
G	INCRA	0,20%	R$ 5,77
H	FGTS	8,00%	R$ 230,78
	TOTAL	**39,80%**	**R$ 1.148,15**

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários		
2.3	**Benefícios Mensais e Diários**	**R$**
A	Vale Alimentação (R$ 900,00 - 20%)	R$ 720,00
B	Vale Alimentação (Férias)	R$ 60,00
C	Beneficio Desjejum	R$ 205,00
D	Beneficio Assistência Médica	R$ 94,50
E	Beneficio Social Familiar	R$ 31,00
F	Fundo de Formação	R$ 31,00
G	Vale Transporte (não tem transporte público no municipio)	R$ 0,00
	TOTAL	**R$ 1.141,50**

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários		
2	**Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários**	**Valor (R$)**
2.1	13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias	R$ 320,50
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R$ 1.148,15
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R$ 1.141,50
		R$ 2.610,15

Módulo 3: Provisão para Rescisão			
3	**Provisão para Rescisão**	**Percentual (%)**	**Valor R$**
A	Aviso Prévio Indenizado - API *(Custo parcialmente renovável)*	1,0319%	R$ 29,77
B	Incidência do FGTS sobre o API *(Custo não renovável)*	0,0014%	R$ 0,04
C	Multa do FGTS sobre o API	0,0018%	R$ 0,05
D	Aviso Prévio Trabalhado - APT *(Custo parcialmente renovável)*	0,0019%	R$ 0,05
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o APT *(Custo não renovável)*	0,0004%	R$ 0,01
	TOTAL		**R$ 29,93**

Módulo 4: Insumos Diversos		
4	**Insumos Diversos**	**Valor (R$)**
A	Uniformes e EPI´s	R$ 100,00
B	Ferramentas e Equipamentos	R$ 1.850,00
C	Combustivel e óleos para equipamentos	R$ 200,00
D	Outros (especificar)	
	TOTAL	**R$ 2.150,00**

Módulo 5: Custos Indiretos, Tributos e Lucro			
5	**Custos Indiretos, Tributos e Lucro**	**Percentual (%)**	**Valor**
A	**Custos Indiretos** (despesas operacionais/administrativas/preposto/combustivel e manutenção do veiculo para transporte funcionário)	10,0000%	R$ 1.156,73
B	**Lucro**	15,0000%	R$ 1.735,09
C	**Tributos**		
	C.1 - Tributos Federais		
	PIS	0,65%	R$ 75,19
	COFINS	3,00%	R$ 347,02
	INSS (CPRB)	0,00%	
	C.2 - Tributos Municipais		
	ISS - Locação de Mão de Obra Temporária.	5,00%	R$ 578,36
	C.3 - Tributos Estaduais		
	(especificar)		
	TOTAL	**33,65%**	**R$ 3.892,38**

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
	Mão-de-obra vinculada à execução Contratual (valor por empregado)	**Valor**
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R$ 2.884,80

B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R$ 2.610,15
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R$ 29,93
D	Módulo 4 - Insumos Diversos	R$ 2.150,00
	Subtotal (A+B+C+D+E)	**R$ 7.674,88**
E	Módulo 5 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R$ 3.892,38
	Valor Total por Empregado	**R$ 11.567,26**

licitacao@planalto.pr.gov.br

De: COMPACTO SERVIÇOS <compacto.licitacao@gmail.com>
Enviado em: quinta-feira, 10 de setembro de 2026 16:35
Para: licitacao@planalto.pr.gov.br
Assunto: Re: Solicitação de Orçamento - URGENTE!
Anexos: PROPOSTA COMPACTO 2.pdf; PLANILHAS DE CUSTOS ok pregão.xlsx

Boa tarde,

Segue o orçamento solicitado.

Em qui., 10 de set. de 2026 às 09:41, <licitacao@planalto.pr.gov.br> escreveu:

> Bom dia!
> Até o momento, não obtivemos retorno referente ao orçamento e à planilha de custos solicitada no dia 25 de agosto de 2026, contemplando integralmente todas as obrigações, contribuições, benefícios e encargos trabalhistas e tributários aplicáveis.
> Dessa forma, aguardaremos o envio do orçamento e da planilha até o dia 15 de setembro de 2026, para que possamos dar continuidade ao processo licitatório.
> Desde já, agradecemos pela atenção e aguardamos o retorno.
> Aguardo de IMEDIATO a confirmação de recebimento do e-mail.

Diego Vinicius Ruckhaber

Município de Planalto PR - Licitação

Praça São Francisco de Assis, 1583, Centro

Planalto - Paraná

(46)3555-8121

--

COMPACTO AGENCIAMENTO DE MAO DE OBRA EIRELI
CNPJ: 37.118.350/0001-67
Departamento de Licitações e Contratos
(85) 99639-1847

006088

COMPACTO

A Prefeitura Municipal de Planalto - PR

1. **IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:**

a) Razão Social: COMPACTO AGENCIAMENTO DE MAO DE OBRA LTDA
b) CNPJ n.º: 37.118.350/0001-67
c) Inscrição Estadual: ISENTO
d) Endereço completo: Rua Padre Quinderé, Nº 60, Sala 02, bairro Aldeota, CEP 60125-060, Fortaleza – CE.
e) Dados Bancários: Banco, Agência e n.º da conta corrente: BRADESCO, AGENCIA 3447, CONTA 106-06
f) Telefone, (85) 99639-1847, e-mail: compacto.licitacao@gmail.com

QUADRO RESUMO					
Item	Descrição	Valor Unitário	Valor Mensal	Quantidade de Func./Diária	Valor Vigência (x12)
1	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	R$ 5.303,81	R$ 21.215,26	4	R$ 254.583,10
2	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS DIÁRIA	R$ 176,79		150	R$ 26.519,07
3	OPERADOR DE MÁQUINA COSTAL	R$ 6.720,30	R$ 26.881,22	4	R$ 322.574,61
TOTAL			R$ 48.096,48		R$ 603.676,79

A- DO OBJETO

A presente Dispensa Emergencial tem como objetivo a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuo de profissionais a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para atender as necessidades do município de Planalto-PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência, conforme segue:

B- DA VALIDADE

Sessenta (60) dias contados de sua emissão.

C- DOS VALORES

C.1 – MENSAL: R$ 48.096,48 (Quarenta e oito mil e noventa e seis reais e quarenta e oito centavos)

OBRIGAÇÕES DA EMPRESA:

- Preencher o modelo de planilha de custos disponibilizado em anexo, contemplando integralmente todas as obrigações, contribuições, benefícios e encargos trabalhistas obrigatórios previstos na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT nº PR000063/2026, em anexo a este arquivo da proposta de preços;

- Fornecimento, transporte e armazenamento dos equipamentos, ferramentas e dos funcionários para execução dos serviços;

- Fornecimento dos seguintes equipamentos: 01 veículo para transporte dos funcionários, 04 roçadeiras, 01 motosserra porte médio, 01 moto-poda porte médio, 01 soprador porte médio, serrotes ou tesouras de poda, machado, facão, ferramentas de jardinagens, vassouras de jardim, rastelo, etc.

- Todos os equipamentos acima descritos deverão estar em bom estado de conservação, em perfeitas condições de funcionamento e aptos à adequada execução dos serviços. A CONTRATADA deverá manter os equipamentos disponíveis para utilização sempre que solicitados pela CONTRATANTE, devendo disponibilizá-los no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir da solicitação formal dos equipamentos necessários à execução do respectivo serviço;

- A CONTRATADA será integralmente responsável pelo abastecimento dos veículos e equipamentos acima descritos, incluindo o fornecimento de diesel ou gasolina, conforme o tipo de equipamento, bem

como pela realização de todas as manutenções preventivas e corretivas necessárias, de modo a garantir suas perfeitas condições de funcionamento e a continuidade da execução dos serviços;

- A jornada de trabalho será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, cuja distribuição poderá ocorrer de forma flexível, de acordo com a jornada estabelecida pela CONTRATANTE e conforme a necessidade e a demanda dos serviços a serem executados, observados os limites legais aplicáveis.
- Em razão da natureza dos serviços e da necessidade de atendimento às demandas da CONTRATANTE, a jornada poderá ser ajustada e distribuída de maneira diversa ao longo da semana, podendo, quando necessário, ser programada a realização de atividades aos sábados no período da manhã ou após o horário habitual de trabalho, desde que respeitada a carga horária semanal contratada e a legislação trabalhista aplicável.

- As horas eventualmente realizadas além da jornada diária ordinária serão devidamente registradas e poderão ser objeto de compensação mediante banco de horas, conforme programação e necessidade da CONTRATANTE, de modo a assegurar o cumprimento da carga horária semanal de 44 (quarenta e quatro) horas, observados os limites legais e as disposições trabalhistas aplicáveis.

- A definição dos horários e da distribuição da jornada será realizada pela CONTRATANTE, considerando a demanda dos serviços, a necessidade de atendimento e o adequado cumprimento das atividades, devendo a CONTRATADA assegurar a disponibilidade dos profissionais necessários para o atendimento da jornada estabelecida.

- A CONTRATADA deverá fornecer um preposto, uma pessoa responsável que reside no município de Planalto-PR, comprovando através de um comprovante de residência em nome da pessoa e que comprove o vínculo desta pessoa com a CONTRATADA.

Fortaleza – CE, 10 de setembro de 2026.

REBECA COUTINHO IBIAPINA
RG: 2001010347770 SSP/CE
CPF 001.282.733-99

QUADRO RESUMO					
Item	Descrição	Valor Unitário	Valor Mensal	Quantidade de Func./Diária	Valor Vigência (x12)
1	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	R$ 5.303,81	R$ 21.215,26	4	R$ 254.583,10
2	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS DIÁRIA	R$ 176,79		150	R$ 26.519,07
3	OPERADOR DE MÁQUINA COSTAL	R$ 6.720,30	R$ 26.881,22	4	R$ 322.574,61
TOTAL			**R$ 48.096,48**		**R$ 603.676,79**

RAZÃO SOCIAL - A PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO		
1	Tipo de serviço	Limpeza e Conservação.
2	Convenção Coletiva	PR000063/2026
3	Salário normativo da categoria profissional 44h	R$ 1.900,00
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	2026/2028

Módulo 1: Composição da Remuneração			
1	**Composição da Remuneração**		**Valor (R$)**
A	Salário Base 44h		R$ 1.900,00
B	Adicional de Insalubridade	0%	R$ 0,00
	TOTAL		**R$ 1.900,00**

Módulo 2: Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias			
2.1	**13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias**	**(%)**	**Valor (R$)**
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	R$ 158,27
B	Adicional de Férias	2,78%	R$ 52,82
	TOTAL		**R$ 211,09**

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.			
2.2	**GPS, FGTS e outras contribuições**	**Percentual (%)**	**R$**
A	INSS	20,00%	R$ 380,00
B	Salário educação	2,50%	R$ 47,50
C	SAT - RAP x FAP	2,00%	R$ 38,00
D	SESI OU SESC	1,50%	R$ 28,50
E	SENAI OU SENAC	1,00%	R$ 19,00
F	SEBRAE	0,60%	R$ 11,40
G	INCRA	0,20%	R$ 3,80
H	FGTS	8,00%	R$ 152,00
	TOTAL	**35,80%**	**R$ 680,20**

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários		
2.3	**Benefícios Mensais e Diários**	**R$**
A	Vale Alimentação (R$ 900,00 - 20%)	R$ 720,00
B	Vale Alimentação (Férias)	R$ 60,00
C	Benefício Desjejum	R$ 205,00
D	Benefício Assistência Médica	R$ 94,50
E	Benefício Social Familiar	R$ 31,00
F	Fundo de Formação	R$ 31,00
G	Vale Transporte (não tem transporte público no município)	R$ 0,00
	TOTAL	**R$ 1.141,50**

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos anuais, mensais e diários		
2	**Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários**	**Valor (R$)**
2.1	13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias	R$ 211,09
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R$ 680,20
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R$ 1.141,50
	TOTAL	**R$ 2.032,79**

Módulo 3: Provisão para Rescisão			
3	**Provisão para Rescisão**	**Percentual (%)**	**Valor R$**
A	Aviso Prévio Indenizado - API *(Custo parcialmente renovável)*	1,0319%	R$ 19,61
B	Incidência do FGTS sobre o API *(Custo não renovável)*	0,0014%	R$ 0,03
C	Multa do FGTS sobre o API	0,0018%	R$ 0,03
D	Aviso Prévio Trabalhado - APT *(Custo parcialmente renovável)*	0,0019%	R$ 0,04
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o APT *(Custo não renovável)*	0,0004%	R$ 0,01
	TOTAL		**R$ 19,71**

Módulo 4: Insumos Diversos		
4	**Insumos Diversos**	**Valor (R$)**
A	Uniformes e EPI´s	R$ 100,00
B	Ferramentas e Equipamentos	R$ 50,00
C	Outros (especificar)	R$ 0,00
	TOTAL	**R$ 150,00**

Módulo 5: Custos Indiretos, Tributos e Lucro			
5	**Custos Indiretos, Tributos e Lucro**	**Percentual (%)**	**Valor**
A	**Custos Indiretos** (despesas operacionais/administrativas/preposto/combustível e manutenção do veículo para transporte funcionário)	8,0000%	R$ 424,31
B	**Lucro**	6,0000%	R$ 318,23
C	**Tributos**		
	C.1 - Tributos Federais		
	PIS	0,65%	R$ 34,47
	COFINS	3,00%	R$ 159,11
	INSS (CPRB)	0,00%	
	C.2 - Tributos Municipais		
	ISS - Locação de Mão de Obra Temporária.	5,00%	R$ 265,19
	C.3 - Tributos Estaduais		
	(especificar)		
	TOTAL	**22,65%**	**R$ 1.201,31**

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
	Mão-de-obra vinculada à execução Contratual (valor por empregado)	**Valor**
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R$ 1.900,00
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R$ 2.032,79
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R$ 19,71

D	Módulo 4 - Insumos Diversos	R$ 150,00
	Subtotal (A+B+C+D+E)	**R$ 4.102,50**
E	Módulo 5 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R$ 1.201,31
	Valor Total por Empregado	**R$ 5.303,81**

RAZÃO SOCIAL - A PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO		
1	Tipo de serviço	Limpeza e Conservação.
2	Convenção Coletiva	PR000063/2026
3	Salário normativo da categoria profissional 44h	R$ 1.900,00
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS DIÁRIA
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	2026/2028

Módulo 1: Composição da Remuneração			
1	**Composição da Remuneração**		**Valor (R$)**
A	Salário Base 44h		R$ 1.900,00
B	Adicional de Insalubridade	0%	R$ 0,00
TOTAL			**R$ 1.900,00**

Módulo 2: Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias			
2.1	**13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias**	**(%)**	**Valor (R$)**
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	R$ 158,27
B	Adicional de Férias	2,78%	R$ 52,82
TOTAL			**R$ 211,09**

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.			
2.2	**GPS, FGTS e outras contribuições**	**Percentual (%)**	**R$**
A	INSS	20,00%	R$ 380,00
B	Salário educação	2,50%	R$ 47,50
C	SAT - RAP x FAP	2,00%	R$ 38,00
D	SESI OU SESC	1,50%	R$ 28,50
E	SENAI OU SENAC	1,00%	R$ 19,00
F	SEBRAE	0,60%	R$ 11,40
G	INCRA	0,20%	R$ 3,80
H	FGTS	8,00%	R$ 152,00
TOTAL		**35,80%**	**R$ 680,20**

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários		
2.3	**Benefícios Mensais e Diários**	**R$**
A	Vale Alimentação (R$ 900,00 - 20%)	R$ 720,00
B	Vale Alimentação (Férias)	R$ 60,00
C	Benefício Desjejum	R$ 205,00
D	Benefício Assistência Médica	R$ 94,50
E	Benefício Social Familiar	R$ 31,00
F	Fundo de Formação	R$ 31,00
G	Vale Transporte (não tem transporte público no município)	R$ 0,00
TOTAL		**R$ 1.141,50**

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos anuais, mensais e diários		
2	**Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários**	**Valor (R$)**
2.1	13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias	R$ 211,09
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R$ 680,20
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R$ 1.141,50
TOTAL		**R$ 2.032,79**

Módulo 3: Provisão para Rescisão			
3	**Provisão para Rescisão**	**Percentual (%)**	**Valor R$**
A	Aviso Prévio Indenizado - API *(Custo parcialmente renovável)*	1,0319%	R$ 19,61
B	Incidência do FGTS sobre o API *(Custo não renovável)*	0,0014%	R$ 0,03
C	Multa do FGTS sobre o API	0,0018%	R$ 0,03
D	Aviso Prévio Trabalhado - APT *(Custo parcialmente renovável)*	0,0019%	R$ 0,04
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o APT *(Custo não renovável)*	0,0004%	R$ 0,01
TOTAL			**R$ 19,71**

Módulo 4: Insumos Diversos		
4	**Insumos Diversos**	**Valor (R$)**
A	Uniformes e EPI´s	R$ 100,00
B	Ferramentas e Equipamentos	R$ 50,00
C	Outros (especificar)	R$ 0,00
TOTAL		**R$ 150,00**

Módulo 5: Custos Indiretos, Tributos e Lucro			
5	**Custos Indiretos, Tributos e Lucro**	**Percentual (%)**	**Valor**
A	**Custos Indiretos** (despesas operacionais/administrativas/preposto/combustível e manutenção do veículo para transporte funcionário)	8,0000%	R$ 424,31
B	**Lucro**	6,0000%	R$ 318,23
C	**Tributos**		
	C.1 - Tributos Federais		
	PIS	0,65%	R$ 34,47
	COFINS	3,00%	R$ 159,11
	INSS (CPRB)	0,00%	
	C.2 - Tributos Municipais		
	ISS - Locação de Mão de Obra Temporária.	5,00%	R$ 265,19
	C.3 - Tributos Estaduais		
	(especificar)		
TOTAL		**22,65%**	**R$ 1.201,31**

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
	Mão-de-obra vinculada à execução Contratual (valor por empregado)	**Valor**
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R$ 1.900,00
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R$ 2.032,79
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R$ 19,71

D	Módulo 4 - Insumos Diversos	R$ 150,00
	Subtotal (A+B+C+D+E)	**R$ 4.102,50**
E	Módulo 5 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R$ 1.201,31
	Valor Total por Empregado	**R$ 5.303,81**
	Valor TOTAL DA DIÁRIA	**R$ 176,79**

RAZÃO SOCIAL - A PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO		
1	Tipo de serviço	Limpeza e Conservação.
2	Convenção Coletiva	PR000063/2026
3	Salário normativo da categoria profissional 44h	R$ 2.404,00
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	OPERADOR DE MÁQUINA COSTAL
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	2026/2028

Módulo 1: Composição da Remuneração			
1	**Composição da Remuneração**		**Valor (R$)**
A	Salário Base 44h		R$ 2.404,00
B	Adicional de Insalubridade	0%	R$ 0,00
	TOTAL		**R$ 2.404,00**

Módulo 2: Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias			
2.1	**13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias**	**(%)**	**Valor (R$)**
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	R$ 200,25
B	Adicional de Férias	2,78%	R$ 66,83
	TOTAL		**R$ 267,08**

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.			
2.2	**GPS, FGTS e outras contribuições**	**Percentual (%)**	**R$**
A	INSS	20,00%	R$ 480,80
B	Salário educação	2,50%	R$ 60,10
C	SAT - RAP x FAP	2,00%	R$ 48,08
D	SESI OU SESC	1,50%	R$ 36,06
E	SENAI OU SENAC	1,00%	R$ 24,04
F	SEBRAE	0,60%	R$ 14,42
G	INCRA	0,20%	R$ 4,81
H	FGTS	8,00%	R$ 192,32
	TOTAL	**35,80%**	**R$ 860,63**

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários		
2.3	**Benefícios Mensais e Diários**	**R$**
A	Vale Alimentação (R$ 900,00 - 20%)	R$ 720,00
B	Vale Alimentação (Férias)	R$ 60,00
C	Beneficio Desjejum	R$ 205,00
D	Beneficio Assistência Médica	R$ 94,50
E	Beneficio Social Familiar	R$ 31,00
F	Fundo de Formação	R$ 31,00
G	Vale Transporte (não tem transporte público no municipio)	R$ 0,00
	TOTAL	**R$ 1.141,50**

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários		
2	**Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários**	**Valor (R$)**
2.1	13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias	R$ 267,08
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R$ 860,63
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R$ 1.141,50
		R$ 2.269,22

Módulo 3: Provisão para Rescisão			
3	**Provisão para Rescisão**	**Percentual (%)**	**Valor R$**
A	Aviso Prévio Indenizado - API *(Custo parcialmente renovável)*	1,0319%	R$ 24,81
B	Incidência do FGTS sobre o API *(Custo não renovável)*	0,0014%	R$ 0,03
C	Multa do FGTS sobre o API	0,0018%	R$ 0,04
D	Aviso Prévio Trabalhado - APT *(Custo parcialmente renovável)*	0,0019%	R$ 0,05
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o APT *(Custo não renovável)*	0,0004%	R$ 0,01
	TOTAL		**R$ 24,94**

Módulo 4: Insumos Diversos		
4	**Insumos Diversos**	**Valor (R$)**
A	Uniformes e EPI´s	R$ 100,00
B	Ferramentas e Equipamentos	R$ 200,00
C	Combustivel e óleos para equipamentos	R$ 200,00
D	Outros (especificar)	R$ 0,00
	TOTAL	**R$ 500,00**

Módulo 5: Custos Indiretos, Tributos e Lucro			
5	**Custos Indiretos, Tributos e Lucro**	**Percentual (%)**	**Valor**
A	**Custos Indiretos** (despesas operacionais/administrativas/preposto/combustivel e manutenção do veiculo para transporte funcionário)	8,0000%	R$ 537,62
B	**Lucro**	6,0000%	R$ 403,22
C	**Tributos**		
	C.1 - Tributos Federais		
	PIS	0,65%	R$ 43,68
	COFINS	3,00%	R$ 201,61
	INSS (CPRB)	0,00%	
	C.2 - Tributos Municipais		
	ISS - Locação de Mão de Obra Temporária.	5,00%	R$ 336,02
	C.3 - Tributos Estaduais		

	(especificar)		
	TOTAL	22,65%	R$ 1.522,15

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
	Mão-de-obra vinculada à execução Contratual (valor por empregado)	**Valor**
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R$ 2.404,00
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R$ 2.269,22
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R$ 24,94
D	Módulo 4 - Insumos Diversos	R$ 500,00
	Subtotal (A+B+C+D+E)	**R$ 5.198,16**
E	Módulo 5 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R$ 1.522,15
	Valor Total por Empregado	**R$ 6.720,30**

licitacao@planalto.pr.gov.br

De: COMPACTO SERVIÇOS <compacto.licitacao@gmail.com>
Enviado em: segunda-feira, 14 de setembro de 2026 13:42
Para: licitacao@planalto.pr.gov.br
Assunto: Re: Solicitação de Orçamento - URGENTE!
Anexos: relatorioConsultaFap.pdf; RAT COMPACTO 2026.pdf

Boa tarde,

Segue nosso RAT X FAP atualizado.

Em sex., 11 de set. de 2026 às 16:30, <licitacao@planalto.pr.gov.br> escreveu:

Boa tarde!
Verificou-se que foram apresentados percentuais inferiores aos indicados no modelo para os encargos de SAT – RAT x FAP para todos os itens deste objeto.

Dessa forma, solicitamos a complementação e adequação da planilha de custos, contemplando integralmente essa contribuição.

Caso a empresa possua isenção legal, enquadramento tributário diferenciado ou qualquer outra condição que justifique a utilização de percentuais inferiores aos indicados na planilha-modelo, deverá apresentar, juntamente com a planilha revisada, documentação legal ou comprovação pertinente que demonstre a possibilidade de aplicação dos percentuais informados.

Ressaltamos que, conforme já informado no arquivo encaminhado para apresentação do orçamento, é obrigatória a utilização do modelo de planilha de custos disponibilizado em anexo, com o preenchimento integral de todos os campos, especialmente aqueles relacionados às obrigações, contribuições, benefícios e encargos previstos na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT nº PR000063/2026.

Solicitamos, portanto, que a planilha seja revisada e reapresentada com as devidas adequações ou, quando aplicável, acompanhada da documentação comprobatória que justifique os valores e percentuais apresentados.

De: COMPACTO SERVIÇOS <compacto.licitacao@gmail.com>
Enviada em: quinta-feira, 10 de setembro de 2026 16:35
Para: licitacao@planalto.pr.gov.br
Assunto: Re: Solicitação de Orçamento - URGENTE!

Boa tarde,

Segue o orçamento solicitado.

Em qui., 10 de set. de 2026 às 09:41, <licitacao@planalto.pr.gov.br> escreveu:

000098

Bom dia!
Até o momento, não obtivemos retorno referente ao orçamento e à planilha de custos solicitada no dia 25 de agosto de 2026, contemplando integralmente todas as obrigações, contribuições, benefícios e encargos trabalhistas e tributários aplicáveis.
Dessa forma, aguardaremos o envio do orçamento e da planilha até o dia 15 de setembro de 2026, para que possamos dar continuidade ao processo licitatório.
Desde já, agradecemos pela atenção e aguardamos o retorno.
Aguardo de IMEDIATO a confirmação de recebimento do e-mail.

Diego Vinicius Ruckhaber

Município de Planalto PR - Licitação

Praça São Francisco de Assis, 1583, Centro

Planalto - Paraná

(46)3555-8121

--

COMPACTO AGENCIAMENTO DE MAO DE OBRA EIRELI

CNPJ: 37.118.350/0001-67

Departamento de Licitações e Contratos

(85) 99639-1847

--

COMPACTO AGENCIAMENTO DE MAO DE OBRA EIRELI
CNPJ: 37.118.350/0001-67
Departamento de Licitações e Contratos
(85) 99639-1847

006099

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Resultado da Consulta FAP - Ano Vigência 2026

Dados do Estabelecimento

CNPJ	37.118.350/0001-67
Razão Social	COMPACTO AGENCIAMENTO DE MAO DE OBRA LTDA
Endereço	AV ENGENHEIRO HUMBERTO MONTE 2929 SALA 602 BS2, PICI, FORTALEZA, CE, 60440593
Inicio da Atividade	12/05/2020
Última Atualização na RFB	12/05/2020

Dados do FAP

Vigência: 2026 **Valor:** 0,5000 **Tipo:** Cálculo Original **Realizado em:** 30/09/2025

Informações da Extração

Vigência: **2026**	Início Período Base: **01/01/2023**	Fim Período Base: **31/12/2024**	
GFIP:			
Benefícios: **22/01/2025**	Sistema Único de Benefícios - SUB		
ESocial: **03/07/2025**	Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial		
CAT: **10/07/2025**	Sistema de Comunicação de Acidente de Trabalho - CATWEB		
Expectativa de Vida: **21/03/2025**		Ano Referência:**2023**	IBGE

Dados do Cálculo

0	Comunicação de Acidente de Trabalho - CAT
0	B91 - Auxílio por incapacidade temporária por acidente de trabalho
0	B92 - Aposentadoria por incapacidade permanente por acidente de trabalho
0	B93 - Pensão por morte por acidente de trabalho
0	B94 - Auxílio-acidente por acidente de trabalho
0	Nexo Técnico Previdenciário sem CAT vinculada
R$ 0,00	Valor Total de Benefícios Pagos
R$ 3.121.992,29	Massa Salarial
66,50	Número Médio de Vínculos
8.516	Total de Estabelecimentos na subclasse CNAE
7.467	Total de Estabelecimentos na subclasse CNAE com todos os insumos necessários ao cálculo do FAP
81.21-4/00	CNAE - LIMPEZA EM PREDIOS E EM DOMICILIOS

Indicadores do Cálculo

Índice de Frequência: **0,0000**	Nº Ordem de Frequência: **1,0000**	Percentil de Frequência: **0,0000**
Índice de Gravidade: **0,0000**	Nº Ordem de Gravidade: **1,0000**	Percentil de Gravidade: **0,0000**
Índice de Custo: **0,0000**	Nº Ordem de Custo: **1,0000**	Percentil de Custo: **0,0000**
Taxa Média de Rotatividade: **42,2114%**		Índice Composto: **0,0000**

000100

Tabela de Estabelecimentos

Filtro de pesquisa

Tipo de Inscrição	Número de Inscrição
1 - CNPJ	37.118.350/0001-67

Resultado da pesquisa

Estabelecimento: CNPJ - 37.118.350/0001-67 - COMPACTO AGENCIAMENTO DE MAO DE OBRA LTDA

Incluir validade (/portal/EstabelecimentoObra/CadastroCompleto/IncluirNovoPeriodo?tipoInscricao=1&numeroInscricao=37118350000167)

Início da Validade	Término da Validade	CNAE Preponderante	Alíquota RAT	FAP	Data de Recepção	Ação
10/2025 (/portal/EstabelecimentoObra/CadastroCompleto/Visualizar?idEstabObra=35205277341&idEvento=35205277341)	-	6204-0/00 - Consultoria em tecnologia da informação	2	1,0000	15/10/2025 13:56:47	Alterar (/portal/EstabelecimentoObra/CadastroCompleto/Editar?idEstabObra=35205277341&idEvento=35205277341) Excluir (https://www.esocial.gov.br/portal/EstabelecimentoObra/CadastroCompleto/DownloadEvento?idEvento=35205277341&recibo=)

Início da Validade	Término da Validade	CNAE Preponderante	Alíquota RAT	FAP	Data de Recepção	Ação
09/2025 (/portal/EstabelecimentoObra/CadastroCompleto/Visualizar?idEstabObra=35205347625&idEvento=35205347625)	09/2025	6204-0/00 - Consultoria em tecnologia da informação	2	1,0000	15/10/2025 13:59:01	Alterar (/portal/EstabelecimentoObra/CadastroCompleto/Editar?idEstabObra=35205347625&idEvento=35205347625) Excluir (https://www.esocial.gov.br/portal/EstabelecimentoObra/CadastroCompleto/DownloadEvento?idEvento=35205347625&recibo=)
05/2024 (/portal/EstabelecimentoObra/CadastroCompleto/Visualizar?idEstabObra=25981397025&idEvento=25981397025)	08/2025	8121-4/00 - Limpeza em prédios e em domicílios	3	1,0000	21/05/2024 15:13:07	Alterar (/portal/EstabelecimentoObra/CadastroCompleto/Editar?idEstabObra=25981397025&idEvento=25981397025) Excluir (https://www.esocial.gov.br/portal/EstabelecimentoObra/CadastroCompleto/DownloadEvento?idEvento=25981397025&recibo=)
04/2023 (/portal/EstabelecimentoObra/CadastroCompleto/Visualizar?idEstabObra=19661539304&idEvento=19661539304)	04/2024	8121-4/00 - Limpeza em prédios e em domicílios	3	1,0000	05/05/2023 13:54:57	Alterar (/portal/EstabelecimentoObra/CadastroCompleto/Editar?idEstabObra=19661539304&idEvento=19661539304) Excluir (https://www.esocial.gov.br/portal/EstabelecimentoObra/CadastroCompleto/DownloadEvento?idEvento=19661539304&recibo=)
03/2023 (/portal/EstabelecimentoObra/CadastroCompleto/Visualizar?idEstabObra=19097748056&idEvento=19097748056)	03/2023	8121-4/00 - Limpeza em prédios e em domicílios	3	1,0000	31/03/2023 18:28:20	Alterar (/portal/EstabelecimentoObra/CadastroCompleto/Editar?idEstabObra=19097748056&idEvento=19097748056) Excluir (https://www.esocial.gov.br/portal/EstabelecimentoObra/CadastroCompleto/DownloadEvento?idEvento=19097748056&recibo=)
01/2021 (/portal/EstabelecimentoObra/CadastroCompleto/Visualizar?idEstabObra=19308844392&idEvento=19308844392)	02/2023	8121-4/00 - Limpeza em prédios e em domicílios	3	1,0000	11/04/2023 13:31:13	Alterar (/portal/EstabelecimentoObra/CadastroCompleto/Editar?idEstabObra=19308844392&idEvento=19308844392) Excluir (https://www.esocial.gov.br/portal/EstabelecimentoObra/CadastroCompleto/DownloadEvento?idEvento=19308844392&recibo=)
11/2020 (/portal/EstabelecimentoObra/CadastroCompleto/Visualizar?idEstabObra=8995952422&idEvento=8995952422)	12/2020	8121-4/00 - Limpeza em prédios e em domicílios	3	0,5000	20/01/2021 00:38:40	Alterar (/portal/EstabelecimentoObra/CadastroCompleto/Editar?idEstabObra=8995952422&idEvento=8995952422) Excluir (https://www.esocial.gov.br/portal/EstabelecimentoObra/CadastroCompleto/DownloadEvento?idEvento=8995952422&recibo=)

Início da Validade	Término da Validade	CNAE Preponderante	Alíquota RAT	FAP	Data de Recepção	Ação
05/2020 (/portal/EstabelecimentoObra/CadastroCompleto/Visualizar?idEstabObra=19307815423&idEvento=19307815423)	10/2020	8121-4/00 - Limpeza em prédios e em domicílios	3	1,0000	11/04/2023 12:47:38	Alterar (/portal/EstabelecimentoObra/CadastroCompleto/Editar?idEstabObra=19307815423&idEvento=19307815423) Excluir (https://www.esocial.gov.br/portal/EstabelecimentoObra/CadastroCompleto/DownloadEvento?idEvento=19307815423&recibo=)

Página 1 / 1

Cadastrar novo Estabelecimento (/portal/EstabelecimentoObra/CadastroCompleto/Incluir)

licitacao@planalto.pr.gov.br

De: gabriel@deltalimpeza.com.br
Enviado em: terça-feira, 15 de setembro de 2026 12:28
Para: licitacao@planalto.pr.gov.br
Cc: deltalimpeza03@gmail.com
Assunto: RES: Solicitação de Orçamento!
Anexos: PROPOSTA PREÇOS DELTA LIMPEZA.pdf

Prezados, boa tarde

Segue anexo a cotação de preço.

Agradeço o contato.

Atenciosamente,

GRUPO DELTA

Gabriel H. Soares

ADMINISTRADOR

41 99842-8096

GABRIEL@DELTALIMPEZA.COM.BR

RUA MARIO DE ANDRADE 39 - CURITIBA-PR

De: licitacao@planalto.pr.gov.br <licitacao@planalto.pr.gov.br>
Enviada em: quinta-feira, 3 de setembro de 2026 17:08
Para: gabriel@deltalimpeza.com.br
Assunto: Solicitação de Orçamento!

Boa tarde, me chamo Diego, sou da prefeitura de Planalto, do setor de licitação, solicito um orçamento para uma contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuo de profissionais a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para atender as necessidades do município de Planalto-PR.
Aguardaremos o envio do orçamento e da planilha até o dia 09 de setembro de 2026, para que possamos dar continuidade ao processo licitatório.
Portanto, segue o anexo do mesmo para preenchimento dos dados da empresa e demais informações necessárias.
Fico no aguardo deste preenchido!
Aguardo de IMEDIATO a confirmação de recebimento do e-mail.

Diego Vinicius Ruckhaber
Município de Planalto PR - Licitação
Praça São Francisco de Assis, 1583, Centro

006104

000105

MUNICÍPIO DE PLANALTO

CNPJ: 76.460.526/0001-16
Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101
E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br
Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

PROPOSTA DE PREÇOS

EMPRESA: DELTA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA
TELEFONE: (41) 3582-3073
CNPJ: 15.641.016/0001-50
ENDEREÇO: R. Mário de Andrade, 39 -Fazendinha, Curitiba - PR, 81330-160

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuo de profissionais a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para atender as necessidades do município de Planalto-PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e os benefícios e encargos exigidos Convenção Coletiva de Trabalho – CCT nº PR000063/2026, que segue em anexo, conforme segue:

LOTE 001							
ITEM	**OBJETO**	**PROFIS-SIONAIS**	**QTD**	**UNID**	**TOTAL**	**VALOR UNIT.**	**VALOR TOTAL**
01	Contratação de empresa para execução dos serviços de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS,** incluindo mão-de-obra, encargos e tributos pertinentes. Carga horária: 44 (quarenta e quatro) horas semanais. Quantidade máxima de 04 profissionais, com estimativa para 12 (doze) meses. **Valor unitário de referência deverá ser mensal.**	04	12	MÊS	48	R$ 5.900,69	R$ 283.233,12
02	Contratação de empresa para execução dos serviços de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS,** incluindo mão-de-obra, encargos e tributos pertinentes. Carga horária: 08 (oito) horas por dia. Quantidade máxima de 05 profissionais simultâneos. **Valor unitário de referência deverá ser por profissional diário.**	DIÁRIA			150	R$ 214,57	R$ 32.185,58
03	Contratação de empresa para execução dos serviços de **OPERADOR DE MAQUINAS COSTAL,** incluindo mão-de-obra, encargos e tributos pertinentes. Carga horária: 44 (quarenta e quatro) horas	04	12	MÊS	48	R$ 5.508,00	R$ 264.384,00

000106

	semanais. Quantidade máxima de 04 profissionais, com estimativa para 12 (doze) meses. **Valor unitário de referência deverá ser mensal.**						

OBRIGAÇÕES DA EMPRESA:

- Preencher o modelo de planilha de custos disponibilizado em anexo, contemplando integralmente todas as obrigações, contribuições, benefícios e encargos trabalhistas obrigatórios previstos na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT nº PR000063/2026, em anexo a este arquivo da proposta de preços;
- Fornecimento, transporte e armazenamento dos equipamentos, ferramentas e dos funcionários para execução dos serviços;
- Fornecimento dos seguintes equipamentos: 01 veículo para transporte dos funcionários, 04 roçadeiras, 01 motosserra porte médio, 01 moto-poda porte médio, 01 soprador porte médio, serrotes ou tesouras de poda, machado, facão, ferramentas de jardinagens, vassouras de jardim, rastelo, etc.
- Todos os equipamentos acima descritos deverão estar em bom estado de conservação, em perfeitas condições de funcionamento e aptos à adequada execução dos serviços. A CONTRATADA deverá manter os equipamentos disponíveis para utilização sempre que solicitados pela CONTRATANTE, devendo disponibilizá-los no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir da solicitação formal dos equipamentos necessários à execução do respectivo serviço;
- A CONTRATADA será integralmente responsável pelo abastecimento dos veículos e equipamentos acima descritos, incluindo o fornecimento de diesel ou gasolina, conforme o tipo de equipamento, bem como pela realização de todas as manutenções preventivas e corretivas necessárias, de modo a garantir suas perfeitas condições de funcionamento e a continuidade da execução dos serviços;
- A jornada de trabalho será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, cuja distribuição poderá ocorrer de forma flexível, de acordo com a jornada estabelecida pela CONTRATANTE e conforme a necessidade e a demanda dos serviços a serem executados, observados os limites legais aplicáveis.
- Em razão da natureza dos serviços e da necessidade de atendimento às demandas da CONTRATANTE, a jornada poderá ser ajustada e distribuída de maneira diversa ao longo da semana, podendo, quando necessário, ser programada a realização de atividades aos sábados no período da manhã ou após o horário habitual de trabalho, desde que respeitada a carga horária semanal contratada e a legislação trabalhista aplicável.
- As horas eventualmente realizadas além da jornada diária ordinária serão devidamente registradas e poderão ser objeto de compensação mediante banco de horas, conforme programação e necessidade da CONTRATANTE, de modo a assegurar o cumprimento da carga horária semanal de 44 (quarenta e quatro) horas, observados os limites legais e as disposições trabalhistas aplicáveis.
- A definição dos horários e da distribuição da jornada será realizada pela CONTRATANTE, considerando a demanda dos serviços, a necessidade de atendimento e o adequado cumprimento das atividades, devendo a CONTRATADA assegurar a disponibilidade dos profissionais necessários para o atendimento da jornada estabelecida.
- A CONTRATADA deverá fornecer um preposto, uma pessoa responsável que reside no município de Planalto-PR, comprovando através de um comprovante de residência em nome da pessoa e que comprove o vínculo desta pessoa com a CONTRATADA.

TOTAL: R$

006107

VALOR TOTAL: R$ 579.802,70

PRAZO DE ENTREGA: 30 dias

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 dias

Curitiba/PR, 15 de setembro de 2026.

DELTA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA:15641016000150

Assinado de forma digital por DELTA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA:15641016000150
Dados: 2026.09.15 12:18:06 -03'00'

ASSINATURA COM CARIMBO

ANEXO I – PLANILHA DE CUSTOS E CCT PR000063/2026

- Acesse a planilha de custos no link:
https://docs.google.com/spreadsheets/d/1ZuMddaARiw8zjCZcODAMi_qNz9JdNuSv/edit?usp=sharing&ouid=114037206892612404648&rtpof=true&sd=true

- Acesse a Convenção Coletiva de Trabalho – CCT nº PR000063/2026:
https://drive.google.com/file/d/1Iq51d4IJ1jbT9jbF7RXDTkyj19Ho4y1f/view?usp=sharing

006108

licitacao@planalto.pr.gov.br

De:	licitacao@planalto.pr.gov.br
Enviado em:	quinta-feira, 10 de setembro de 2026 09:41
Para:	'financeirodeltalimpeza@gmail.com'; 'compacto.licitacao@gmail.com'; 'licitacao@grupogm.net.br'; 'fiscalveiga61@gmal.com'; 'mmrlimpezas@gmail.com'
Assunto:	Solicitação de Orçamento - URGENTE!
Anexos:	PROPOSTA PREÇOS ok.docx

Bom dia!
Até o momento, não obtivemos retorno referente ao orçamento e à planilha de custos solicitada no dia 25 de agosto de 2026, contemplando integralmente todas as obrigações, contribuições, benefícios e encargos trabalhistas e tributários aplicáveis.
Dessa forma, aguardaremos o envio do orçamento e da planilha até o dia 15 de setembro de 2026, para que possamos dar continuidade ao processo licitatório.
Desde já, agradecemos pela atenção e aguardamos o retorno.
Aguardo de IMEDIATO a confirmação de recebimento do e-mail.

Diego Vinicius Ruckhaber
Município de Planalto PR - Licitação
Praça São Francisco de Assis, 1583, Centro
Planalto - Paraná
(46)3555-8121

006109

licitacao@planalto.pr.gov.br

De: licitacao@planalto.pr.gov.br
Enviado em: terça-feira, 15 de setembro de 2026 14:06
Para: 'gabriel@deltalimpeza.com.br'
Assunto: RES: Solicitação de Orçamento!

Boa tarde Gabriel, confirmo o recebimento do orçamento, porém não recebi o anexo da planilha de custos preenchida, referente a este orçamento. Ressaltamos que, conforme já informado no arquivo encaminhado para apresentação do orçamento, é obrigatória a utilização do modelo de planilha de custos disponibilizado em anexo, com o preenchimento integral de todos os campos, especialmente aqueles relacionados às obrigações, contribuições, benefícios e encargos previstos na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT nº PR000063/2026.
Dessa forma, aguardaremos o envio da planilha de custos preenchida, até o dia 18 de setembro de 2026, para que possamos dar continuidade ao processo licitatório.
Caso a documentação solicitada não seja encaminhada até a referida data, daremos prosseguimento ao processo sem considerar o orçamento anteriormente encaminhado pela empresa, tendo em vista a necessidade de conclusão da pesquisa de preços e continuidade dos procedimentos administrativos.
Desde já, agradecemos pela atenção e aguardamos o retorno.

De: gabriel@deltalimpeza.com.br <gabriel@deltalimpeza.com.br>
Enviada em: terça-feira, 15 de setembro de 2026 12:28
Para: licitacao@planalto.pr.gov.br
Cc: deltalimpeza03@gmail.com
Assunto: RES: Solicitação de Orçamento!

Prezados, boa tarde

Segue anexo a cotação de preço.

Agradeço o contato.

Atenciosamente,

GRUPO DELTA

Gabriel H. Soares
ADMINISTRADOR

41 99842-8096
GABRIEL@DELTALIMPEZA.COM.BR
RUA MARIO DE ANDRADE 39 - CURITIBA-PR

De: licitacao@planalto.pr.gov.br <licitacao@planalto.pr.gov.br>
Enviada em: quinta-feira, 3 de setembro de 2026 17:08

006110

Para: gabriel@deltalimpeza.com.br
Assunto: Solicitação de Orçamento!

Boa tarde, me chamo Diego, sou da prefeitura de Planalto, do setor de licitação, solicito um orçamento para uma contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuo de profissionais a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para atender as necessidades do município de Planalto-PR.
Aguardaremos o envio do orçamento e da planilha até o dia 09 de setembro de 2026, para que possamos dar continuidade ao processo licitatório.
Portanto, segue o anexo do mesmo para preenchimento dos dados da empresa e demais informações necessárias.
Fico no aguardo deste preenchido!
Aguardo de IMEDIATO a confirmação de recebimento do e-mail.

Diego Vinicius Ruckhaber
Município de Planalto PR - Licitação
Praça São Francisco de Assis, 1583, Centro
Planalto - Paraná
(46)3555-8121

licitacao@planalto.pr.gov.br

De: marcela dias amorim <limadeamorim@hotmail.com>
Enviado em: quarta-feira, 26 de agosto de 2026 09:45
Para: licitacao@planalto.pr.gov.br
Assunto: RE: Solicitação de Orçamento!

Bom dia

Não temos interesse em novos contratos!

De: licitacao@planalto.pr.gov.br <licitacao@planalto.pr.gov.br>
Enviado: terça-feira, 25 de agosto de 2026 16:26
Para: limadeamorim@hotmail.com <limadeamorim@hotmail.com>
Assunto: Solicitação de Orçamento!

Boa tarde, me chamo Diego, sou da prefeitura de Planalto, do setor de licitação, solicito um orçamento para uma contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuo de profissionais a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para atender as necessidades do município de Planalto-PR.
Portanto, segue o anexo do mesmo para preenchimento dos dados da empresa e demais informações necessárias.
Fico no aguardo deste preenchido!
Aguardo de IMEDIATO a confirmação de recebimento do e-mail.

Diego Vinicius Ruckhaber
Município de Planalto PR - Licitação
Praça São Francisco de Assis, 1583, Centro
Planalto - Paraná
(46)3555-8121

006112

cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras/acompanhamento-compra?compra=98782305900312026

Whatsapp | LICITAÇÃO 2026 - K... | Pesquisa de Preços... | Município de Planal... | Todos os favoritos

Compras.gov.br

01

Acompanhar Contratação > Pregão Eletrônico : UASG 987823 - Nº 90031/2026 (Lei 14.133/2021)

O termo de julgamento e o termo de homologação estarão disponíveis após a conclusão destas etapas, respectivamente.

GRUPO 1 | 2 itens
Sem benefícios ME/EPP
Homologado

Valor estimado (total) R$ 7.568.562,6000

Tratamento diferenciado
Sem benefícios ME/EPP (Art. 4º, lei 14.133/2021)

Aplicabilidade margem de preferência
Não

Exigência de conteúdo nacional
Não

1 PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO - ÁREAS I...
Sem benefícios ME/EPP

Qtde solicitada 108
Valor estimado (unitário) R$ 5.259,7400

Descrição detalhada
SERVIÇO DE SERVENTE PARA LIMPEZA E MANUTENÇÃO - 40 horas 9 cargos

Quantidade solicitada
108

Unidade de fornecimento
METRO QUADRADO

Critério de julgamento
Menor Preço

Valor estimado (unitário)
R$ 5.259,7400

Valor estimado (total)
R$ 568.051,9200

Orçamento sigiloso
Não

Intervalo mínimo entre Lances
0,10%

Tratamento diferenciado
Sem benefícios ME/EPP (Art. 4º, lei 14.133/2021)

Aplicabilidade margem de preferência
Não

Exigência de conteúdo nacional
Não

2 PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO - ÁREAS I...
Sem benefícios ME/EPP

Qtde solicitada 1044
Valor estimado (unitário) R$ 6.705,4700

Voltar para pesquisa

24°C Ensolarado | Pesquisar | POR PTB2 | 14:58 16/09/2026

006113

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº036/2026

1 Pelo presente instrumento, nesta cidade de Porto Amazonas, Estado do Paraná, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado a Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 76.179.837/0001-01, com sede na Rua Guilherme Schiffer, nº 67, em Porto Amazonas, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **SR. ELIAS JOCID GOMES DA COSTA**, brasileiro, casado, RG nº 4572335-6 SSP/PR, CPF nº 865.490.069-53, residente e domiciliado nesta cidade e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa **CENTRO DE EVENTOS MILOCA LTDA**, CNPJ n° 44.653.476/0001-05, estabelecida à Rua Rod. Eng° Lauri Simões de Barros, Km 34, s/nº, Bairro Barreiro, CEP 18.290-000, Buri, Estado de São Paulo, representada por **CELSO EMILIO SOUTO**, inscrito no CPF 002.908.478-42, portador da cédula de identidade Civil RG 1.022.790-3, para assinarem a presente Ata, nos termos da Lei n°14.133/2021, do Decreto Municipal nº056/2023 e do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** que tem como objeto o Registro de Preços para contratação de pessoa(s) jurídica (s) para locação, instalação, montagem e desmontagem de estrutura, contratação e prestação de serviços para eventos (bandas musicais, limpeza, segurança, vigia, som, iluminação, fotógrafo, e estrutura física como tendas e barracas) diversos em atendimento ao Departamento de Esporte, Recreação e Turismo, Departamento de Educação e Cultura e Departamento de Assistência Social, a serem realizados no município pelo período de 12 meses, de acordo com as condições e especificações constantes no Termo de Referência, edital e seus anexos.

Itens	Descrição Dos Produtos	Unidade	Qtdde	Valor Unitário	Total
11	**LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, RETIRADA DE BANHEIRO QUÍMICO PARA EVENTOS DE 1 Á 3 DIAS**; caixa de dejeto com assento; suporte e rolo de papel higiênico; piso antiderrapante; identificação (masculino/feminino); ventilação; teto translúcido; com medidas: altura 2150 mm; largura 1180 mm; comprimento 1000 mm; peso 73 kg e 02 limpezas diária. A empresa deverá apresentar Licença Ambiental do Órgão competente do respetivo Estado e da Companhia de Saneamento para destinação dos resíduos.	**UN**	24	R$ 600,00	R$14.400,00
12	**LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, RETIRADA DE BANHEIRO QUÍMICO PARA DEFICIENTES PARA EVENTOS DE 1 Á 3 DIAS**, contendo caixa de dejeto com assento; suporte para papel higienico; piso anti-derrapante; para deficiente; ventilacao; teto translucido; barras de apoio; rampa para cadeiras de roda; com medidas de: altura 2150 mm; largura 1200 mm; comprimento 2150 mm; peso 110 kg e 02 limpezas diária. A empresa deverá apresentar Licença Ambiental do Órgão competente do respetivo Estado e da Companhia de Saneamento para destinação dos resíduos.	**UN**	6	R$ 510,00	R$ 3.060,00
22	**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA,** com disponibilização de 01 (uma) pessoa, 4 horas diárias (a combinar com o departamento requisitante), uniformizado e com identificação, alimentação e transporte por conta da empresa contratada.	**Diária**	20	R$ 195,00	R$ 3.900,00

02

006114

33	**Contratação de apresentação artística de Papai Noel**, realizada por 02 (dois) artista caracterizados (papai noel e mamãe noel ou duende), com figurino completo relacionado ao tema natalino e maquiagem adequada, com no mínimo 02 (duas) horas de apresentação e interação com o público. O transporte e a alimentação do artista serão de responsabilidade da empresa contratada.	**UN**	3	R$ 2.400,00	R$ 7.200,00
				TOTAL	R$28.560,00

Obs: Os produtos fornecidos deverão obedecer às especificações descritas no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 013/2026.

2 Prazo e forma de entrega/execução: Recomenda-se consulta prévia ao fornecedor para verificação de disponibilidades do material necessário conforme planejamento.

3 A prestação do serviço deverá ser conforme a necessidade da CONTRATANTE e comunicada à CONTRATADA, pelo e-mail institucional, com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência, para fins de agendamento e organização, visando o cumprimento de organização necessária do serviço contratado.

4 Pelo e-mail institucional, o Departamento solicitante do serviço, deverá informar o local onde será realizado o evento, o dia, o horário de início e o horário de fim do evento, e juntamente a este deverá encaminhar o Empenho e Requisição de Compra – este último se necessário.

5 Para toda e qualquer estrutura de médio e grande porte (como palcos, arquibancadas, camarotes e pirâmides), a CONTRATADA deverá apresentar a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) junto ao CREA ou o RRT (Registro de Responsabilidade Técnica) junto ao CAU, devidamente assinada por profissional habilitado, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas do início do evento.

6 É de inteira responsabilidade da CONTRATADA a integridade física das estruturas montadas, devendo responder civil e criminalmente por quaisquer danos materiais ou pessoais causados a terceiros, ao público ou ao patrimônio público em decorrência de falhas de montagem, execução ou operação dos serviços.

7 A CONTRATADA deverá concluir a montagem, instalação e testagem de toda a estrutura física (palcos, tendas, barracas, banheiros químicos, piso em compensado. Backdrops) e dos equipamentos (som, iluminação) com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas do horário previsto para o início oficial de cada evento, conforme estipulado na respectiva Ordem de Serviço (OS).

8 A desmontagem de toda a estrutura e desocupação do espaço público deverão ocorrer no prazo máximo de 3 (três) dias uteis após o encerramento oficial do evento.

9 Após a desmontagem integral das estruturas, a CONTRATADA é integralmente responsável por realizar uma varredura minuciosa e o recolhimento de todo e qualquer resíduo, detrito ou sobra de material (como pregos, parafusos, arames, rebarbas metálicas, restos de fiação, fitas), garantindo que o local seja devolvido totalmente limpo e livre de qualquer objeto perfurocortante ou perigoso que possa causar acidentes a pedestres, veículos ou animais.

000115

10 Documentos para a execução dos objetos: ART/RRT de Execução Apresentação de: ART – Anotação de Responsabilidade Técnica (CREA); ou RRT – Registro de Responsabilidade Técnica (CAU), referente à montagem, instalação, execução, acompanhamento e desmontagem das estruturas temporárias do evento.

11 Para os itens: palcos; tendas; estruturas metálicas; camarins; pisos elevados; *backdrops* estruturados;
Declaração de estabilidade estrutural assinada por responsável técnico habilitado.

12 Para os itens 11 e 12, no caso de destinação dos resíduos em outro município a empresa deverá apresentar; Manifesto de Transporte de Resíduos – MTR, a ser apresentado após o evento, como condição para pagamento.

13 O Contrato firmado será gerenciado pelo Diretor do Departamento de Esportes, Recreação e Turismo, Sandro Luiz Müller Placha. A fiscalização do contrato ficará a cargo das servidoras Michele Capote, matrícula nº 1000089, ocupante do cargo de provimento em comissão de "Chefe da Divisão de Esportes" e Nicoly de Fatima Kreitlow, matrícula 1000237, ocupante do cargo de provimento em comissão de "Chefe da Divisão de Recreação", de acordo com a Portaria Municipal nº 122/2025.

14 Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importam em **R$28.560,00 (Vinte e oito mil e quinhentos e sessenta reais),** são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar dia 26/08/2026, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 25/08/2027.

15 A Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada por igual período, ou seja, por mais 12 (doze) meses, conforme prevê o art. 84 da lei 14.133/2021.

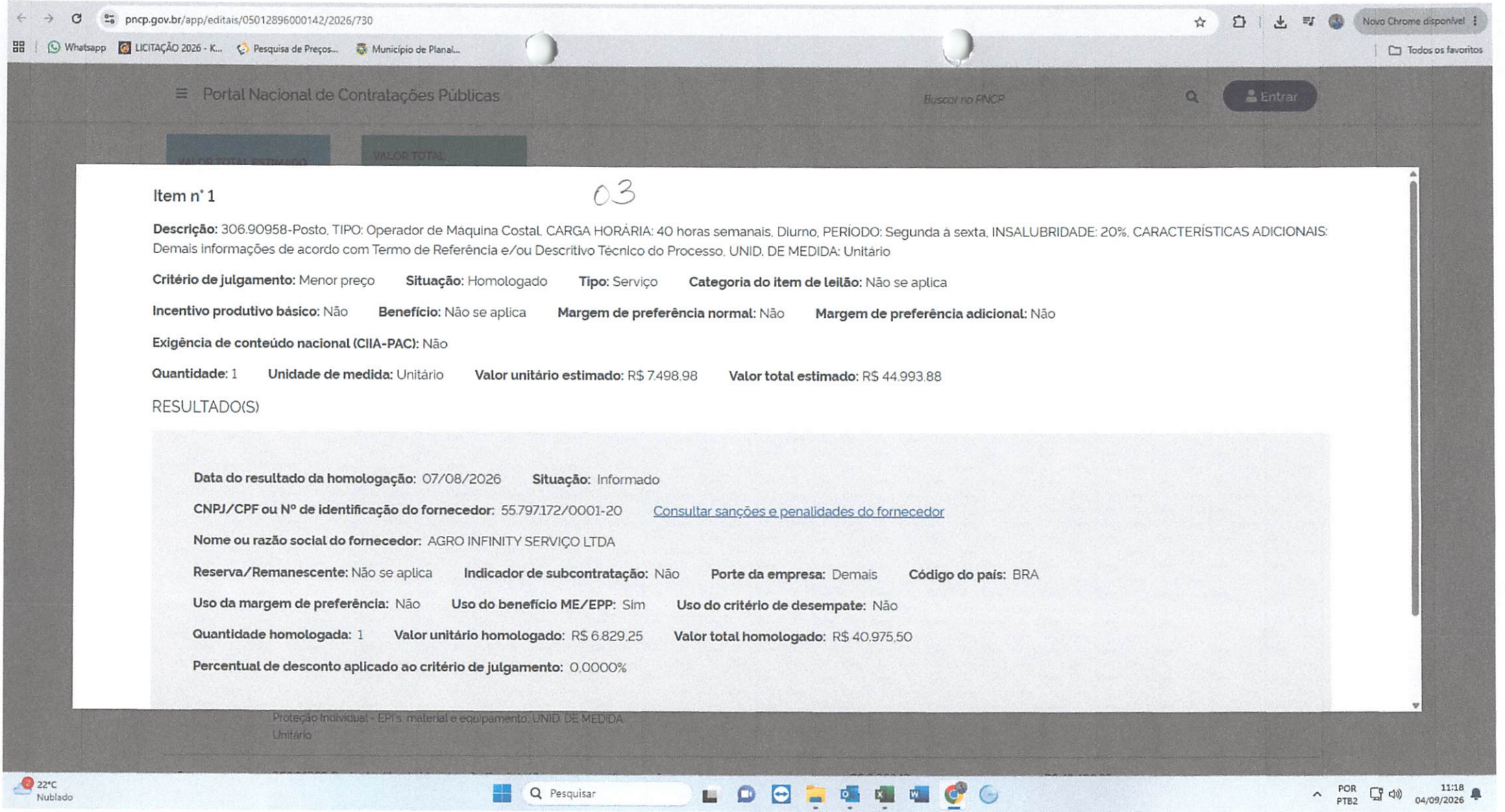
16 As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do **Pregão Eletrônico n° 013/2026,** cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

17 Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Porto Amazonas, 25/08/2026.

Elias Jocid Gomes da Costa
PREFEITO MUNICIPAL

Centro de Eventos Miloca Ltda
CONTRATADA

006116


pncp.gov.br/app/editais/05012896000142/2026/730
Portal Nacional de Contratações Públicas
Buscar no PNCP
Entrar
Item n° 1
03
Descrição: 306.90958-Posto, TIPO: Operador de Maquina Costal, CARGA HORÁRIA: 40 horas semanais, Diurno, PERÍODO: Segunda à sexta, INSALUBRIDADE: 20%, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Demais informações de acordo com Termo de Referência e/ou Descritivo Técnico do Processo, UNID. DE MEDIDA: Unitário
Critério de julgamento: Menor preço Situação: Homologado Tipo: Serviço Categoria do item de leilão: Não se aplica
Incentivo produtivo básico: Não Benefício: Não se aplica Margem de preferência normal: Não Margem de preferência adicional: Não
Exigência de conteúdo nacional (CIIA-PAC): Não
Quantidade: 1 Unidade de medida: Unitário Valor unitário estimado: R$ 7.498,98 Valor total estimado: R$ 44.993,88
RESULTADO(S)
Data do resultado da homologação: 07/08/2026 Situação: Informado
CNPJ/CPF ou Nº de identificação do fornecedor: 55.797.172/0001-20 Consultar sanções e penalidades do fornecedor
Nome ou razão social do fornecedor: AGRO INFINITY SERVIÇO LTDA
Reserva/Remanescente: Não se aplica Indicador de subcontratação: Não Porte da empresa: Demais Código do país: BRA
Uso da margem de preferência: Não Uso do benefício ME/EPP: Sim Uso do critério de desempate: Não
Quantidade homologada: 1 Valor unitário homologado: R$ 6.829,25 Valor total homologado: R$ 40.975,50
Percentual de desconto aplicado ao critério de julgamento: 0,0000%
Proteção Individual - EPI's, material e equipamento, UNID. DE MEDIDA
Unitário
22°C Nublado
Pesquisar
POR PTB2
11:18 04/09/2026

00117

Relatório Resumido de Cotação: Contratação dos Profissionais

Pesquisa realizada entre 04/09/2026 10:15:57 e 16/09/2026 14:58:43

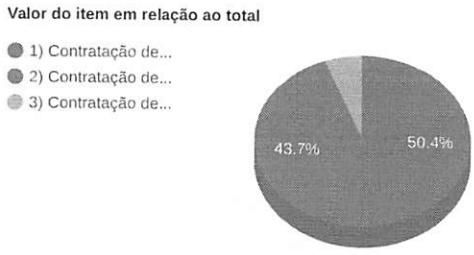
Relatório gerado no dia 16/09/2026 14:59:50 (IP: 167.250.44.146)

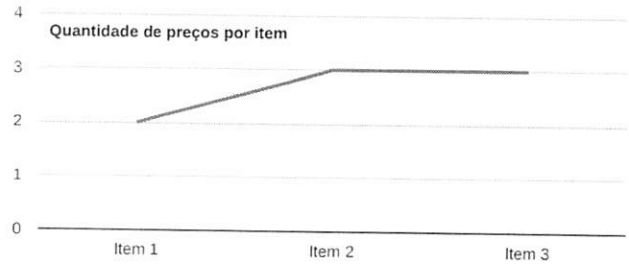
Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133).

Método Matemático Aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos - Preço calculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item.

Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 3º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC V-Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item	Preços	Quantidade	Preço Estimado	Percentual	Preço Estimado Calculado	% Valor Global	Total
1) Contratação de empresa para execução dos serviços de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, incluindo mão-de-obra, encargos e tributos pertinentes. Carga horária: 44 (quarenta e quatro) horas semanais. Quantidade máxima de 04 profissionais, com estimativa para 12 (	3	48 UND	R$ 5.756,87 (un)	-	R$ 5.756,87	43,7%	R$ 276.329,76
2) Contratação de empresa para execução dos serviços de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, incluindo mão-de-obra, encargos e tributos pertinentes. Carga horária: 08 (oito) horas por dia. Quantidade máxima de 05 profissionais simultâneos. Valor unitário de referên	3	150 Unidades	R$ 248,33 (un)	-	R$ 248,33	5,9%	R$ 37.249,50
3) Contratação de empresa para execução dos serviços de OPERADOR DE MAQUINAS COSTAL, incluindo mão-de-obra, encargos e tributos pertinentes. Carga horária: 44 (quarenta e quatro) horas semanais. Quantidade máxima de 04 profissionais, com estimativa para 12 (	2	48 Unidades	R$ 6.629,11 (un)	-	R$ 6.629,11	50,4%	R$ 318.197,28





006118

Valor Global:	**R$ 631.776,54**

000119

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2026/2028

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: PR000063/2026
DATA DE REGISTRO NO MTE: 16/01/2026
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR001796/2026
NÚMERO DO PROCESSO: 13068.200252/2026-41
DATA DO PROTOCOLO: 16/01/2026

Confira a autenticidade no endereço http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/.

FEDERACAO DOS EMPR EMPRESAS ASSEIO CONSERV EST PARANA, CNPJ n. 68.801.745/0001-93, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). MANASSES OLIVEIRA DA SILVA;

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO, LIMPEZA PUBLICA, LIMPEZA URBANA, AMBIENTAL E DE AREAS VERDES DE CURITIBA, CNPJ n. 75.954.354/0001-74, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ALEXANDRE OLIVEIRA DA SILVA;

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO, CNPJ n. 01.844.548/0001-80, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). MARIA DONIZETI TEIXEIRA ALVES;

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO, SERVICOS TERCEIRIZADOS E TEMPORARIOS EM GERAL DE CASCAVEL E REG.-SIEMACO CASCAVEL, CNPJ n. 78.680.683/0001-62, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ANGELA MARIA DE OLIVEIRA MERELES;

SIND. DOS EMPREGADOS EM EMPR. DE ASSEIO E CONS., AREAS VERDES, MEIO AMBIENTE, AREA URBANA EM GERAL, ZELADORIA, SERV. TERCEIRIZADOS E VIAS RODOFERROV., CNPJ n. 77.806.198/0001-20, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). MARLUS CAMPOS;

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO, LIMPEZA URBANA, LIMPEZA PUBLICA E EM GERAL, AMBIENTAL, AREAS VERDES, ZELADORIA E SERVICO, CNPJ n. 04.160.954/0001-12, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JUSSARA BRITTO DE SEIXAS GONCALVES;

SIND DOS EMPR EM EMP DE ASSEIO E CONS, LIMP URBANA, LIMP PUB, CNPJ n. 80.890.924/0001-40, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ROGERIO MARCOS COUTINHO;

SIND.DOS EMPREG.EM EMPR.DE ASSEIO E CONSERV., LIMP.URBANA, L, CNPJ n. 80.919.624/0001-46, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). IZABEL APARECIDA DE OLIVEIRA PETIT MAITRE;

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TELECOMUNICACOES E OPERADORES DE MESAS TELEFONICAS DO ESTADO DO PARANA, CNPJ n. 76.687.433/0001-29, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). PEDRO VITOR DIAS DA ROSA;

E

SINDICATO DAS EMPR DE ASSEIO E CONSERV NO ESTADO DO PR, CNPJ n. 77.998.938/0001-77, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ROGERIO BUENO DE QUEIROS;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de fev 2026 a 31 de janeiro de 2028 e a data-base da categoria em 01º de fevereiro.

Privacidade - Termos

000120

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Profissional dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação do Plano da CNTC**, com abrangência territorial em **PR**.

SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO
PISO SALARIAL

CLÁUSULA TERCEIRA - PISOS SALARIAIS

01 - Excetuados os empregados que trabalhem na administração das empresas, representadas pelo sindicato patronal, fica assegurado como salário de ingresso a todos integrantes da categoria profissional, inclusive aos lavadores, auxiliares de serviços gerais, segregadores e serventes, o valor de R$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais) mensais.

02 - COPEIROS, CANTINEIROS, MERENDEIROS, AUXILIARES DE COZINHA, CAMAREIROS E LACTARISTA

Aos empregados que trabalhem exclusivamente em serviços de copa, cantina, merendas, auxiliar de cozinha, camareira e lactarista, fica assegurado um salário de ingresso no valor de R$ 1.961,00 (um mil, novecentos e sessenta reais) mensais.

02.01 – CUMULAÇÃO DE FUNÇÃO

Quando à servente também for atribuída funções de copeira, fica assegurado o valor mensal de R$ 2.031,00, que poderá ser composto pela soma do piso salarial de R$ 1.900.00 e uma gratificação de função no valor de R$ 131,00, por mês, enquanto perdurar referida situação.

Quando à copeira também for atribuída funções de servente, fica assegurado o valor mensal de R$ 2.031,00, que poderá ser composto pela soma do piso salarial de R$ 1.961,00,e uma gratificação de função, no valor de R$ 70,00, por mês, enquanto perdurar referida situação.

Quando a servente estiver lotada em hospitais, fica assegurado o valor mensal de R$ 1.900.00 e uma gratificação de função, no valor de R$ 62,00, por mês, enquanto perdurar referida situação.

03 - ENCARREGADOS

Aos encarregados, assim entendidos os empregados que têm sob sua orientação ou responsabilidade três ou mais empregados, fica assegurado um salário de ingresso, conforme o número de empregados a eles subordinados, assim:

a) de 03 a 10 empregados – salário de ingresso equivalente a R$ 2.191,00 mensais;

b) de 11 a 20 empregados – salário de ingresso equivalente a R$ 2.279,00 mensais;

c) acima de 20 empregados - salário de ingresso equivalente a R$ 2.404,00 mensais;

04 – SUPERVISORES

Aos supervisores fica assegurado um salário de ingresso equivalente a R$ 3.023,00 mensais;

Quando ao supervisor for atribuída a supervisão da execução de serviços em mais de um município, este fará jus à gratificação mensal equivalente a R$ 302,00, enquanto durar tal situação. Ao supervisor que tiver salário mensal

superior a R$ 3.358,00, não haverá obrigatoriedade do pagamento da referida gratificação;

05 – ENCARREGADOS ADMINISTRATIVOS, ALMOXARIFES E ZELADOR

Aos encarregados administrativos, almoxarifes e zeladores fica assegurado um salário de ingresso equivalente a R$ 3.023,00 mensais;

06 - JARDINEIROS

Aos jardineiros, assim entendidos os empregados que trabalham na implantação, manutenção ou conservação de jardins, fica assegurado um salário de ingresso equivalente a R$ 2.029,00 mensais;

07 – ASCENSORISTAS, TELEFONISTAS E MAQUEIROS

Aos empregados que trabalhem na condução ou controle de elevadores, que trabalhem por profissão e com especificidade transmitindo e recebendo telefonemas, que trabalhem como maqueiros, fica assegurado um salário de ingresso equivalente a R$ 1.998,00 mensais.

08 – VARREDORES, ROÇADORES MANUAIS, CAPINADORES, COLETORES, COLETORES DE RESÍDUOS VEGETAIS E RECICLADORES EM ATERROS SANITÁRIOS

Aos varredores, roçadores manuais, capinadores e recicladores em aterros sanitários, que prestam serviços em municípios com até 200.000 (duzentos mil) habitantes, fica assegurado o salário de ingresso no valor de R$ 1.969,00 mensais. Aos coletores e coletores de resíduos vegetais que prestam serviços em municípios com até 200.000 (duzentos mil) habitantes, fica assegurado o salário de ingresso no valor de R$ 2.025,00. Nos municípios com mais de 200.000 habitantes, os salários de ingresso, para os trabalhadores da limpeza pública urbana, serão estabelecidos mediante acordos coletivos de trabalho, aos quais estarão sujeitas as empresas que, por qualquer motivo, assumirem a prestação destes serviços junto ao Município.

09 – PORTEIROS

Aos porteiros, assim entendidos os empregados que trabalhem em portarias, fica assegurado um salário de ingresso equivalente a R$ 2.415,00 mensais.

Aos porteiros que prestem serviços exclusivamente aos sábados, domingos e feriados, na jornada de 12 horas, no regime SDF, fica assegurado o valor equivalente a R$ 1.869,00, decorrente da seguinte composição: o valor fixo de R$ 991,00 mais os valores de R$ 648,00 de horas extras mais R$ 108,00 de reflexos das horas extras em descansos remumerados, sendo devida ainda a rubrica indenizatória da hora intrajornada no valor de R$ 79,00 (relativo a 9,5 horas mensais) e o adicional contratual (R$ 43,00) previsto na cláusula décima primeira. A empresa deverá conceder recibo de pagamento de salário com a discriminação dos títulos e valores pagos, como aqui especificados, totalizando os títulos o valor de R$ 1.869,00.

10 – GARAGISTAS, ASSISTENTES, AGENTES E AUXILIARES ADMINISTRATIVOS, MONITORES OU OPERADORES DE EQUIPAMENTOS, OPERADOR DE CAIXAS, GUARDIÕES, VIGIAS, BOMBEIROS HIDRÁULICOS E AUXILIAR MULTIFUNCIONAL EM PLANTAS INDUSTRIAIS E CONDOMÍNIOS

Aos garagistas, assim entendidos os empregados que trabalhem como recepcionistas de veículos em garagens ou estacionamentos, assim entendidos os empregados que trabalhem nas recepções de empresas e dos tomadores de serviços, atendendo clientes e empregados; aos assistentes, agentes e auxiliares administrativos, monitores ou operadores de equipamentos, operador de caixas, guardiões, vigias, bombeiros hidráulicos, auxiliares multifuncionais em plantas industriais e condomínios, fica assegurado um salário de ingresso equivalente a R$ 2.141,00 mensais.

006122

11 - OPERADORES DE MÁQUINA COSTAL, ROÇADEIRA, EMPILHADEIRA, TRATORISTAS, BARQUEIRO COLETOR AQUÁTICO, PODADOR

Aos operadores de máquina costal, roçadeira, empilhadeira, tratorista e barqueiro coletor aquático fica assegurado um salário de ingresso equivalente a R$ 2.404,00 mensais.

12 – CONTÍNUOS E APRENDIZES

Aos empregados que trabalhem como contínuos (Office-boy) e aos menores aprendizes (jornada de 08 horas), como em lei definidos, fica assegurado um salário de ingresso equivalente a R$ 1.694,00.

13 – DESINSETIZADOR, CONTROLADOR DE VETORES, TRATADOR DE ANIMAIS E AUXILIAR VETERINÁRIO

Aos empregados que trabalhem exclusivamente como desinsetizadores, controladores de vetores, tratadores de animais e auxiliar de veterinário fica assegurado um salário de ingresso equivalente a R$ 2.276,00 mensais.

14 – CARREGADORES E CARREGADORES AGRÍCOLAS

Aos empregados que trabalhem exclusivamente como carregadores fica assegurado um salário de ingresso equivalente a R$ 1.900.00 mensais.

15 – CONTROLADORES DE ACESSO, DE PÁTIO E DE TRÁFEGO

Aos empregados que trabalhem exclusivamente como controladores de acesso, de pátio ou de tráfego fica assegurado um salário de ingresso equivalente a R$ 2.177,00 mensais.

16 – COZINHEIRO / COZINHEIRO CHEFE

Aos empregados que trabalhem exclusivamente como cozinheiros fica assegurado um salário de ingresso equivalente a R$ 2.038,00 mensais. Aos empregados que exerçam função de cozinheiro chefe receberão gratificação contratual de R$ 130.00.

17 – REPOSITOR

Aos empregados que trabalhem exclusivamente como repositor fica assegurado um salário de ingresso equivalente a R$ 1.969,00 mensais.

18 – RECEPCIONISTAS

Aos empregados que trabalhem exclusivamente como recepcionistas fica assegurado um salário de ingresso equivalente a R$ 2.141,00 mensais. Aos empregados que exerçam função de recepcionista receberão gratificação contratual de R$ 43,00 mensais.

19 – INSPETOR DE ALUNO

006123

Aos empregados que trabalhem como inspetor de aluno fica assegurado um salário de ingresso equivalente a R$ 2.372,00 mensais.

20 – PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR

Aos empregados que trabalhem como profissional de apoio escolar fica assegurado um salário de ingresso equivalente a R$ 2.215,00.

21 – PROFISSIONAIS

Aos profissionais, assim entendidos os empregados que possuam formação e qualificação profissional para efeito de salário de ingresso, quando não estabelecido pelo presente instrumento, será observado o valor fixado como salário profissional, não podendo, entretanto, ser inferior ao piso estabelecido na cláusula terceira, item 01 desta convenção.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os salários recompostos quitam as perdas salariais até 31.01.2026.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os pisos salariais, fixados e referidos no presente instrumento, bem assim gratificações, acúmulo de funções, adicionais e afins, referem-se sempre à contraprestação mínima àquele que cumprir a jornada integral legalmente definida, ficando assegurado o pagamento mensal.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Aos serventes que cumprirem carga semanal inferior à carga de 44 horas semanais, fica assegurado o piso salarial de R$ 1.900,00, proporcionalmente à carga horária cumprida.

PARÁGRAFO QUARTO - Assegura-se o valor equivalente ao piso salarial de 20 horas semanais àquele que labore no mínimo 02h30min por dia ou 12h30min semanais.

PARÁGRAFO QUINTO – Fica assegurado o pagamento do adicional de insalubridade em grau máximo (40%) ao coletor, inclusive de resíduos vegetais, bem assim àqueles que trabalhem em limpeza de "fundo de vale e córregos", córregos – desde que com os membros inferiores em locais alagados e/ou encharcados –, riachos, banhados (locais onde sejam utilizados botas e/ou calças impermeáveis, para proteção contra umidade) ao controlador de vetores, desinsetizadores e ao varredor lotado em atividade de limpeza pública, em logradouros, calculando-se sempre referido adicional sobre o valor do salário-mínimo nacional, que servirá de base para o cálculo de toda e qualquer insalubridade. O pagamento do adicional de insalubridade, na forma aqui estipulada, será devido a todos os coletores e varredores da limpeza pública, independente da população do Município atendido e da natureza/ composição dos materiais coletados e varridos.

PARÁGRAFO SEXTO – Aos tratadores de animais, trabalhadores em contato direto com resíduos/lixos em áreas de "disposição final" e aos lavadores de veículos e equipamentos utilizados em áreas de "disposição final", fica assegurado o pagamento do adicional de insalubridade, calculado sobre o valor do salário mínimo nacional, em grau médio de 20%, ressalvada a apresentação de laudo pericial oficial, que poderá estabelecer outros índices ou mesmo a inexistência de insalubridade, situações nas quais prevalecerá o laudo.

PARÁGRAFO SETIMO – Quando eliminada ou neutralizada a causa geradora da insalubridade, pelo fornecimento de equipamentos adequados e quando comprovada por laudo técnico, a empresa ficará desonerada do pagamento do respectivo adicional, inclusive daqueles aqui especificados.

PARÁGRAFO OITAVO – Os pisos salariais tratados na presente cláusula serão reajstados em 01.02.2027, pela

006124

aplicação do INPC cumulado de 01.02.26 a 31.01.27, mais 1,00% (um por cento), vigendo até 31.01.2028.

REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

CLÁUSULA QUARTA - CORREÇÃO SALARIAL

À face da data-base da categoria profissional e no exercício do direito constitucional da livre negociação (art. 7º incisos V, VI e XXVI, da C.F.), fica estipulado o índice de reajustamento global de 8,995% (oito vírgula novecentos e noventa e cinco), já considerados os reajustes fixados na cláusula anterior e nas demais verbas e benefícios econômicos previstos no presente instrumento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Já aos empregados que trabalhem na administração das empresas representadas pelo sindicato patronal, também fica assegurado o reajuste 7,71%, para a parcela salarial de até três salários-mínimos federal, facultada a negociação direta entre as partes no que exceder, e será proporcional aos meses trabalhados àqueles admitidos após 01.02.25; certo de que, observadas as mesmas regras, serão corrigidos em 01.02.2027, pelo INPC cumulado de 01.01.2026 a 31.01.2027 mais 1,0%.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Já aos empregados lotados em postos de serviços junto aos contratantes, desde que não tenham piso previsto no presente instrumento e não se incluam no item 21 da cláusula 3ª, fica assegurado o reajuste na forma do parágrafo anterior, até o limite equivalente a dois pisos salariais estabelecidos na cláusula 3ª, item 01, índice este a ser aplicado sobre o salário pago em 01.02.25.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Fica autorizada a dedução de todos e quaisquer reajustes concedidos no período de

01.02.25 a 31.01.26, exceto aqueles vedados na IN nº. 01/TST, bem assim aos concedidos de 01.02.26 a 31.01.27, relativamente ao reajuste a ser concedido em 01.02.27,

CLÁUSULA QUINTA - NEGOCIAÇÃO

Fica estipulado que, na ocorrência de alteração da conjuntura econômica, bem como no caso de elevação dos índices mensuradores de eventual inflação, a partir de 01.02.2026 até 31.01.2027, e a partir 01.02.207 até 31.01.2028, acumulando patamar superior a 10%, as partes retornarão às negociações, procedendo a avaliação da quadra econômica e das medidas possíveis de serem adotadas, objetivando, se for o caso, a celebração de eventual termo aditivo.

PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

CLÁUSULA SEXTA - COMPROVANTES DE PAGAMENTO DOS SALÁRIOS

As empresas fornecerão comprovantes de pagamento de salários, discriminando as importâncias pagas, os descontos e o valor correspondente ao FGTS. No caso de descumprimento da obrigação de pagar os salários no prazo legal, fica estabelecida a multa, a ser paga pelo empregador ao empregado prejudicado, em valor equivalente a 2% (dois por cento) do valor devido, por dia de atraso, até o limite máximo de 100% do valor devido.

PARÁGRAFO ÚNICO – Terão a mesma eficácia os comprovantes emitidos eletronicamente, inclusive por terminais

bancários, quando permitida a identificação de todas as rubricas e valores.

DESCONTOS SALARIAIS

CLÁUSULA SÉTIMA - DESCONTOS DE CONVÊNIOS

As empresas descontarão de seus empregados, mediante apresentação, pelo sindicato, de relação de nomes e valores, as importâncias correspondentes a convênios, desde que autorizados individualmente pelos mesmos, encaminhando-se cópia destas autorizações à empresa, e observando o limite de 40% da remuneração do empregado, repassando estas importâncias ao sindicato, até o dia 10 de cada mês;

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As relações deverão ser encaminhadas às empresas até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês;

PARÁGRAFOSEGUNDO-Desde que expressamente autorizado pelo empregado, ficam legitimados os descontos salariais de seguro de vida, assistência médica ampliada, vale farmácia e associação funcional, entre outros.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Além da obrigação de realizar o desconto, fica estipulada a multa de 10% (dez por cento) sobre os valores devidos, a ser paga pela empresa que descumprir o contido no *caput* desta cláusula, quando deixar de efetuar os descontos devidos; e de mais 50% àquela que deixar de recolher as importâncias descontadas ao Sindicato Obreiro no prazo estabelecido, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A SALÁRIOS, REAJUSTES, PAGAMENTOS E CRITÉRIOS PARA CÁLCULO

CLÁUSULA OITAVA - SALÁRIO DO SUBSTITUTO

Ao empregado admitido para a função de outro dispensado, sem justa causa, será garantido salário igual ao do empregado de menor salário na função, sem considerar as vantagens pessoais.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS

13º SALÁRIO

CLÁUSULA NONA - PAGAMENTO DO 13.º SALÁRIO E FÉRIAS

Fica facultado à empresa o pagamento do 13º salário em parcela única, hipótese em que deverá fazê-lo, até o dia 11.12.2026 para parcela referente ao ano de 2026 e 13.12.2027 para parcela referente ao ano de 2027, sob pena de multa de R$ 525,00, em favor do empregado prejudicado, que não seja pago na forma legal ou na forma desta cláusula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Assegura-se o adiantamento da gratificação natalina, com o gozo das férias, na forma da legislação em vigor, quando requerido na forma e tempo legais. Ainda, faculta-se que a empresa pague o 13º salário em até 11 parcelas, a última sempre paga na data estabelecida no "caput", se assim ajustar por acordo coletivo, deste excetuados os empregados com salários superiores a R$ 5.732,00, que poderão ajustar diretamente com a empresa.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Mediante Acordo Coletivo de Trabalho, as empresas poderão conceder férias

individuais àquele que não tenha período aquisitivo completo. Com a concordância do empregado, poderá a empresa notificá-lo do gozo das férias em prazo inferior a 30 dias.

ADICIONAL DE HORA-EXTRA

CLÁUSULA DÉCIMA - HORAS EXTRAS

As duas primeiras horas extras diárias serão pagas com o adicional de 50% (cinquenta por cento) e as demais com o adicional de 100% (cem por cento).

OUTROS ADICIONAIS

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ADICIONAL DE RISCO E AUXÍLIO CRECHE

A partir de 01.02.2026, a empresa pagará, em rubrica própria, a verba adicional de risco, no valor mensal de R$86,00, para os porteiros que cumpram a carga horária legalmente estabelecida, e de R$ 43,00 para os porteiros que trabalhem no regime SDF. Às funções garagistas, monitores ou operadores de equipamentos, inclusive caixas, guardiões, vigias, bombeiros hidráulicos, auxiliar multifuncional em plantas industriais e controladores de acesso, de pátio e de tráfego, o adicional será de R$ 43,00, mesmo valor a ser pago aos trabalhadores fixos em serviços de limpeza de vidros e fachadas em alturas acima de 3 (três) metros. Ainda, aos empregados que prestem serviços junto a presídios, delegacias e estabelecimentos correcionais será pago o referido adicional no valor de R$ 86,00 mensais. O adicional aqui tratado não se cumula com outros adicionais por perigo ou insalubridade.

Ainda, a partir de 01.02.2026, aos fins dos parágrafos 1º e 2º do art. 389 da CLT, faculta-se à empresa a adoção do "auxílio creche", especificamente para filhos com até 06 meses de idade, no valor de R$ 195.00, contado a partir da data do efetivo retorno ao trabalho pela mãe beneficiária, parcela sem natureza salarial.

PARÁGRAFO ÚNICO – Àquele que não cumprir a carga horária legalmente estabelecida, receberá proporcionalmente o adicional de risco.

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - EQUIPE DE LIMPEZA DE VIDROS E EQUIPE VOLANTE

Aos integrantes das equipes de limpeza de vidros e equipes volantes, as empresas pagarão, a título de ajuda de custo, o valor equivalente a 1,5% (um e meio por cento) do piso salarial conforme cláusula 03, item 01, por dia, quando a prestação de serviços se der fora da sede do Município, e 0,5% (meio por cento), quando a prestação de serviços se der na sede laboral, ou, em ambas as hipóteses, poderão fornecer gratuitamente os chamados "tíquetes-alimentação" em valor igual ou superior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A presente parcela não tem natureza salarial, eis que destinada a ressarcir gastos à execução do contrato de trabalho;

PARÁGRAFO SEGUNDO – Excluem-se da presente cláusula os integrantes das equipes de limpeza de vidros que estiverem lotadas em cliente fixo, com local adequado para refeições e repouso no intervalo intrajornada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - VALE–ALIMENTAÇÃO

As empresas concederão a todos os seus empregados – exceto aos lotados em postos de serviços que concedam alimentação no local e aos empregados que não cumpram carga semanal superior a 20 horas - conforme regras específicas adiante indicadas, o vale-alimentação (mercado) no valor de R$ 900.00 (novecentos reais) mensais;

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A partir de 01.02.2026 o vale alimentação (mercado) determinará o desconto de até 20% (vinte por cento) do valor indicado, e poderá ser concedido, em dinheiro ou tíquete ou cartão, na periodicidade de 30 dias. Em caso de falta ao serviço, fica autorizada a empresa a descontar o valor de R$ 30,00, por dia. A partir de 01.02.2027 o vale alimentação (mercado) determinará o desconto de até 10% (dez por cento) do valor mensal a todo empregado que, no mês anterior, não tenha dado falta injustificada ao serviço ou tenha tido até uma legalmente justificada.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O benefício aqui estipulado não tem natureza salarial e não se integra ao salário do beneficiário para qualquer fim da relação de emprego;

PARÁGRAFO TERCEIRO - Nos postos de serviços, onde haja carga horária de no mínimo 04 (quatro) horas, mas que cubram no mínimo cinco dias úteis da semana, fica obrigatório o fornecimento do vale alimentação (mercado) ao trabalhador, na forma do "caput" da presente cláusula, mesmo no caso da empregadora se valer de trabalhadores com carga horária inferior a 04(quatro) horas. E, nos postos de trabalho com jornadas inferiores a 04 horas, mas que não cubram todos os dias da semana, a empresa concederá o benefício no valor de R$ 30,00 por dia efetivamente trabalhado, autorizado o desconto de até 20% de tal valor. No regime SDF, o benefício será também pago por dia efetivamente trabalhado no valor de R$ 30,00;

PARÁGRAFO QUARTO – O empregador deverá fornecer o benefício aqui estipulado desde a data da admissão, em até 10 dias dela contados, e nos meses subsequentes até o 15º dia, salvo acordo coletivo que fixe datas diversas;

PARÁGRAFO QUINTO – Aos empregados em postos de serviços que concedam alimentação no local, a empresa fornecerá o vale alimentação (mercado) no valor mensal de R$ 494,00, autorizado o desconto de 20% do referido valor. Em caso de falta, fica autorizada a empresa a descontar o valor de R$ 17,00, por dia do quanto aqui especificado. A partir de 01.02.2027 o vale alimentação (mercado) determinará o desconto de até 10% (dez por cento) do valor mensal a todo empregado que, no mês anterior, não tenha dado falta injustificada ao serviço ou tenha tido até uma legalmente justificada.

PARÁGRAFO SEXTO – Aos empregados lotados na administração da empresa, fica possibilitada, por negociação direta com o empregador, a substituição do benefício aqui estipulado por tíquete refeição, por dia efetivamente trabalhado, também autorizado o desconto salarial de 20%;

PARÁGRAFO SÉTIMO – O empregado que cometer qualquer falta injustificada ou o empregado que cometer mais de uma falta justificada ao serviço, no mês, sofrerá um desconto de R$ 65,96, do valor mensal do vale alimentação, no mês seguinte, independente do desconto do valor diário. Já ao empregado regido pelo parágrafo 5º, o desconto será de R$ 29,00, independentemente do valor diário;

PARÁGRAFO OITAVO - Ao empregado que não cometer qualquer falta ao serviço, justificadas ou não, o empregador deverá fornecer o vale alimentação no valor de R$ 900,00, quando do gozo das férias correspondentes ao período aquisitivo iniciado a partir de 01.02.19; ao empregado que cometer de 1 a 3 faltas ao serviço, justificadas ou não, o empregador deverá fornecer o vale alimentação no valor de R$ 810,00; ao empregado que cometer de 4 a 5 faltas ao serviço, justificadas ou não, o empregador deverá fornecer o vale alimentação no valor de R$ 720,00; aos empregados com 6 ou mais faltas ao serviço, não farão jus à concessão do vale alimentação durante a fruição das férias. O benefício concedido nas férias não terá natureza salarial a qualquer fim. Já ao empregado regido pelo parágrafo 5º, desde que atendido o requisito de falta ao serviço, fará jus ao vale alimentação durante as férias, respectivamente, nos valores de R$ 494,00, R$ 445,00 e R$ 395,00, nas mesmas condições;

000128

PARÁGRAFO NONO - No caso de descumprimento, estipula-se a multa mensal equivalente a R$ 293,00 (duzentos e noventa e três reais) por empregado e a seu favor, limitada a penalidade ao equivalente a 01 (um) piso salarial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DESJEJUM

As empresas que prestam serviços de limpeza pública (coleta, varrição, roçada, capinagem e similares) e Limpeza privada (coleta, varrição, roçada, capinagem e similares) fornecerão em dia de efetivo trabalho, de modo gratuito, um lanche, composto de café, leite, pão com queijo, presunto ou similar, que será fornecido antes do início da prestação de serviços, fixado que tal tempo não será considerado na duração do trabalho. Para fins de garantia mínima e cotação de valores, fixam como valor mensal do benefício a importância de R$ 205,00 (duzentos e cinco reais);

PARÁGRAFO UNICO – O lanche será fornecido por dia efetivo de trabalho, antes do início da prestação de serviços, fixado que tal tempo não será considerado como jornada de trabalho.

AUXÍLIO TRANSPORTE

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - VALE TRANSPORTE

As empresas se obrigam a conceder aos seus empregados, o vale transporte, na forma da Lei, ou seja, assegurado tal benefício a partir da data admissional, facultado ao empregador a sua entrega no prazo de 10 dias dela contado;

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Considerando a realidade da atividade empresarial, prestação de serviços a terceiros, compostos de trabalho pulverizados em diversos tomadores e em variados municípios, fica facultada a antecipação do vale transporte em dinheiro, especialmente quando a empregadora, na localidade, não mantiver filial. Faculta-se à empresa, mediante solicitação do empregado, substituir a obrigação acima por uma ajuda de custo combustível, em valor equivalente;

PARÁGRAFO SEGUNDO – O benefício especificado no parágrafo anterior não tem natureza salarial ou contraprestativa, não se prestando para qualquer fim decorrente do contrato de trabalho;

PARÁGRAFO TERCEIRO – O descumprimento da presente cláusula sujeitará a empresa à multa de R$ 205,00, por empregado e a favor deste, por mês, limitada a multa de R$ 3.050,00.

AUXÍLIO SAÚDE

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - BENEFÍCIO ASSISTÊNCIA MÉDICA

As empresas concederão a todos seus empregados um benefício social de saúde constituído por Assistência Médica e, visando a segurança da disponibilidade do benefício, ele será gerido e prestado pelas instituições a seguir relacionadas:

006129

Curitiba, Região Metropolitana e Litoral - INSTITUTO DE SAÚDE DO TRABALHADOR EM SERVIÇOS, CNPJ 22.865.071/0001-90;

Ponta Grossa e Região – INSTITUTO DE SAÚDE DO TRABALHADOR, CNPJ 22.059.350/0001-66;

Londrina e Região – INSTITUTO DE SAÚDE DO TRABALHADOR DE LONDRINA – CNPJ 22.141.093/0001-07;

Maringá e Região – INSTITUTO SAÚDE SIEMACO MARINGA, CNPJ 22.086.355/0001-88;

Cascavel e Região – INSTITUTO SAÚDE DO TRABALHADOR CASCAVEL, CNPJ – 22.150.534/0001-37;

Foz do Iguaçu e Região – INSTITUTO ZBH DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA MÉDICA DO TRABALHADOR, CNPJ – 22.123.599/0001-93;

Francisco Beltrão e Região – INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR, CNPJ – 22.085.843/0001-70.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Para custeio do benefício da assistência médica, as empresas pagarão aos institutos acima identificados, o valor de R$ 94,50 (noventa e quatro reais e cinqüenta centavos), por empregado que labore na região, associado ou não ao sindicato, responsabilizando-se os institutos a prestar assistência constituída por consultas médicas, para os trabalhadores, seja por seu departamento médico, seja por convênio;

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os recolhimentos dos valores estabelecidos nesta cláusula deverão ser efetuados até o dia 10 de cada mês, tomando por base o número de empregados indicados no CAGED do mês imediatamente anterior, passando os empregados - cuja relação deverá ser encaminhada aos institutos, juntamente com a cópia da guia de recolhimento e do CAGED - a ter direito ao benefício a partir do dia seguinte após a entrega dos mencionados documentos. O total de empregados a ser considerado é aquele descrito no CAGED por CNPJ da empresa na base territorial;

PARÁGRAFO TERCEIRO - A presente estipulação não tem natureza salarial, não se integrando na remuneração para qualquer fim;

PARÁGRAFO QUARTO - A presente cláusula não se aplica aos empregados que trabalhem em jornada inferior a 4 (quatro) horas diárias e/ou 20(vinte) horas semanais;

PARÁGRAFO QUINTO - A obrigação de pagamento pela empresa será mantida em caso de afastamento do(a) empregado(a), por motivo de doença ou acidente de trabalho, pelo prazo de 12 (doze meses). Decorrido tal tempo, ao(a) empregado(a) será facultada a manutenção do benefício mediante pagamento direto por ele feito ao respectivo instituto, desobrigada desde logo a empresa de qualquer responsabilidade;

PARÁGRAFO SEXTO - Além da obrigação do pagamento do valor do benefício, fica instituída uma multa equivalente a R$ 90,00 (noventa reais), por mês e por trabalhador, no caso de descumprimento da presente cláusula, em favor do instituto para o qual os valores deveriam ter sido recolhidos;

PARÁGRAFO SÉTIMO - Em todas as planilhas de custos e editais de licitações deverá constar a provisão

006130

financeira para cumprimento deste benefício assistência médica, a fim de que seja preservado o patrimônio jurídico dos trabalhadores em consonância com o artigo 444 da CLT e art. 7º, XXVI da CF.

OUTROS AUXÍLIOS

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - BENEFÍCIO SOCIAL FAMILIAR

As empresas arcarão com o custeio em favor de todos os seus empregados, junto à UPS SERVIÇOS – SOCIEDADE BRASILEIRA DE GESTÃO EM ASSISTENCIAL TDA., CNPJ 05.015.561/0001-88, pelo serviço assistencial em caso de incapacitação permanente para o trabalhador por perda ou redução de sua aptidão física ou a seus dependentes em caso de seu falecimento, como definido no conjunto de regras aprovadas pela FEACONSPAR e que também serão enviadas aos empregadores junto com o primeiro boleto para pagamento e à disposição nas entidades sindicais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As empresas pagarão com o expresso consentimento das entidades sindicais profissionais que firmam o presente instrumento, até o dia 10 de cada mês, à organização gestora especializada indicada pela FEACONSPAR, através de guia própria, o valor de R$ 31,00 (trinta e um reais) por empregado que possua, tomando-se por base a quantidade de empregados constante no campo "total de empregados do último mês informado" do CAGED do mês anterior ou do último informado ao Ministério do Trabalho e Emprego, sem nenhuma redução, a que título for, responsabilizando-se a organização gestora especializada a manter um sistema de assistência social aos trabalhadores, que dela usufruirão desde que as empresas estejam regulares quanto aos recolhimentos. O total de empregados a ser considerado é aquele descrito no CAGED por CNPJ da empresa na base territorial;

PARÁGRAFO SEGUNDO – O empregador que por ocasião do óbito ou do fato causador da incapacitação estiver inadimplente por falta de pagamento, pagamento após o dia do vencimento ou efetuar o recolhimento por valor inferior ao devido, responderá perante o empregado ou a seus dependentes por multa equivalente ao dobro do valor da assistência;

PARÁGRAFO TERCEIRO – O óbito ou o evento que possa provocar a incapacitação permanente para o trabalho, por perda ou redução de sua aptidão física, deverá ser comunicado formalmente no prazo máximo e improrrogável de 90 (noventa) dias da ocorrência;

PARÁGRAFO QUARTO – Fica também instituído, à conta da assistência social e familiar aqui especificada, o benefício equivalente a R$ 1.300,00, em pagamento único, quando do nascimento de filho de empregada ou empregado, que deverá comunicar formalmente a FEACONSPAR, até 90 (noventa) dias, com a devida certidão de nascimento, sob pena de perda do benefício;

PARÁGRAFO QUINTO - Em todas as planilhas de custos e editais de licitações deverá constar a provisão financeira para cumprimento desta assistência social, a fim de que seja preservado o patrimônio jurídico dos trabalhadores em consonância com o artigo 444 da CLT;

PARÁGRAFO SEXTO – O presente serviço social não tem natureza salarial, por não se constituir em contraprestação de serviços, tendo caráter compulsório e ser eminentemente assistencial;

PARÁGRAFO SÉTIMO – Sempre que necessário à comprovação do cumprimento da Convenção Coletiva de Trabalho e quando das homologações trabalhistas deverão ser apresentadas às guias de recolhimentos quitadas;

PARÁGRAFO OITAVO – A obrigação de pagamento pela empresa será mantida em caso de afastamento do(a) empregado(a), por motivo de doença ou acidente de trabalho, pelo prazo de 12 (doze meses), cessando após tal

período os benefícios atribuídos ao(a) empregado(a);

PARÁGRAFO NONO – Fica instituída uma multa equivalente a R$ 56,00 (cinquenta e seis reais) por mês e por trabalhador, no caso de descumprimento da presente cláusula, multa essa em favor da FEACONSPAR;

PARÁGRAFO DÉCIMO – Com base no art. 7º, inciso XXVI da Constituição Federal, ajustam as categorias que a concessão do benefício aqui tratado, pelo alcance social que encerra, também é compensatório da eventual necessidade do(a) empregado(a) em lavar o seu uniforme de trabalho, especialmente porque os postos de serviços são pulverizados por inúmeros locais e impossibilitam o tratamento do assunto de forma diversa.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES
DESLIGAMENTO/DEMISSÃO

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - RESCISÃO CONTRATUAL

As rescisões contratuais dos empregados com mais de um ano de serviço, quando lotados em postos de serviços em raio de até 50 quilômetros das sedes e subsedes do sindicato laboral, deverão ser submetidas à assistência deste;

Faculta-se às empresas a mesma assistência, nas demais rescisões contratuais (empregados lotados em postos de serviços em raio de mais de 50 km das sedes do sindicato laboral) com tempo de serviço inferior a um ano.

Na rescisão contratual ficam as empresas obrigadas a dar baixa na CTPS do empregado e proceder ao pagamento das verbas rescisórias, no prazo legal, devendo ser efetivada a assistência aqui estabelecida no mesmo prazo.

Para a empresa que não possua escritório no local da homologação, o prazo para assistência será de até 05 dias úteis, após o término do prazo legal, quando do pagamento via depósito bancário.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As empresas que não observarem o disposto na presente cláusula deverão pagar em favor do empregado prejudicado, independentemente das multas fixadas em Lei, uma multa progressiva da seguinte forma:

a) 20% (vinte por cento) do salário do empregado para o atraso de até 10 (dez) dias;

b) progressivamente, mais 20% (vinte por cento) do salário do empregado, por atraso a cada 10 dias, até o limite máximo equivalente a 1 (um) salário do empregado;

PARÁGRAFO SEGUNDO – No caso de não comparecimento do empregado, a empresa dará conhecimento do fato, por escrito, ao Sindicato profissional, comprovando o atendimento disposto no parágrafo primeiro da cláusula 19ª do presente instrumento, o que a desobrigará do disposto no parágrafo primeiro;

PARÁGRAFO TERCEIRO - Na ocorrência de rescisão contratual, sem justa causa, o valor da indenização a ser paga pela empresa, referente ao FGTS, será de 40% (quarenta por cento) sobre o montante de depósitos, correção monetária e juros, inclusive sobre os valores pagos na rescisão e valor sacado;

PARÁGRAFO QUARTO – A empresa que proceder ao depósito bancário dos valores incontroversos da rescisão do contrato, no prazo estabelecido pelo art. 477 da CLT, ficará desonerada da multa nele prevista, independente da data que houver a assistência, na hipótese de o sindicato obreiro não disponibilizar data para a mencionada assistência no prazo legalmente previsto.

AVISO PRÉVIO

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - AVISO PRÉVIO

O aviso prévio deverá ser comunicado por escrito, contrarrecibo, esclarecendo se o empregado deve trabalhar no período.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As empresas deverão fazer constar no aviso prévio o dia, horário e local onde o empregado deverá comparecer para o recebimento das verbas rescisórias, chave de conectividade e guia de seguro-desemprego, quando for o caso;

PARÁGRAFO SEGUNDO – Com fundamento no art.7º, XXVI, da Constituição Federal, estabelecem as partes que o aviso prévio em tempo, quando superior a 30 dias, na forma da Lei 12.506/11 deverá ser assim praticado: cumprimento do prazo legal de 30 dias com o pagamento/ressarcimento dos dias que ultrapassarem tal limite.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA - CARTEIRA DE TRABALHO

As empresas anotarão, na CTPS, a real função exercida pelo empregado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - ALTERAÇÃO DE EMPRESAS

Ressalvada a negociação coletiva em contrário, ocorrendo a rescisão de contrato entre a empresa prestadora e a tomadora de serviços, a empresa prestadora se obriga a, caso não demita o empregado daquele setor,informar ao mesmo, com pelo menos 30 dias de antecedência, o setor no qual ele irá prestar seus serviços, após a referida rescisão, para que possa, caso não tenha interesse na alteração do setor, solicitar demissão e cumprir o aviso prévio.

A empresa que não efetuar a comunicação do novo setor de trabalho com antecedência supra, não poderá cobrar do empregado que solicitar demissão, o aviso prévio indenizado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - INDENIZAÇÃO ADICIONAL E MULTA DO FGTS

Mediante acordo coletivo de trabalho, com a assistência da entidade sindical patronal, poderá ser estabelecida condição especial, quanto às verbas aviso prévio, indenização adicional e multa do FGTS, quando da terminação de contratos entre a empregadora e tomadores de serviços.

RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES
QUALIFICAÇÃO/FORMAÇÃO PROFISSIONAL

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - FUNDO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

As empresas contribuirão, em favor da Fundação do Asseio e Conservação do Estado do Paraná, com o valor mensal de R$ 31,00 (trinta e um reais) por empregado destinado à formação e qualificação profissional.;

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O valor devido (tomando-se por base o número de empregados da empresa conforme CAGED por CNPJ) será recolhido até o dia 15 de cada mês, cabendo à Fundação o encaminhamento de boleto bancário, indicado o banco, agência e conta à recepção do depósito e cabendo às empresas encaminhar copias dos boletos pagos, acompanhados pelo CAGED. O total de empregados a ser considerado é aquele descrito no CAGED por CNPJ da empresa na base territorial;

PARÁGRAFO SEGUNDO - Fica estipulada a multa de R$ 50,00 (cincoenta reais) por empregado, por mês, no caso de descumprimento do previsto na presente cláusula;

PARÁGRAFO TERCEIRO - A manutenção da cláusula aqui tratada, após término da vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho, só será consentida se resultar da concorrência de vontade das partes;

PARÁGRAFO QUARTO – A obrigação de pagamento pela empresa será mantida em caso de afastamento do(a) empregado(a), por motivo de doença ou acidente de trabalho, pelo prazo de 12 (doze meses). Decorrido tal tempo, ao(a) empregado(a) será facultada a manutenção do benefício mediante pagamento direto por ele feito ao seu Sindicato de classe, desobrigada desde logo a empresa de qualquer responsabilidade;

PARÁGRAFO QUINTO – As empresas, mediante contrato de adesão, poderão integrar o SESMT coletivo, previsto na cláusula 35ª, bem assim o RH coletivo, estabelecido pelo Sindicato Patronal, desde que regulares quanto ao cumprimento exato da presente cláusula;

PARÁGRAFO SEXTO - Estabelecem as partes – frente a constatação de que há aguda dificuldade de contratação de portadores de deficiência e aprendizes, malgrado as promoções conjuntas realizadas pelas entidades laborais e patronal, dada a especificidade das atividades laborais, fundamentalmente ligadas ao asseio, limpeza e conservação, bem assim as condições remuneratórias possíveis de serem praticadas em tal segmento econômico, que concorre com as diversas outras atividades (indústria, comércio, educação e afins) mais qualificadas – envidar esforços à possível reversão de tal quadro, com a implementação de novas chamadas para cursos de qualificação profissional e expedição de ofícios conjuntos às entidades, públicas e privadas, que tenham como escopo o portador de deficiência e o trabalhador aprendiz, indicando-lhes vagas para admissão, facultada a negociação direta entre empresa associada e a entidade sindical à regulação do trabalho aprendiz e deficiente;

PARÁGRAFO SETIMO - Em todas as planilhas de custos e editais de licitações deverá constar a provisão financeira para cumprimento deste fundo de formação profissional, a fim de que seja preservado o patrimônio jurídico dos trabalhadores em consonância com o artigo 7º, inciso XXVI, da Constituição Federal.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

Considerando os esforços das entidades sindicais, obreiras e patronal, no sentido de promover a qualificação e capacitação dos trabalhadores no segmento de asseio e conservação, visando a melhoria de sua condição social e

006134

de empregabilidade, fica convencionado que as horas dispendidas pelos trabalhadores em quaisquer cursos promovidos pela FACOP- Fundação do Asseio e Conservação do Estado do Paraná, ainda que custeados pelo empregador, fora da jornada normal de trabalho, não serão consideradas como integrativas desta, para qualquer efeito, inclusive aqueles efetuados pelo sistema EAD (Ensino a Distância), organizado e estabelecido pela FACOP, diretamente ou por convênio.

ESTABILIDADE MÃE

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - GESTANTE

Às empregadas gestantes será garantida a estabilidade provisória durante o período de gestação até o término de licença previdenciária, correspondente ao salário maternidade, mais 60 (sessenta) dias.

ESTABILIDADE APOSENTADORIA

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - EMPREGADOS EM VIAS DE APOSENTADORIA

Aos empregados que possuam mais de 03 (três) anos de serviço na empresa, e que lhes faltem um período máximo de 12 (doze) meses para adquirirem o direito à aposentadoria integral, fica garantido o emprego até a aquisição desse direito. Adquirido o direito, cessa a garantia;

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Para que goze o benefício da presente cláusula, deverá o empregado comprovar o seu tempo de serviço, por escrito, ao empregador;

PARÁGRAFO SEGUNDO - No momento da rescisão contratual fica o empregado obrigado a informar o seu direito à estabilidade, fazendo lançar tal situação no recibo rescisório. Ausente tal observação, não se aplica o benefício da presente cláusula;

PARÁGRAFO TERCEIRO – Na hipótese de término do contrato de prestação de serviços estabelecido pela empregadora com a tomadora de serviços, a garantia aqui prevista não será aplicável ao empregado que nela, tomadora de serviço, não tenha trabalhado no mínimo por doze meses, contínuos ou não.

OUTRAS NORMAS DE PESSOAL

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - QUEBRA DE MATERIAL

As empresas não poderão descontar dos salários de seus empregados qualquer quantia a título de dano, salvo nas hipóteses de dolo ou culpa, na forma do art. 462 da C.L.T.;

PARÁGRAFO ÚNICO – Faculta-se às empresas o desconto, nos salários e emverbas rescisórias, dos valores adiantados ao empregado, inclusive os feitos à conta de vale transporte e alimentação que são concedidos de modo antecipado.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS PRORROGAÇÃO/REDUÇÃO DE JORNADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - JORNADA DE TRABALHO

Faculta-se à empresa celebrar acordo de prorrogação de jornada de trabalho, visando a compensação de horasde trabalho, semanal, mensal ou semestral, via acordo individual, inclusive para regulação da "semana espanhola", pela qual poderá ser cumprida em uma semana a carga horário de 40 horas e na outra a carga de 48 horas, sem pagamento de horas extras;

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Fica estabelecido que aos empregados contratados para jornada diária de 04 (quatro) horas, a jornada semanal será de 22(vinte e duas) horas, obedecendo-se assim, a redução proporcional à jornada de 44 horas;

PARÁGRAFO SEGUNDO – Àqueles que desempenhem as funções descritas nos itens 03.09 e 03.10 fica facultada a possibilidade de, mediante acordo individual com o seu empregador, adoção do regime de trabalho de 12 x 36 horas, sem percepção de horas extras, assegurando-se o piso salarial e a percepção integral dos tíquetes refeição, situação que se estenderá a toda e qualquer função, quando o edital de licitação assim prever tal regime de trabalho de 12 por 36 horas, condição estendida àqueles lotados em setores de saúde. Fora dos casos anteriormente indicados, fica facultada a adoção do referido regime mediante acordo coletivo, devidamente celebrado com o sindicato profissional, a exemplo de shoppings e supermercados, entre outros;

PARÁGRAFO TERCEIRO – Pela presente convenção coletiva de trabalho fica a empresa autorizada a ajustar, com seu empregado, com assistência do sindicato obreiro, o regime de compensação denominado "banco de horas", com duração anual.

PARÁGRAFO QUARTO – Pelo presente instrumento, fica legitimado o labor em domingos e feriados, garantida a folga compensatória, na forma da legislação, aos empregados lotados em tomadores de serviços que operem em tais dias (p. ex. hospitais, shoppings, aeroporto, rodoviária etc.) e nas empresas que adotem o regime SDF, bem assim, mediante ajuste escrito com o empregado, a troca do dia de feriado;

PARÁGRAFO QUINTO - Os empregadores, além dos controles de jornada previstos na CLT, poderão adotar quaisquer sistemas alternativos de controle da jornada de trabalho, inclusive de modo remoto e telemático, inclusive utilizando o celular do seu empregado, quando assim por ele autorizado,que deverão registrar os horários de início e término do trabalho, autorizada a pré-anotação do intervalo alimentar.

INTERVALOS PARA DESCANSO

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - PERÍODO DE DESCANSO

Considerando-se a realidade da prestação de serviços e, ainda a natureza empresarial, fica estabelecida a possibilidade de, em acordo individual ou coletivo, este com a participação do sindicato dos empregados, ampliar-se o descanso intrajornada além do limite de 2 (duas) horas, na forma do artigo 71 da CLT, bem assim ser adotado o intervalo intrajornada de 30 minutos, quando a refeição for tomada na planta de trabalho e em local apropriado. Outras situações serão objeto de acordo coletivo de trabalho.

CONTROLE DA JORNADA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - PRORROGAÇÃO DA JORNADA

Pelo presente instrumento, fica autorizada a prorrogação da jornada de trabalho, nos limites legalmente previstos, àqueles que cumpram labor em ambiente insalubre

FALTAS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - ABONO DE FALTAS

As faltas dos empregados vestibulandos serão abonadas quando comprovarem a prestação de exames na cidade em que trabalhem ou residam.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR
CONDIÇÕES DE AMBIENTE DE TRABALHO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - LOCAL PARA GUARDA DE PERTENCES E REFEIÇÕES

As empresas se obrigam a manter, para uso de seus empregados, locais adequados para a guarda de pertences pessoais, bem como local adequado para que possam fazer suas refeições.

UNIFORME

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - UNIFORME E EQUIPAMENTOS

As empresas fornecerão a seus empregados, gratuitamente, uniformes, no padrão e componentes, nestes também possível o crachá, pela empresa definidos. Na hipótese de rescisão fica o empregado obrigado a devolver os uniformes recebidos, no estado em que se encontrarem, sob pena de ser deduzido, de seus haveres, o custo respectivo. A higienização do uniforme é de responsabilidade do empregado, desde que feita como as vestimentas comuns.

ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - ATESTADOS MÉDICOS

À justificação de faltas ao serviço prevalecerá o atestado médico fornecido pelo médico da empresa, ou por ela conveniado. Em relação aos empregados associados ao Sindicato dos Empregados, a empresa aceitará como justificativa para a falta ao serviço, por motivo de doença, quando atestada por clínica médica conveniada ao Sindicato de Empregados, podendo o mesmo ser vistado pelo departamento médico da empresa ou pela empresa médica conveniada prevista na cláusula 16ª.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Dada a natureza da prestação de serviço, via de regra em estabelecimento de terceiros, o empregado deverá encaminhar a sua empregadora, em até 48 horas de sua emissão, o atestado médico, permitindo a ela o processamento regular da folha de salários, sem descontos, em favor do empregado, bem assim, para permitir a necessária logística de sua substituição no posto de serviço no qual esteja lotado. A entrega do original deverá ser feita, quando do retorno ao trabalho.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Fica a empresa autorizada a ampliar o prazo de dispensa da realização do exame demissional pelos prazos definidos na NR 07, itens 7.4.3.5.1 e 7.4.3.5.2.

OUTRAS NORMAS DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES E DOENÇAS PROFISSIONAIS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - SESMT – SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ENG. DE SEGURANÇA E

MEDICINA DO TRABALHO

Faculta-se o estabelecimento do SESMT – Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho – COLETIVO, implementado por Acordo Coletivo de Trabalho ou diretamente pelas entidades sindicais subscritoras, via FACOP – Fundação de Asseio e Conservação do Paraná.

RELAÇÕES SINDICAIS
CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - MENSALIDADE PARA O SINDICATO DOS EMPREGADOS

As empresas ficam obrigadas a descontar na folha de pagamento de seus empregados, desde que devidamente autorizadas por eles, as mensalidades, no valor equivalente a 3% do piso salarial previsto no item 01 da cláusula 3ª da presente convenção, devidas pelos associados ao Sindicato dos Empregados, quando por este notificadas por e-mail, correios ou entrega direta. O recolhimento ao Sindicato dos Empregados, do importe descontado, será feito até o dia 10 de cada mês, sob pena de pagamento de multa equivalente a 100% (cem por cento) do valor retido;

PARÁGRAFO ÚNICO - As empresas deverão proceder ao recolhimento de que trata a presente cláusula via depósito em conta de cada Sindicato dos Empregados, conforme discriminado na guia (ou boleto bancário) apropriada, a ser por este encaminhada. Poderá, ainda, ser efetuado o recolhimento diretamente ao sindicato, quando este assim ajustar com a empresa.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL

As empresas descontarão de cada empregado, a título de contribuição assistencial, conforme decisão e determinação das respectivas assembleias dos sindicatos obreiros e conforme definido pelo STF – ARE n.º 1018456 – Tema 935, o valor de R$ 90,00 (noventa reais), no pagamento relativo ao mês de fevereiro/26, mais R$ 60,00 (sessenta reais) no pagamento relativo ao mês de outubro/2026, assegurado o direito de oposição pelos empregados não associados, a ser formalizada individualmente ao sindicato, no prazo de até 10 dias contados do início da vigência da CCT. O valor definido em assembleia geral guarda a razoabilidade recomendada pelo STF no referido processo, vez que representa apenas 0,44% (zero vírgula quarenta e quatro por cento) do menor piso salarial previsto no item 01 da cláusula 3ª., mais alimentação, considerando a vigência anual das cláusulas econômicas.

PARÁGRAFO ÚNICO - O recolhimento das importâncias descontadas aos Sindicatos profissionais em fevereiro de 2026 deverá ser efetuado até o dia 10.03.2026, a segunda parcela em Outubro de 2026, deverá ser efetuado até o dia 10.11.2026, procedendo-se na forma do parágrafo único da cláusula 36ª da CCT aditada, sob as cominações do "caput" da mesma cláusula. Deverá a empresa remeter ao Sindicato beneficiário a relação de empregados e valores recolhidos. Aplica-se a mesma cláusula em caso de descumprimento.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL

À face da deliberação da categoria econômica, tomada em Assembleia Geral, que atende o Tema 935 do STF,

proferido no processo ARE 1018456, fica instituída a contribuição assistencial, a ser paga por todas as empresas beneficiárias da presente negociação, associadas ou não à entidade patronal, assim:

EMPRESAS:

Com até 200 empregados – R$ 4.000,00; Com 201 a 500 empregados – R$ 7.000,00;

Com 501 a 1.000 empregados – R$ 9.000,00; e, Com mais de 1001 empregados – R$ 11.000,00.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As empresas deverão recolher o valor devido, conforme o número de empregados em 01.02.2026 informado no sistema do eSocial (antigo CAGED), até 10.04.26, via depósito junto à Caixa Econômica Federal - Agência 369 - Carlos Gomes – Curitiba - c/c 1951-0 – operação 003 – titularidade SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As empresas que forem constituídas no período de vigência do presente instrumento deverão contribuir de modo proporcional;

PARÁGRAFO TERCEIRO – Quando dos recolhimentos tratados na cláusula, a empresa remeterá o comprovante respectivo ao Sindicato.

PARAGRAFO QUARTO – Dado que o presente instrumento coletivo é feito para viger bianual, inclusive em relação às clúsulas econômicas, ou seja, até 31.01.2028, a assembleia geral também deliberou por instituir a contribuicao assistencial, nos mesmos parâmetros acima indicados, para o período de 01.02.27 a 31.01.28, observadas as datas de 01.02.27, aos fins de cálculo do numero de empregados, e a data de 10.04.27, aos fins do recolhimento, com a atualização dos valores na forma da cláusula 43ª.

PARÁGRAFO QUINTO - As empresas que deixarem de fazer os recolhimentos tratados na presente cláusula, incorrerão em multa de 10% sobre o valor devido, mais atualização e juros.

PARÁGRAFO SEXTO - Não obstante o direito assegurado à oposição em AGE, por qualquer empresa, associada ou não, faculta-se o direito de oposição até 10 dias do início da vigência do presente instrumento.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE REPRESENTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - REGULARIDADE SINDICAL

À certificação da regularidade sindical, tanto pelos sindicatos obreiros quanto pelo sindicato patronal, observará, além do cumprimento das cláusulas contributivas acima, o contido nas cláusulas 16ª., 17ª. e 23ª.do presente instrumento.

O pedido de regularidade deverá ser solicitado com uma antecedência mínima de **72 horas** uteis.

DISPOSIÇÕES GERAIS
MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - MEDIAÇÃO PRIVADA DOS CONFLITOS INDIVIDUAIS

Ficam mantidas, no âmbito de abrangência desta CCT, as Comissões de Conciliação Prévia;

PARÁGRAFO ÚNICO - Quando da homologação da rescisão contratual, o sindicato de trabalhadores convenente comunicará possíveis irregularidades cometidas no pagamento das verbas rescisórias, bem como eventuais diferenças decorrentes do extinto contrato de trabalho, para regularização dos valores, aplicando-se ao feito o preceito estabelecido no Enunciado 330 do TST, evitando-se assim demandas desnecessárias.

000139

DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - MULTAS

A inobservância das cláusulas que contenham obrigações de fazer, excetuadas aquelas que já tenham penalidades específicas, acarretará à empresa o pagamento da multa equivalente a 10% (dez por cento) do salário-mínimo,que reverterá em favor da parte interessada. O pagamento da multa ora estipulado será feito no prazo de 10 (dez) dias, contado da constatação da irregularidade, ou, no caso de rescisão contratual, na época;

PARÁGRAFO ÚNICO – Fica instituída no âmbito de abrangência desta CCT, uma comissão paritária, a ser composta por um representante de cada sindicato signatário e mais um terceiro representante, por eles indicados em comum acordo, a fim de analisarem, discutirem e deliberarem sobre a eventual dispensa de cobrança das multas especificadas no presente instrumento, desde que fundada em razão reputada, pela mesma comissão,como relevante

OUTRAS DISPOSIÇÕES

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - PLANILHA DE CUSTOS

O Ministério do Trabalho e Previdência, através de sua Superintendência Regional do Trabalho, no Estado do Paraná, conforme Portaria nº 05/2021, publicada no DOU de 01.09.2021 (seção 01 pag. 235), mantém a Câmara Técnica de Regulação dos Serviços Terceirizáveis, que disponibiliza a planilha de custos mínimos legais, observando inclusive as obrigações decorrentes das convenções coletivas de trabalho, que envolvem empregados e empresas de asseio e conservação no Estado do Paraná. Assim, todas e quaisquer contratações de serviços,sejam públicas ou privadas, deverão observar a metodologia e os custos mínimos legais fixados pelo órgão referido na Portaria 05/2021 do Ministério do Trabalho e Previdência. As entidades sindicais convenentes disponibilizarão em seus "sites" a planilha atualizada.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - DATA-BASE DE 01.02.2027

Tendo em estima o viger do presente instrumento, como indicado na cláusula primeira, ajustam as partes que as as cláusulas econômicas e/ou que contenham valores, serão corrigidas pelo INPC cumulado de 01.02.26 a 31.01.27, acrescido de mais 1% a partir de 01.02.27, observadas as regras de cada cláusula que dela tratarem.

Paragrafo Unico: Quanto as contribuições patronais e obreiras, relativas ao ano de 2027, repetirão as condições estipuladas para 2026 com as adequações de datas e valores reajustados na forma do caput.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - DISPOSIÇÕES FINAIS

A presente convenção coletiva de trabalho é celebrada na forma do artigo 7º, incisos V, VI e XXVI, da Constituição Federal. Na eventualidade do Poder Público determinar, por norma legal, benefícios previstos no presente instrumento, poderá haver compensação, de forma a não estabelecer duplo pagamento / benefício, prevalecendo, no entanto, o que for mais vantajoso ao empregado.

À face da presente negociação coletiva, a partir de 01 de fevereiro de 2026, fica expressamente revogada a CCT registrada no MTE: PR000074/2025, em 20/01/2025, no sistema mediador.

As divergências, entre as partes convenentes serão dirimidas amigavelmente e, não havendo acordo, pela Justiça

do Trabalho, na forma legal.

Por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento, para que surtam os jurídicos e legais efeitos.

}

MANASSES OLIVEIRA DA SILVA
PRESIDENTE
FEDERACAO DOS EMPR EMPRESAS ASSEIO CONSERV EST PARANA

ALEXANDRE OLIVEIRA DA SILVA
PRESIDENTE
SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO, LIMPEZA PUBLICA, LIMPEZA URBANA, AMBIENTAL E DE AREAS VERDES DE CURITIBA

MARIA DONIZETI TEIXEIRA ALVES
PRESIDENTE
SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO

ANGELA MARIA DE OLIVEIRA MERELES
PRESIDENTE
SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO, SERVICOS TERCEIRIZADOS E TEMPORARIOS EM GERAL DE CASCAVEL E REG.-SIEMACO CASCAVEL

MARLUS CAMPOS
PRESIDENTE
SIND. DOS EMPREGADOS EM EMPR. DE ASSEIO E CONS., AREAS VERDES, MEIO AMBIENTE, AREA URBANA EM GERAL, ZELADORIA, SERV. TERCEIRIZADOS E VIAS RODOFERROV.

JUSSARA BRITTO DE SEIXAS GONCALVES
PRESIDENTE
SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO, LIMPEZA URBANA, LIMPEZA PUBLICA E EM GERAL, AMBIENTAL, AREAS VERDES, ZELADORIA E SERVICO

ROGERIO MARCOS COUTINHO
PRESIDENTE
SIND DOS EMPR EM EMP DE ASSEIO E CONS, LIMP URBANA, LIMP PUB

IZABEL APARECIDA DE OLIVEIRA PETIT MAITRE
PRESIDENTE
SIND.DOS EMPREG.EM EMPR.DE ASSEIO E CONSERV., LIMP.URBANA, L

PEDRO VITOR DIAS DA ROSA
PRESIDENTE
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TELECOMUNICACOES E OPERADORES DE MESAS TELEFONICAS DO ESTADO DO PARANA

ROGERIO BUENO DE QUEIROS
PRESIDENTE
SINDICATO DAS EMPR DE ASSEIO E CONSERV NO ESTADO DO PR

ANEXOS

ANEXO I - ATA AGE CURITIBA

Anexo (PDF)

ANEXO II - ATA AGE PONTA GROSSA

Anexo (PDF)

ANEXO III - ATA AGE CASCAVEL

Anexo (PDF)

ANEXO IV - ATA AGE FOZ DO IGUACU

Anexo (PDF)

ANEXO V - ATA AGE FRANCISCO BELTRAO

Anexo (PDF)

ANEXO VI - ATA AGE MARINGA

Anexo (PDF)

ANEXO VII - ATA AGE LONDRINA

Anexo (PDF)

ANEXO VIII - ATA AGE SINTTEL

Anexo (PDF)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministerio do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço http://www.mte.gov.br.

MUNICÍPIO DE PLANALTO
CNPJ: 76.460.526/0001-16
Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101
E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br
Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

Planalto PR, 23 de setembro de 2026.

DE: Luiz Carlos Boni – Prefeito Municipal

Preliminarmente para a autorização solicitada objetivando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuo de profissionais a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para atender as necessidades do município de Planalto-PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e os benefícios e encargos exigidos Convenção Coletiva de Trabalho – CCT nº PR000063/2026, encaminhamos:

PARA: Secretaria de Finanças;
- à fins de indicação de recursos de ordem orçamentária para fazer frente à despesa;

PARA: Departamento de Materiais e Compras;
- à fins de elaboração da minuta do instrumento convocatório da licitação;

PARA: Departamento Jurídico;
- à fins de análise e indicação da modalidade a ser adotada.

Cordialmente,

Luiz C. Boni

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

006144

MUNICÍPIO DE PLANALTO
CNPJ: 76.460.526/0001-16
Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101
E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br
Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

Planalto PR, 23 de setembro de 2026.

DE: Secretaria de Finanças – Contador

PARA: Prefeito Municipal

Senhor Prefeito,

Em atenção à solicitação objetivando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuo de profissionais a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para atender as necessidades do município de Planalto-PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e os benefícios e encargos exigidos Convenção Coletiva de Trabalho – CCT nº PR000063/2026, expedido por Vossa Excelência na data de 21/09/2026, com fulcro nos artigos 212 e 216, § 6º da Constituição Federal de 1988, vimos por meio deste informar que a despesa decorrente do referido processo observadas as características e demais condições, especificações, valores e quantidades, definidas no edital e seus anexos, não comprometem os recursos mínimos destinados à saúde e a educação, conforme pedido exarado pelos secretários municipais, no valor total de **R$ 597.094,02(Quinhentos e noventa e sete mil, noventa e quatro reais e dois centavos).** Sendo que o pagamento será efetuado através das Dotações Orçamentárias:

DOTAÇÕES		
Conta da despesa	**Funcional programática**	**Destinação de recurso**
00310	02.103. 04.122.0402.2007	3.3.90.39.00.00.00000
00910	05.116. 15.452.1501.2053	3.3.90.39.00.00.00000
01050	06.119. 26.782.2601.2067	3.3.90.39.00.00.00000

Cordialmente,

JONES ROBERTO KINNER
CONTADOR - C.I. RG Nº 3.654.820-7 – PR

ENSON ELEMAR SCHABO
Secretário de Finanças

000145

Prefeitura Municipal de Planalto - 2026

Saldo das contas de despesa

Calculado em: 21/09/2026

Equilíbrio

Órgão / Unidade / Projeto ou Atividade / Conta de despesa / Fonte de recurso (F. PADRÃO/ ORIG/ APL/ DES/ DET)					Valor autorizado	Valor atualizado	Líquido empenhado	Saldo atual
02 Secretaria de Administração					**850.000,00**	**850.000,00**	**474.495,51**	**375.504,49**
103 Departamento de Administração Geral					**850.000,00**	**850.000,00**	**474.495,51**	**375.504,49**
04.122.0402.2007 Atividade do Departamento de Administração Geral					**850.000,00**	**850.000,00**	**474.495,51**	**375.504,49**
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA								
00310	E	00000	0000/01/07/00/00	Recursos Ordinários (Livres)	700.000,00	700.000,00	345.454,05	354.545,95
00320	E	00510	0510/01/07/00/00	Taxas - Exercício Poder de Polícia	100.000,00	100.000,00	79.114,98	20.885,02
00330	E	00511	0511/01/07/00/00	Taxas - Prestação de Serviços	50.000,00	50.000,00	49.926,48	73,52
				Total Geral	**850.000,00**	**850.000,00**	**474.495,51**	**375.504,49**

Critérios de seleção:

Data do cálculo: 21/09/2026
Orgão entre: 02 e 02
Tipo: 2
Ordem: 007
Natureza de despesa entre: 3.3.90.39.00.00 e 3.3.90.39.00.00

Prefeitura Municipal de Planalto - 2026

Saldo das contas de despesa

Calculado em: 21/09/2026

Equipano

Órgão / Unidade / Projeto ou Atividade / Conta de despesa / Fonte de recurso (F. PADRÃO/ ORIG/ APL/ DES/ DET)				Valor autorizado	Valor atualizado	Líquido empenhado	Saldo atual
05 Secretaria de Obras e Serviços Urbanos				**3.210.346,01**	**3.238.306,01**	**2.239.476,91**	**998.829,10**
115 Departamento de Obras				**1.130.000,00**	**1.157.960,00**	**643.549,56**	**514.410,44**
15.452.1501.1052	Pavimentação Urbana			**700.000,00**	**700.000,00**	**384.092,56**	**315.907,44**
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA						
00640	E	00000	0000/01/07/00/00 Recursos Ordinários (Livres)	700.000,00	700.000,00	384.092,56	315.907,44
15.512.1501.1051	Saneamento Básico			**400.000,00**	**400.000,00**	**201.497,00**	**198.503,00**
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA						
00670	E	00000	0000/01/07/00/00 Recursos Ordinários (Livres)	400.000,00	400.000,00	201.497,00	198.503,00
16.482.1601.1054	Construção de Núcleos Habitacionais			**30.000,00**	**57.960,00**	**57.960,00**	**0,00**
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA						
00750	E	00000	0000/01/07/00/00 Recursos Ordinários (Livres)	30.000,00	57.960,00	57.960,00	0,00
116 Departamento de Serviços Urbanos				**2.080.346,01**	**2.080.346,01**	**1.595.927,35**	**484.418,66**
15.452.1501.2049	Manutenção e Reparos na Iluminação Pública			**767.000,00**	**767.000,00**	**497.040,39**	**269.959,61**
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA						
00820	E	00507	0507/99/99/00/00 COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF	767.000,00	767.000,00	497.040,39	269.959,61
15.452.1501.2050	Manutenção da Coleta de Lixo			**1.013.346,01**	**1.013.346,01**	**804.892,86**	**208.453,15**
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA						
00850	E	00000	0000/01/07/00/00 Recursos Ordinários (Livres)	563.346,01	563.346,01	506.335,74	57.010,27
00860	E	00511	0511/01/07/00/00 Taxas - Prestação de Serviços	450.000,00	450.000,00	298.557,12	151.442,88
15.452.1501.2053	Manutenção dos Serviços Urbanos			**300.000,00**	**300.000,00**	**293.994,10**	**6.005,90**
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA						
00910	E	00000	0000/01/07/00/00 Recursos Ordinários (Livres)	300.000,00	300.000,00	293.994,10	6.005,90
06 Secretaria de Serviços Rodoviários				**2.740.000,00**	**2.740.000,00**	**1.635.029,36**	**1.104.970,64**
119 Departamento de Máquinas e Equipamentos				**1.230.000,00**	**1.230.000,00**	**486.266,31**	**743.733,69**
26.782.2601.2067	Manutenção dos Serviços Rodoviários			**1.230.000,00**	**1.230.000,00**	**486.266,31**	**743.733,69**
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA						
01050	E	00000	0000/01/07/00/00 Recursos Ordinários (Livres)	1.200.000,00	1.200.000,00	477.809,73	722.190,27
01060	E	00512	0512/99/99/00/00 CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)	30.000,00	30.000,00	8.456,58	21.543,42
120 Departamento de Fiscalização de Estradas				**1.510.000,00**	**1.510.000,00**	**1.148.763,05**	**361.236,95**
26.782.2601.1066	Pavimentação e Restauração de Estradas Municipais			**1.510.000,00**	**1.510.000,00**	**1.148.763,05**	**361.236,95**
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA						
01080	E	00000	0000/01/07/00/00 Recursos Ordinários (Livres)	1.500.000,00	1.500.000,00	1.138.790,10	361.209,90
01090	E	00512	0512/99/99/00/00 CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)	10.000,00	10.000,00	9.972,95	27,05
			Total Geral	**5.950.346,01**	**5.978.306,01**	**3.874.506,27**	**2.103.799,74**

E - Grupo da fonte do exercício / EA - Grupo da fonte de exercícios anteriores

Prefeitura Municipal de Planalto - 2026

Saldo das contas de despesa

Calculado em: 21/09/2026

Órgão / Unidade / Projeto ou Atividade / Conta de despesa / Fonte de recurso (F. PADRÃO/ ORIG/ APL/ DES/ DET)	Valor autorizado	Valor atualizado	Líquido empenhado	Saldo atual

Critérios de seleção:

Data do cálculo: 21/09/2026
Orgão entre: 05 e 06
Natureza de despesa entre: 3.3.90.39.00.00 e 3.3.90.39.00.00

MUNICÍPIO DE PLANALTO

CNPJ: 76.460.526/0001-16
Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101
E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br
Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO (ELETRÔNICO) N° .../2026
PROCESSO LICITATÓRIO N° .../2026
DATA DA REALIZAÇÃO: ../../2026
HORÁRIO DE INÍCIO DA DISPUTA: às 09:00 horas
LOCAL: Prefeitura do Município de Planalto – Paraná
www.comprasgovernamentais.gov.br "Acesso Identificado"

O **MUNICÍPIO DE PLANALTO**, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob n.º 76.460.526/0001-16, através da Secretaria de Administração, sediado à Praça São Francisco de Assis n° 1583 – centro – Planalto - Paraná, por intermédio do Excelentíssimo Prefeito Municipal, Luiz Carlos Boni, torna pública a realização de procedimento de licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, para atender à solicitação da Secretaria Municipal de Administração, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de profissionais a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para atender as necessidades do município de Planalto-PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e os benefícios, encargos e demais obrigações previstas na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT nº PR000063/2026.**

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

.. de ..... de 2026 às 09h00min

UASG: 987775 – MUNICÍPIO DE PLANALTO/PR
Local da Sessão Pública: www.comprasgovernamentais.gov.br

O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, nos termos da Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar Federal nº.123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar Federal n.º 147, de 14 de agosto de 2014, Decretos Municipais n° 5581 de 26 de dezembro de 2023 e n° 5585 de 09 de janeiro de 2024, e demais legislações aplicáveis.

É Pregoeira deste Município, na qualidade de Agente de Contratação, a servidora Fernanda Scherer Marzec, auxiliadas pelos membros da Equipe de Apoio, todos designados pela Portaria nº 485/2026 de 02 de setembro 2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, Edição n° 3609 de 03 de setembro de 2026.

1 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA, DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DA SESSÃO PÚBLICA

1.1 O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço

www.comprasgovernamentais.gov.br.

1.2 A abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO ocorrerá .. de ..... de 2026 às 09h00min, no site www.comprasgovernamentais.gov.br, nos termos das condições descritas neste Edital.

2 DO OBJETO

2.1 Constitui objeto deste **PREGÃO** o **REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de profissionais a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para atender as necessidades do município de Planalto-PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e os benefícios, encargos e demais obrigações previstas na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT nº PR000063/2026.**

2.2 Edital e seus Anexos poderão ser obtidos através da Internet pelos endereços eletrônicos: **www.comprasgovernamentais.gov.br e www.planalto.pr.gov.br/licitacoes/.**

2.3 A licitação será dividida em itens, sendo lote único, conforme tabela do ANEXO I do edital, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens/lotes forem de seu interesse.

2.4 Em caso de **discordância** existente entre as especificações deste objeto descrito no **Compras Governamentais** (CATSER) e as especificações constantes deste **Edital**, prevalecerão as **últimas.**

2.5 As informações administrativas relativas a este Edital poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações pelo telefone nº (046) 3555-8100/35558121 ou pelo e-mail: licitacao@planalto.pr.gov.br, sendo o atendimento realizado no horário das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30h.

2.6 As questões estritamente técnicas referentes ao objeto licitado serão prestadas pela Secretaria Municipal de Administração, telefone nº (46) 3555 – 8121, sendo o atendimento realizado no horário das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30h.

2.7 Além do órgão gerenciador, não há outros órgãos e entidades participantes deste registro de preços.

2.8 Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

3 DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA

3.1 O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR LOTE**, observada às especificações técnicas constantes do **Anexo I** e demais condições definidas neste Edital.
3.1.1 Encerrada a fase de lances, após a negociação, as propostas que permanecerem acima

(salvo a hipótese de critério de maior desconto com possibilidade de lances negativo) do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) do(s) item(s), serão desclassificadas.

3.2 Será utilizado o modo de disputa **"ABERTO",** em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

4 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

4.1 Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos. O pedido deve ser protocolado no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4.1.1 As impugnações ao Edital serão protocoladas em campo específico no sítio eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, e deverão ser dirigidas a pregoeira e protocoladas em dias úteis, das 08h00 às 17h00, à Praça São Francisco de Assis, 1583, centro, Setor de Licitações, Centro, Planalto - PR, ou encaminhadas através de e-mail no endereço eletrônico: **licitacao@planalto.pr.gov.br**.

4.1.2 Caberá ao Pregoeiro(a), responder aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, sendo que este poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

4.1.3 O pregoeiro(a) deverá decidir sobre a impugnação antes da abertura do certame.

4.1.4 A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo agente de contratação/pregoeiro ou pela comissão de contratação, quando o substituir, nos autos do processo de licitação.

4.1.5 Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do Edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização deste PREGÃO e sua divulgação se dará na mesma forma de sua divulgação inicial.

4.2 A impugnação deverá, obrigatoriamente, estar acompanhada de CPF ou RG, em se tratando de pessoa física, e de CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica (por documento original ou cópia autenticada), bem como do respectivo ato constitutivo e procuração, na hipótese de procurador, que comprove que o signatário, efetivamente, representa e possui poderes de representação da impugnante.

4.2.1 Os pedidos de **esclarecimentos** referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro(a), **até 03 (três) dias úteis anteriores** à data designada para abertura da sessão pública, em campo específico no sítio eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, o deverão ser dirigidas a pregoeira e protocoladas em dias úteis, das 08h00 às 17h00, à Praça São Francisco de Assis, 1583, centro, Setor de Licitações, Centro, Planalto -

PR, ou encaminhadas através de e-mail no endereço eletrônico: **licitacao@planalto.pr.gov.br**.

4.2.2 O pregoeiro(a) responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

4.3 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

4.3.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro(a), nos autos do processo de licitação.

4.3.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5 DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

5.1 Poderão participar deste Pregão interessados empresas que sejam especializadas e credenciadas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018.

5.2 É de responsabilidade do cadastrado, conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros, tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.2.1 Além de ser exclusiva e formalmente responsável pelas transações efetuadas em seu nome, a licitante assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.3 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, de 07 de agosto de 2014.

5.4 Será vedada a participação de empresas:

a) proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, e/ou impossibilitados de participar de licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, na forma da legislação vigente, e aquelas declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;

b) pessoas físicas ou jurídicas que constituíram as pessoas jurídicas que foram apenadas conforme item "a", enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;
c) que não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;
d) as pessoas físicas e jurídicas enquadradas no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
e) que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação;
f) o servidor ou dirigente de órgão ou entidade municipal, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente, sendo que se considera participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista;

6. DO CREDENCIAMENTO

6.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
6.2 O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.
6.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
6.4 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
6.5 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
6.5.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA NO SISTEMA

7.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

7.2 Os licitantes encaminharão exclusivamente pelo sistema, por meio de chave de acesso e senha, proposta com a descrição do objeto/serviço ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio da proposta.

7.2.1 Serão consideradas inválidas as propostas apresentadas por quaisquer outros meios.

7.3 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7.4 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
I - Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
II - Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;
III - Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
IV - Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

7.5 O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
7.5.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
7.5.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
7.5.3 O licitante organizado em sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.6 A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 e 5.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

7.7 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os

documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.8 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

7.9 Ao oferecer sua proposta no sistema eletrônico, o licitante deverá observar rigorosamente a descrição dos itens e considerar as condições estabelecidas no edital e seus anexos, descrevendo as características do objeto/serviço cotado, informando em campo próprio do sistema e o preço ofertado.

7.10 Os preços e os objetos/serviços propostos são de exclusiva responsabilidade da licitante, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.11 Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, fretes e carretos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos objetos ou da prestação de serviços, de forma que o objeto do certame não tenha ônus para o Município de Planalto.

7.12 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

7.13 Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7.14 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.15 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

7.16 A empresa deverá anexar junto com a proposta a PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS (ANEXO IV).

8. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES, NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO

8.1 A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preambulo deste edital, no sítio https://www.gov.br/compras/pt-br .

8.2 Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico ("chat").

8.3 Cabe a licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

8.4 Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível as licitantes, os lances continuara o sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.5 No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação expressa aos participantes no sítio https://www.gov.br/compras/pt-br .

8.6 O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no "chat", os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

8.7 A fase de lances deste Pregão será processada pelo modo de disputa "aberto", conforme procedimento estabelecido no art. 23 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022 e da seguinte forma:

8.7.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

8.7.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrera sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.7.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.8 A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, ressalvado o disposto no item 8.9.

8.9 Durante a etapa de envio de lances, tendo por fundamento o disposto nos arts. 5º, 9º e 11 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá desclassificar a proposta que possa comprometer

000156

a regularidade do certame, a dinâmica da disputa e/ou causar prejuízo a competitividade do processo licitatório, assim compreendidos:

8.9.1 Proposta que apresente objeto em manifesta desconformidade com as características especificadas no edital ou que apresente elemento que possibilite a pronta identificação da licitante;

8.9.2 Proposta com preços manifestamente inconsistentes ou com presunção absoluta de inexequibilidade.

8.10 Será o considerados preços manifestamente inconsistentes quando ofertados valores ou percentuais simbólicos ou irrisórios, claramente incompatíveis com os praticados pelo mercado e estabelecidos no Edital.

8.11 Mediante despacho fundamentado registrado no sistema e acessível a todos, o Pregoeiro apresentara as razoes para a previa desclassificação da proposta, esclarecendo os motivos que ensejaram a decisão em vista do disposto no item 8.9.

8.12 Aberta a etapa de lances, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

8.13 A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

8.14 Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

8.15 Havendo empate entre as ofertas, o sistema aplicará, sucessivamente, o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e, após, se for o caso, os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

8.15.1 Não será aplicado o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 na hipótese estabelecida no § 1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

8.16 Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

8.16.1 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

8.17 Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir o lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

8.17.1 A possibilidade de exclusão de lance inexequível por parte do Pregoeiro não retira da licitante a responsabilidade pelo registro da oferta, ainda que haja erro manifesto.

8.18 Para a formulação dos lances, a licitante deverá observar o intervalo mínimo de **R$ 0,01 (um centavo de real).**

8.19 O critério de julgamento adotado será o de menor preço por **LOTE**.

8.20 Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, nos termos do art. 61 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a licitante mais bem classificada, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.
8.20.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.
8.20.2 Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação.

8.21 NÃO SERÃO ADJUDICADOS VALORES ACIMA DOS VALORES DE REFERÊNCIA ESTABELECIDOS NO TERMO DE REFERÊNCIA CONSTANTE NO ANEXO I DESTE EDITAL.

9 DA CONVOCAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA AO ÚLTIMO LANCE

9.1 O Pregoeiro solicitara a licitante provisoriamente vencedora o envio da proposta de preços formatada de acordo com o Anexo II do edital e devidamente adequada ao último lance, por meio de campo próprio do sistema.
9.1.1 Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio da proposta pelo sistema, será admitido o envio do respectivo arquivo para o e-mail licitacao@planalto.pr.gov.br, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no "chat" a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.
9.1.2 O prazo para envio da proposta e de, no máximo, 02 (duas) horas úteis a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado por igual período e motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstancias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.
9.1.3 Para a contagem do prazo de que trata o item anterior não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.
9.1.4 O Pregoeiro poderá solicitar a apresentação de folders, prospectos e outros documentos ou materiais de divulgação que contenham informações técnicas e detalhamentos acerca dos objetos e/ou equipamentos ofertados, quando for o caso, antes mesmo da apresentação de eventual amostra.
9.1.5 A apresentação dos materiais e documentos a que se referem o subitem 9.1.4 não desonera a licitante da obrigação de apresentar amostras que venham a ser solicitadas.

006158

9.1.6 Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será desclassificada e sujeitar-se-á as sanções previstas neste edital.
9.1.7 A apresentação da proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

9.2 A PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA DEVERÁ SER APRESENTADA contendo, preferencialmente: Razão social ou denominação social, número do CNPJ, endereço completo, com CEP e os números de veículos de comunicação à distância (telefone, e-mail) da empresa, redigida com clareza, sem emendas, rasuras ou borrões, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo representante legal da empresa (se Procurador acompanhado da respectiva Procuração) e conter a descrição completa dos itens/lotes vencidos, quantidade estimada, preço ofertado, prazo de validade da proposta, e conter a declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme modelo de proposta, ANEXO II deste edital.

9.3 A validade da proposta será de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

9.4 A proposta será desclassificada quando:
a) não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
b) apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado para a contratação;
c) não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; e
d) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.
9.4.1 O Pregoeiro poderá realizar diligencias para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir do licitante que ela seja demonstrada, conforme disposto na alínea "c" acima.

9.5 O Pregoeiro examinara a proposta mais bem classificada quanto a compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas no edital e quanto aos preços unitários ofertados, que não poderão o ser superiores aos valores estimados constantes na tabela do Anexo I.
9.5.1 O Pregoeiro poderá promover diligencia destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares a proposta.
9.5.2 Havendo falhas na proposta, o Pregoeiro devera empreender diligencias para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente cera cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

Doc 006159

10 DA FASE DE HABILITAÇÃO

10.1. A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, podendo abranger o Nível I ao VI do Cadastro de Pessoa Jurídica, e da documentação especificada neste edital.
10.1.1. Diante da expiração de validade dos documentos registrados no SICAF referentes aos Níveis III, IV e VI, em relação a aqueles solicitados pelo Pregoeiro, as licitantes deverão apresentar documentação complementar a fim de suprir tais exigências, observado em relação as empresas enquadradas como ME/EPP o disposto no art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

10.2. Para fins de habilitação jurídica, o Pregoeiro verificara a compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas como "objeto social" no ato constitutivo das licitantes, conforme natureza da pessoa jurídica.

10.3. Caso não estejam digitalmente disponíveis no SICAF, em observância ao disposto no item 7.4 deste edital, no ato do cadastramento da proposta, a licitante deverá apresentar a documentação comprobatória dos seguintes requisitos de habilitação:

10.4. A HABILITAÇÃO DO LICITANTE SERÁ AFERIDA POR INTERMÉDIO DOS SEGUINTES DOCUMENTOS:
10.4.1. A documentação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA** consistirá em:
10.4.1.1. No caso de empresário individual: **inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis**, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
10.4.1.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: **ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede.
10.4.1.3. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: **Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI**, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

10.4.2. A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** consistirá em:
10.4.2.1. **Certidão negativa de pedido de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, referente à matriz e, quando for o caso, igualmente da filial licitante, em data não anterior a 120 (cento e vinte) dias da abertura da sessão pública deste PREGÃO, se outro prazo não constar do documento.
10.4.2.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.
10.4.2.3. O balanço patrimonial exigido será limitado ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
10.4.2.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
10.4.2.5. A proponente que é Microempreendedor Individual deverá apresentar a

006150

Declaração Anual do Simples Nacional - DASN SIMEI.

10.4.3. A documentação relativa à **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA** consistirá em:

10.4.3.1. Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;**

10.4.3.2. Prova de inscrição no **Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal**, relativa ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

10.4.3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de **Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União**, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda;

10.4.3.4. Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;

10.4.3.4.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

10.4.3.4.2. Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal**, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;

10.4.3.4.3. Certificado de Regularidade de Situação para com o **Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS);**

10.4.3.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;

10.4.4. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar n.º 123/2006 e alterações.

10.4.5. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, desde que atendidos os demais requisitos do Edital, as empresas nesta condição serão declaradas habilitadas sob condição de regularização da documentação no prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública.

10.4.6. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item supra, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Artigo 90 da Lei nº 14.133/21, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

10.4.7. Na falta da regularização da documentação, no mesmo prazo previsto, a Administração poderá aplicar a multa de 10% (dez por cento) do valor total do objeto licitado pela proponente vencedora da licitação.

10.4.8. Será considerada microempresa aquela que tiver auferido, no exercício social anterior, receita bruta igual ou inferior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), e empresa de pequeno porte aquela que tenha auferido receita bruta superior à R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas posteriores alterações. Sendo comprovada através dos balanços patrimoniais exigidos como comprovação de qualificação econômica no item 10.4.2.2.

10.4.9. A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** consistirá em:
10.4.9.1. Atestado(s) de capacidade técnica em nome da empresa, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público e/ou privado, comprovando o desempenho executado e serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, podendo o Município abrir diligência para verificar a veracidade das informações;

10.4.10. Deverá apresentar ainda as **DECLARAÇÕES:**
10.4.10.1. Declaração Unificada conforme modelo. **(ANEXO III)**;

10.5. O CADASTRO no SICAF, ou Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Divisão de Licitações do Município de Planalto (DESDE QUE VÁLIDO) poderá substituir os documentos indicados nos subitens 10.5.1 a 10.5.3, para a documentação por ele abrangida.
10.5.1. Caso os documentos válidos não estejam disponíveis para consulta e download, o licitante deverá encaminhá-los no prazo da convocação realizada pela Pregoeira.
10.5.2. O prazo para envio dos documentos de que trata o item 10.5.1 e de 02 (duas) horas, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado por igual período e motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstancias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.
10.5.3. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.
10.5.4. Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á as sanções previstas neste edital.

10.6. Será verificado quanto às declarações obrigatórias no momento do cadastramento da proposta se o licitante apresentou via sistema, sob pena de inabilitação:
10.6.1. Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
10.6.2. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.7. O licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos por ele encaminhados.
10.7.1. Havendo dúvida razoável quanto a autenticidade ou em razão de outro motivo devidamente justificado, o Pregoeiro, a qualquer momento, poderá solicitar ao licitante o envio, em original ou por cópia autenticada, dos documentos remetidos nos termos do item anterior.
10.7.1.1. Os originais ou copias autenticadas, caso sejam solicitados, devera o ser encaminhados a Praça São Francisco de Assis, 1583, Centro, Planalto – PR CEP:85.750-000, no prazo estipulado pelo Pregoeiro.

10.8. Caso seja necessário, para fins de confirmação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação, o Pregoeiro, a título de diligencia, poderá solicitar a licitante o envio de documentação complementar, por meio do campo de "anexos" do sistema.

10.9. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a Pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observados os prazos e procedimentos previstos em edital

10.10. Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

11 DISPOSIÇÕES GERAIS DE HABILITAÇÃO

11.1. A confirmação de regularidade perante os órgãos oficiais será realizada junto aos "sites" na INTERNET.

11.2. Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar dentro dos respectivos prazos de validade.

11.3. Para que a licitante seja considerada vencedora, além de ter sua proposta aceita, deverá enviar todos os documentos previstos no edital dentro do prazo estipulado.

11.4. Não serão aceitos documentos em forma de FAX ou equivalente e nem a apresentação de protocolo ou comprovantes de pagamento em substituição a documento solicitado como definitivo.

11.5. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados deverão estar:
I - Em nome do licitante, com número do CNPJ e endereço respectivo.
II - Em nome da sede (matriz), se o licitante for à sede (matriz).
III - Em nome da filial, se o licitante for à filial, salvo aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente forem emitidos somente em nome da sede (matriz).

11.6. A falta de quaisquer documentos ou o descumprimento das exigências previstas nos subitens anteriores implicará a INABILITAÇÃO do licitante e sua consequente exclusão do processo.

11.7. Havendo superveniência de fato impeditivo, fica o licitante obrigado a declará-lo, sob as penalidades legais cabíveis.

11.8. A apresentação da proposta por parte do licitante significa o pleno conhecimento e sua integral concordância e adesão para com as cláusulas deste edital e seus respectivos anexos.

JONI
000163

11.9. Como condição para celebração do Contrato, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação.

11.10. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de classificação e habilitação.

11.11. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

11.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

11.13. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

11.14. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação

12. DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

12.1. Diante da desclassificação ou inabilitação da primeira colocada, o Pregoeiro examinara a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

12.2. Constatado que a licitante detentora da melhor proposta atende as exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de

habilitação ou inabilitação do licitante:

13.4. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.5. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.6. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.7. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.8. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.9. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.10. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.11. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.12 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico https://www.planalto.pr.gov.br/ .

14. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

14.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

14.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

14.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

14.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

14.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

14.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será declarado vencedor.

15.1.1. Se o primeiro proponente classificado não atender às exigências de habilitação, será examinada a documentação do segundo proponente classificado, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até o encontro de uma proposta que atenda a todas as exigências do edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto da licitação.

15.1.2. A adjudicação e a homologação do resultado da licitação são de responsabilidade da autoridade competente, nos termos do art. 71 da Lei nº. 14.133, de 2021.

15.1.3. A homologação do resultado desta licitação não obriga está Administração à aquisição do objeto licitado.

16. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

16.1. Será exigida a garantia da contratação de que trata os artigos 96 e 98 da Lei nº 14.133/2021, sendo que a CONTRATADA apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contado da assinatura do contrato, o comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro, títulos da dívida pública ou, ainda, fiança bancária, em valor correspondente a correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato.

16.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá prever valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato e ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após o término do prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que a CONTRATADA não pague o prêmio nas datas convencionadas, e observadas as disposições do art. 102 da Lei nº 14.133/2021 além das seguintes:

a) A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

b) Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto;

c) Caso ocorrido sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do

sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n° 662, de 11 de abril de 2022 e suas alterações.

16.3. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
b) Multas moratórias e punitivas aplicadas pelo CONTRATANTE à CONTRATADA; e
c) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

16.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do CONTRATANTE, em conta bancária específica por este indicada, com correção monetária.

16.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

16.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

16.7. No caso de alteração do valor do Contrato ou havendo a prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

16.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, prorrogáveis por igual período e de forma justificada, contados da data em que for notificada.

16.9. O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

16.10. O emitente da garantia ofertada pela CONTRATADA deverá ser notificado pelo CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021).

16.11. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do Contrato, através de declaração do CONTRATANTE de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do Contrato e mediante Certidão Negativa de débitos, expedida pela Receita Federal, referente ao objeto contratado concluído, ou após a sua extinção por culpa exclusiva

Boni
006167

da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

16.12. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

16.13. A CONTRATADA autoriza o CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e no Contrato.

17. CONDIÇÕES DO OBJETO, LOCAL E DA EXECUÇÃO

17.1. O prazo de início de execução dos objetos é de até 05 (cinco) dias úteis, após o recebimento da solicitação de contratação emitida pela secretaria municipal requisitante;

17.2. O requerimento formal mencionado no subitem anterior deverá conter as seguintes informações:
a) Identificação da Secretaria municipal solicitante;
b) Identificação dos objetos a serem executados;
c) Quantidade dos objetos;
d) Local e prazo de execução dos objetos;
e) Assinatura do Secretário(a) municipal responsável;

17.3. A CONTRATADA deverá fornecer Uniformes e EPI's em bom estado de conservação, necessários para execução dos serviços;

17.4. A CONTRATADA deverá fornecer os seguintes equipamentos/veículo: 01 veículo para transporte dos funcionários, 04 roçadeiras, 01 motosserra porte médio, 01 moto-poda porte médio, 01 soprador porte médio, serrotes ou tesouras de poda, machado, facão, ferramentas de jardinagens, vassouras de jardim, rastelo, etc;

17.5. Todos os equipamentos/veículo deverão estar em bom estado de conservação e aptos para realização dos serviços, e disponíveis no momento da solicitação da secretaria demandante para execução dos serviços;

17.6. A CONTRATADA deverá manter os equipamentos disponíveis para utilização sempre que solicitados pela CONTRATANTE, devendo disponibilizá-los no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir da solicitação formal dos equipamentos necessários à execução do respectivo serviço;

17.7. A jornada de trabalho será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, cuja distribuição poderá ocorrer de forma flexível, de acordo com a jornada estabelecida pela CONTRATANTE e conforme a necessidade e a demanda dos serviços a serem executados, observados os limites legais aplicáveis;

006168

17.8. Em razão da natureza dos serviços e da necessidade de atendimento às demandas da CONTRATANTE, a jornada poderá ser ajustada e distribuída de maneira diversa ao longo da semana, podendo, quando necessário, ser programada a realização de atividades aos sábados no período da manhã ou após o horário habitual de trabalho, desde que respeitada a carga horária semanal contratada e a legislação trabalhista aplicável;

17.9. As horas eventualmente realizadas além da jornada diária ordinária serão devidamente registradas e poderão ser objeto de compensação mediante banco de horas, conforme programação e necessidade da CONTRATANTE, de modo a assegurar o cumprimento da carga horária semanal de 44 (quarenta e quatro) horas, observados os limites legais e as disposições trabalhistas aplicáveis;

17.10. A definição dos horários e da distribuição da jornada será realizada pela CONTRATANTE, considerando a demanda dos serviços, a necessidade de atendimento e o adequado cumprimento das atividades, devendo a CONTRATADA assegurar a disponibilidade dos profissionais necessários para o atendimento da jornada estabelecida;

17.11. A CONTRATADA será integralmente responsável pelo abastecimento dos veículos e equipamentos acima descritos, incluindo o fornecimento de diesel ou gasolina, combustível adequado ao tipo de veículo ou equipamento utilizado, bem como pela realização de todas as manutenções preventivas e corretivas necessárias, de modo a garantir suas perfeitas condições de funcionamento e a continuidade da execução dos serviços;

17.12. A CONTRATADA deverá fornecer o transporte e armazenamento dos equipamentos, ferramentas, recipientes contendo os combustíveis para os equipamentos, para a execução dos serviços, disponibilizando de veículo próprio;

17.13. A CONTRATADA deverá fornecer o transporte dos profissionais, funcionários, separados dos recipientes contendo os combustíveis para os equipamentos, afim de evitar o risco de periculosidade;

17.14. Para o transporte adequado dos equipamentos e ferramentas para a execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar veículo próprio;

17.15. A CONTRATADA deverá fornecer um preposto/encarregado, posto de trabalho (escritório), para o lote, para atendimento e permanência, quando necessário, dos empregados, com uma pessoa responsável que resida no município de Planalto-PR, comprovando através de um comprovante de residência em nome da pessoa e que comprove o vínculo desta pessoa com a empresa, mediante apresentação de cópia autenticada da anotação da carteira de trabalho ou Ficha de Registro de Empregado quando este não fizer parte do Contrato Social da empresa proponente, ou Contrato de Prestação de Serviços. No caso do componente ser proprietário ou sócio, mediante apresentação de documento que

comprove essa condição;

17.15.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar um preposto responsável pelo acompanhamento da execução contratual e pela interlocução com a Administração Municipal. O preposto não poderá integrar o quadro de profissionais alocados para a execução direta dos serviços objeto da contratação, devendo exercer suas atividades de forma distinta, atuando no atendimento das demandas dos profissionais vinculados ao contrato, na coordenação operacional, na resolução de eventuais ocorrências, no atendimento às solicitações da fiscalização, atuando como encarregado e motorista do veículo próprio da CONTRATADA;

17.15.2. A atuação do preposto/encarregado será de caráter eventual, podendo ser também o motorista do veículo próprio da CONTRATADA, para o transporte dos funcionários, conforme a necessidade da execução contratual, não sendo exigida sua permanência integral no local de prestação dos serviços;

17.16. Responsabilizar-se pelo transporte dos profissionais/funcionários até o local determinado pela secretaria solicitante para dar início a execução dos serviços;

17.17. É facultado à Administração a reformulação dos dias de trabalho, dos horários de entrada e saída, a qualquer tempo, de acordo com as suas necessidades, obedecendo à jornada legal de trabalho para cada profissional, bem como a distribuição das rotinas de trabalho;

17.18. Os serviços de limpeza e conservação deverão ser executados por profissionais qualificados e/ou com experiência;

17.19. A rotina de trabalho dos funcionários poderá sofrer ajustes de acordo com o planejamento de trabalho contemplando limpeza externa, interna e esquadrias, a serem estabelecidas entre a administração e o preposto da CONTRATADA;

17.20. A CONTRATADA deverá, antes do início e durante a execução dos serviços, devidamente identificar, sinalizar e isolar o espaço onde serão realizados os trabalhos, adotando todas as medidas necessárias para garantir a segurança de servidores, usuários, terceiros e demais pessoas que eventualmente circulem pelo local, de modo a prevenir acidentes, danos ou quaisquer outros transtornos decorrentes da execução dos serviços.

17.21. A CONTRATADA deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais.

17.22. A contratação, objeto desta licitação, será vigente por até 12 (doze) meses, tendo início a partir da assinatura da respectiva Ata de Registro de Preços/Contrato, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

18. DAS OBRIGAÇÕES

18.1. São Obrigações da CONTRATANTE:

18.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

18.1.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços por servidor(es) especialmente designado(s), anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

18.1.3. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

18.1.4. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital, seus anexos e Contrato.

18.1.5. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

18.1.6. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente ao preposto ou responsável por ela indicado, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário.

18.1.7. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagem.

18.1.8. Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato;

18.1.9. Observar e aplicar as legislações indicadas neste Edital, bem como as regras aqui estabelecidas;

18.1.10. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após a execução mensal dos objetos e a emissão e apresentação da referida nota fiscal;

18.1.11. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela empresa fornecedora atinentes ao objeto do edital;

18.1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

18.2. São Obrigações da CONTRATADA:

18.2.1. Cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, Edital e Ata de Registro de Preços/Contrato, assumindo como exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

18.2.2. Assumir todas as despesas com transporte até os locais das atividades, bem como despesas com alimentação, uniformes, Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e coletivo, ferramentas, equipamentos, seguros, frete, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais encargos necessários à perfeita execução dos serviços contratados;

18.2.3. Efetuar a execução dos objetos em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, Edital e Ata de Registro de Preços/Contrato;

18.2.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

18.2.5. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à contratante (prédios públicos, equipamentos, instalações, falta de pessoal, etc.) por seus funcionários, desde que comprovada sua responsabilidade;

18.2.6. Fornecer mão de obra capacitada e habilitada, em número suficiente para suprir às necessidades de atendimento ao objeto, sem qualquer ônus adicional à contratante;

18.2.7. Ter seus funcionários registrados em carteira de trabalho – CTPS, conforme as regras da CLT;

18.2.8. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a mesma deve manter rigorosamente em dia todas as obrigações decorrentes da relação de trabalho, com os pagamentos de salários de seus empregados, encargos sociais e previdenciários;

18.2.9. A CONTRATADA deverá fornecer Uniformes e EPI's em bom estado de conservação, necessários para execução dos serviços;

18.2.10. A CONTRATADA deverá fornecer os seguintes equipamentos/veículo: 01 veículo para transporte dos funcionários, 04 roçadeiras, 01 motosserra porte médio, 01 moto-poda porte médio, 01 soprador porte médio, serrotes ou tesouras de poda, machado, facão, ferramentas de jardinagens, vassouras de jardim, rastelo, etc.

18.2.11. Todos os equipamentos/veículo deverão estar em bom estado de conservação e aptos para realização dos serviços, e disponíveis no momento da solicitação da secretaria demandante para execução dos serviços.

18.2.12. A CONTRATADA deverá manter os equipamentos disponíveis para utilização sempre que solicitados pela CONTRATANTE, devendo disponibilizá-los no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir da solicitação formal dos equipamentos necessários à execução do respectivo serviço;

18.2.13. A CONTRATADA deverá entregar ao fiscal do contrato, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, fichas individuais de identificação dos empregados que prestarão serviços, contendo fotografia, nome completo, data de nascimento, filiação, número da Cédula de Identidade, CPF e dados bancários.

18.2.14. A CONTRATADA deverá apresentar os comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale transporte, vale alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado.

18.2.15. Como condição de pagamento, no primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:

18.2.15.1. Relação dos empregados, contendo nome completo, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

18.2.15.2. Comprovação do registro dos empregados admitidos para execução dos serviços e

da anotação de suas respectivas Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS's), bem como inscrição no E-SOCIAL;

18.2.15.3. Exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços.

18.2.16. A CONTRATADA deverá entregar a documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato na fatura correspondente ao mês:

18.2.16.1. Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

18.2.16.2. Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

18.2.16.3. Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

18.2.16.4. Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

18.2.17. A CONTRATADA deverá fornecer 02 (dois) jogos de uniforme completo, sem ônus para seus empregados, a cada período de vigência do contrato e substituí-lo sempre que estes não apresentarem condições de uso.

18.2.17.1. Os conjuntos completos ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 72 horas, após comunicação escrita do contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;

18.2.17.2. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

18.2.17.3. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

18.2.18. A CONTRATADA responsabiliza-se e assume o compromisso de que todos os prestadores de serviços estarão devidamente uniformizados, com calçado adequado ao cargo, camisas e calças confeccionadas em brim ou tecidos apropriado, em modelos e cores a serem previamente aprovados pela fiscalização da contratante, com identificação da empresa contratada e com identificação de "A serviço do Município de Planalto", bem como utilizando os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), bem como vestimentas adequadas em dias de chuva.

18.2.19. A CONTRATADA deverá exigir de seus empregados que vierem a prestar serviços, que trabalhem sempre uniformizados, portando crachá de identificação, fixado em local bem visível, apresentando-se sempre limpos, devendo ser substituído aquele(a) que não cumprir essa exigência.

18.2.20. A CONTRATADA deverá manter a disciplina dos seus empregados nos locais dos serviços.

18.2.21. A CONTRATADA deverá retirar ou substituir, em até 24 (vinte e quatro) horas após a notificação da CONTRATANTE, qualquer empregado que demonstre conduta nociva ou incompatível com aquela esperada pela CONTRATANTE e/ou incapacidade técnica para executar os serviços, sendo vedado o seu retorno para cobertura de faltas, licenças,

dispensas, suspensão ou férias de outros empregados, sendo vedado ainda sua remoção para outro posto de trabalho da contratante.

18.2.22. A CONTRATADA deverá exercer controle sobre assiduidade e pontualidade de seus empregados, responsabilizando-se pela reposição, quando necessário, do empregado impedido por qualquer motivo, de forma a evitar decréscimo no quantitativo de pessoal alocado para execução dos serviços, obrigando-se a dar continuidade aos mesmos, através de esquema de emergência, na ocorrência de greve das categorias profissionais e/ou do transporte coletivo.

18.2.23. A CONTRATADA deverá apresentar relatório simplificado de carga horária, bem como de eventual realização de horas extraordinárias juntamente com cópia de todos os registros de frequência dos funcionários para comprovação.

18.2.24. A CONTRATADA deverá emitir e encaminhar ao fiscal do contrato a fatura correspondente aos serviços executados, bem como a documentação complementar exigida para pagamento.

18.2.25. A CONTRATADA deverá fazer cumprir todas as Normas Regulamentadoras relativas à Segurança e Medicina do Trabalho.

18.2.26. A CONTRATADA deverá fornecer, treinar e tornar obrigatório o uso de equipamentos de segurança para seus empregados.

18.2.27. A CONTRATADA arcará com os eventuais custos de manutenção de máquinas, equipamentos ou veículo, cujo dano tenha sido comprovadamente causado por imperícia ou mal-uso por parte do empregado.

18.2.28. A CONTRATADA deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento de seus empregados acidentados ou com mal súbito.

18.2.29. A CONTRATADA deverá planejar a execução dos serviços de forma que não comprometam o bom andamento da rotina de funcionamento da CONTRATANTE.

18.2.30. A CONTRATADA deverá observar a conduta adequada de seus empregados na utilização dos materiais, equipamentos, instalações objetivando a correta execução dos serviços.

18.2.31. A CONTRATADA deverá responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado, inclusive a terceiros, pela execução inadequada dos serviços.

18.2.32. A CONTRATADA deverá arcar com os danos causados por seus empregados às dependências, móveis e utensílios da CONTRATANTE.

18.2.33. A CONTRATADA deverá assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à prestação dos serviços.

18.2.34. A CONTRATADA deverá responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes dos serviços, tais como: salários, seguros de acidentes, tributos, indenizações, auxílios refeição, auxílios-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo, assumindo a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos legislação social e trabalhista em vigor, bem como pelos encargos fiscais e comerciais, obrigando-se a saldá-los na época própria.

18.2.35. A CONTRATADA deverá manter número de funcionários por função de acordo com o previsto no contrato administrativo.

000174

18.2.36. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA dará ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções, podendo a Contratante fazer a retenção de pagamento se a CONTRATADA incorrer em qualquer inexecução do serviço ou não o tiver prestado a contento.

18.2.37. A CONTRATADA deverá fornecer Uniformes e EPI's em bom estado de conservação, necessários para execução dos serviços;

18.2.38. Constitui responsabilidade da CONTRATADA o abastecimento (diesel ou gasolina) e as manutenções dos equipamentos acima descritos;

18.2.39. Para o transporte adequado dos profissionais, equipamentos e ferramentas para a execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar veículo próprio;

18.2.40. A CONTRATADA será integralmente responsável pelo abastecimento dos veículos e equipamentos acima descritos, incluindo o fornecimento de diesel ou gasolina, combustível adequado ao tipo de veículo ou equipamento utilizado, bem como pela realização de todas as manutenções preventivas e corretivas necessárias, de modo a garantir suas perfeitas condições de funcionamento e a continuidade da execução dos serviços;

18.2.41. A CONTRATADA deverá fornecer o transporte e armazenamento dos equipamentos, ferramentas, recipientes contendo os combustíveis para os equipamentos, para a execução dos serviços, disponibilizando de veículo próprio;

18.2.42. A CONTRATADA deverá fornecer o transporte dos profissionais, funcionários, separados dos recipientes contendo os combustíveis para os equipamentos, afim de evitar o risco de periculosidade.

18.2.43. Para o transporte adequado dos equipamentos e ferramentas para a execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar veículo próprio;

18.2.44. A CONTRATADA deverá fornecer um preposto/encarregado, posto de trabalho (escritório), para o lote, para atendimento e permanência, quando necessário, dos empregados, com uma pessoa responsável que resida no município de Planalto-PR, comprovando através de um comprovante de residência em nome da pessoa e que comprove o vínculo desta pessoa com a empresa, mediante apresentação de cópia autenticada da anotação da carteira de trabalho ou Ficha de Registro de Empregado quando este não fizer parte do Contrato Social da empresa proponente, ou Contrato de Prestação de Serviços. No caso do componente ser proprietário ou sócio, mediante apresentação de documento que comprove essa condição;

18.2.45. A CONTRATADA deverá disponibilizar um preposto responsável pelo acompanhamento da execução contratual e pela interlocução com a Administração Municipal. O preposto não poderá integrar o quadro de profissionais alocados para a execução direta dos serviços objeto da contratação, devendo exercer suas atividades de forma distinta, atuando no atendimento das demandas dos profissionais vinculados ao contrato, na coordenação operacional, na resolução de eventuais ocorrências, no atendimento às solicitações da fiscalização, atuando como encarregado e motorista do veículo próprio da CONTRATADA.

18.2.46. A atuação do preposto/encarregado será de caráter eventual, podendo ser também o motorista do veículo próprio da CONTRATADA, para o transporte dos funcionários,

conforme a necessidade da execução contratual, não sendo exigida sua permanência integral no local de prestação dos serviços.

18.2.47. Responsabilizar-se pelo transporte dos profissionais/funcionários até o local determinado pela secretaria solicitante para dar início a execução dos serviços;

18.2.48. A CONTRATADA deverá, antes do início e durante a execução dos serviços, devidamente identificar, sinalizar e isolar o espaço onde serão realizados os trabalhos, adotando todas as medidas necessárias para garantir a segurança de servidores, usuários, terceiros e demais pessoas que eventualmente circulem pelo local, de modo a prevenir acidentes, danos ou quaisquer outros transtornos decorrentes da execução dos serviços.

18.2.49. A CONTRATADA deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais

18.3. São Obrigações do PREPOSTO:

18.3.1. A CONTRATADA deverá apresentar preposto, posto de trabalho (escritório), para o lote, aceito pelo Município de Planalto, com uma pessoa responsável que resida no município de Planalto-PR, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente, bem como para manter contato com o Gestor do Contrato, devendo apresentar documento constando: nome, nº do CPF, nº do documento de identidade, endereço eletrônico (e-mail), número de telefone móvel, que deverá ficar disponível durante todo o período da jornada de trabalho, além dos dados relacionados à qualificação profissional do preposto.

18.3.2. O preposto deverá residir no município de Planalto-PR e comprovar através de um comprovante de residência em nome da pessoa e que comprove o vínculo desta pessoa com a empresa, mediante apresentação de cópia autenticada da anotação da carteira de trabalho ou Ficha de Registro de Empregado quando este não fizer parte do Contrato Social da empresa proponente, ou Contrato de Prestação de Serviços. No caso do componente ser proprietário ou sócio, mediante apresentação de documento que comprove essa condição.

18.3.3. Na designação do preposto é vedada a indicação dos próprios empregados responsáveis pela prestação dos serviços junto ao Município de Planalto, para o desempenho de tal função.

18.3.4. Em caso de necessidade de substituição de preposto, a CONTRATADA deverá informar a CONTRATANTE previamente.

18.3.5. A CONTRATADA deverá instruir seu preposto quanto à necessidade de atender prontamente a quaisquer solicitações do Município de Planalto, do Gestor do Contrato ou de seu substituto, acatando imediatamente as determinações, instruções e orientações destes, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, devendo, ainda, tomar todas as providências pertinentes para que sejam corrigidas quaisquer falhas detectadas na execução dos serviços contratados.

18.3.6. A atuação do preposto/encarregado será de caráter eventual, podendo ser também o motorista do veículo próprio da CONTRATADA, para o transporte dos funcionários, conforme a necessidade da execução contratual, não sendo exigida sua permanência integral no local de prestação dos serviços.

18.3.7. Responsabilizar-se pelo transporte dos profissionais/funcionários até o local determinado pela secretaria solicitante para dar início a execução dos serviços;

18.3.8. São atribuições do preposto, entre outras:

18.3.8.1. Comandar, coordenar e controlar a execução dos serviços contratados;
18.3.8.2. Acompanhar e fiscalizar os trabalhos realizados pelos empregados da Contratada;
18.3.8.3. Promover o controle da assiduidade e pontualidade dos empregados da Contratada, de acordo com as normas do Município de Planalto-PR;
18.3.8.4. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações, instruções e orientações emanadas das autoridades do Município de Planalto-PR e do Gestor do Contrato;
18.3.8.5. Elaborar, acompanhar e controlar escalas de férias, evitando situações de prejuízo aos serviços contratados;
18.3.8.6. Reportar-se formalmente ao Gestor do Contrato para dirimir quaisquer dúvidas a respeito da execução dos serviços;
18.3.8.7. Relatar formalmente ao Gestor do Contrato, pronta e imediatamente, toda e qualquer irregularidade observada;
18.3.8.8. Encaminhar ao Gestor do Contrato todas as Notas Fiscais/Faturas dos serviços prestados, bem como esclarecer quaisquer dúvidas sobre a questão;
18.3.9. Administrar todo e qualquer assunto relativo aos empregados da Contratada, respondendo ao Município de Planalto por todos os atos e fatos gerados ou provocados por eles.

19. DO PAGAMENTO

19.1. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias após a execução mensal dos objetos, emissão e o recebimento da respectiva nota fiscal.

19.2. Os objetos serão executados provisoriamente, de forma sumária, no ato da execução, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, Edital e Ata de Registro de Preços/Contrato.

19.3. Os objetos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, Edital e Ata de Registro de Preços/Contrato, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

19.4. A execução definitiva ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento do objeto, após a verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação mediante termo detalhado.

19.5. A CONTRATADA deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº 5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais;

19.6. Valor máximo estimado da licitação é de **R$ 597.094,02(Quinhentos e noventa e sete mil, noventa e quatro reais e dois centavos).**

19.7. Os recursos destinados ao pagamento do objeto de que trata o presente edital, são oriundos de Recursos Livres do Município de Planalto. Os recursos orçamentários correrão

por conta da seguinte dotação:

DOTAÇÕES		
Conta da despesa	**Funcional programática**	**Destinação de recurso**
00310	02.103. 04.122.0402.2007	3.3.90.39.00.00.00000
00910	05.116. 15.452.1501.2053	3.3.90.39.00.00.00000
01050	06.119. 26.782.2601.2067	3.3.90.39.00.00.00000

19.8. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fara desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora será o calculados a taxa de 0,5% (meio por cento) ao me s, ou 6% (seis por cento) ao ano.

20. DO REAJUSTE

20.1. O reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, para mais ou para menos, se justifica nas seguintes ocorrências:

20.1.1. Para mais, na hipótese de sobreviver fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do que foi contratado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurado alea econômica (probabilidade de perda concomitante a probabilidade de lucro) extraordinária e extracontratual.

20.1.2. Para menos, na hipótese de o valor contratado ficar superior ao valor de mercado.

20.2. Para a caracterização do pedido de reequilíbrio, a CONTRATADA deverá apresentar no setor de Contratos, a documentação que comprove o pedido de reequilíbrio.

20.3. A iniciativa e o encargo da demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro serão do CONTRATADO, cabendo o MUNICIPIO a análise e deliberação a respeito do pedido.

20.4. A licitante fica ciente de que os lances ofertados durante a sessão são de sua exclusiva responsabilidade, não cabendo reequilíbrio de preços em consequência de altos descontos com o intuito único de ganhar a licitação e posteriormente buscar via revisão do preço aumentar ou regularizar sua margem operacional, sob pena de rescisão do contrato e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

20.5. Se a CONTRATADA não comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro e a existência de fato superveniente, o pedido será INDEFERIDO pelo Município e a Contratada continuará obrigado a cumprir com os compromissos pelo valor arrematado, sob pena de rescisão do contrato e aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

20.6. Para deferimento do reequilíbrio, se ocorrida alguma das situações descritas nos itens acima a CONTRATADA deverá apresentar, a cada mês, Planilha de custos atualizada,

novamente acompanhada de todas as notas fiscais e demais documentos que a justifiquem, sendo que o realinhamento se dará mediante a comprovação do preço pago ao(s) fornecedores(es).

20.7. O Município se reserva no direito de realizar cotação paralela, para averiguar os valores informados nas planilhas supracitadas. E apresentando-se como uma situação confortável, através da troca de fornecedores por parte da empresa, será considerado justificado o pedido, mantendo-se os valores originais.

20.8. A Administração deverá, quando autorizado o reequilíbrio dos preços, lavrar Termo Aditivo com os preços revisados e emitir Nota de empenho complementar para as novas despesas, sendo que a atualização não retroagira a ordens de fornecimento já emitidas.

20.9. O novo preço só terá validade após parecer jurídico e não terá efeito retroativo.

20.10. Da mesma forma, para a realização de reequilíbrio econômico do contrato para menos, a Administração deverá comprovar a queda dos preços através de juntada de planilha de composição de custos e/ou cotações de preços de mercado.

20.11. O reajuste de preço será admitido caso a vigência do contrato ultrapasse o período de 12 (doze) meses, contados a partir da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir.

20.12. O reajustamento dos preços praticados no contrato utilizará o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ou outro índice que venha a substituí-lo.

21. CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS / CONTRATO

21.1. As obrigações decorrentes deste **PREGÃO** consubstanciar-se-ão no **TERMO DE CONTRATUAL/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta consta como **Anexo VI** deste Edital.

21.2. Uma vez homologado o resultado da licitação pela Autoridade Superior, o licitante vencedor será convocado, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis após o ato convocatório, para assinatura do Instrumento Contratual.

21.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão para a assinatura do Instrumento Contratual, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura por meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

21.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período,

006179

quando, durante o seu transcurso, for solicitado pelo licitante convocado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo órgão gerenciador.

21.4. A recusa injustificada do fornecedor classificado em assinar o Instrumento Contratual, dentro do prazo estabelecido pela Administração, ensejará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das penalidades estabelecidas em lei ou no presente instrumento convocatório.

21.5. Para assinatura do Instrumento Contratual, esta deverá ser realizada pelo representante legal da adjudicatária (diretor, sócio da empresa ou procurados), mediante apresentação do contrato social e procuração, na hipótese de nomeação de procurador, e cédula de identidade do representante.

21.6. Para assinatura do Instrumento Contratual, Ata de Registro De Preços/Contrato, a CONTRATADA deverá:

21.6.1. Comprovar o vínculo de trabalho do preposto designado para a execução dos serviços, devendo comprovar obrigatoriamente sua vinculação com a CONTRATADA, mediante apresentação de cópia autenticada da anotação da carteira de trabalho ou Ficha de Registro de Empregado quando este não fizer parte do Contrato Social da empresa proponente, ou Contrato de Prestação de Serviços. No caso do componente ser proprietário ou sócio, mediante apresentação de documento que comprove essa condição;

21.6.2. Comprovação de residência do preposto, no município de Planalto-PR, comprovando através de um comprovante de residência em nome da pessoa.

22. DAS MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a Ata no prazo estabelecido no item 21.1 caracterizara o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitara a multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato ou da Ata, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei e no instrumento convocatório.

22.2. As licitantes subsequentes, na hipótese de aceitarem a convocação e, posteriormente, recusarem-se a assinar o contrato ou a Ata, ficara o também sujeitas as sanções referidas no item 22.1.

22.3. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) Der causa a inexecução parcial do contrato;

b) Der causa a inexecução parcial do contrato que cause grave dano a Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) Der causa a inexecução total do contrato;

d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

22.4. Serão aplicadas a CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
I - Advertência, quando a CONTRATADA der causa a inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que na o se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
IV - Multa:
1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
1.a. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas clausulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" ate "h" do caput da Clausula Nona, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do caput da Clausula Nona, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
5. Compensatória, para infração descrita na alínea "b" do caput da Clausula Nona, a multa será de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do contrato.
6. Compensatória, para a infração descrita na alínea "a" do caput da Clausula Nona, a multa será de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato.
7. Compensatória, para infrações descritas na alínea "d" do caput da Clausula Nona, a multa será de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato.

22.5. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

22.6. Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021), sendo que a somatória das multas previstas acima não poderá ultrapassar ao percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor

Boni
000181

total do contrato.

22.7. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa da CONTRATADA no prazo de 15 (quinze) dias uteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

22.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE a CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se houver, ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

22.9. Previamente ao encaminhamento a cobrança judicial, a diferença da multa não descontada das faturas devidas pelo CONTRATANTE a CONTRATADA poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

22.10. Se os valores das faturas forem insuficientes ou inexistentes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância de multa aplicada no prazo de 30 (trinta) dias, contados da comunicação oficial.

22.11. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e para grafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

22.12. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
b) As peculiaridades do caso concreto;
c) As circunstancias agravantes ou atenuantes, como o caráter educativo da pena e a reincidência de transgressões por parte da CONTRATADA;
d) Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

22.13. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

22.14. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a pra tica dos atos ilícitos

previstos neste contrato ou para provocar confusa o patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas a pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica previa (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

22.15. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias uteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos as sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), conforme art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021, assim como as sanções serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR).

22.16. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

23. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

23.1. Fica assegurado ao Município de Planalto o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

23.2. A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

23.3. Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

23.4. A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

23.5. A nulidade da contratação opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

23.6. Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

23.7. A revogação ou anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

30
006183

23.8. A autoridade competente para anular ou revogar a licitação é o Prefeito Municipal de Planalto - PR.

24. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

24.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

25. DAS RETENÇÕES TRIBUTÁRIAS

25.1. O Município de Planalto realizará todas as retenções tributárias a que for legalmente obrigado.

25.2. O Município de Planalto fará as retenções do imposto de renda na fonte sobre todos os rendimentos pagos a qualquer título pelo ente público municipal, nos termos da Instrução Normativa nº. 1234/2012 da Receita Federal, a qual consolida o entendimento acerca da amplitude e efeitos do inciso I do artigo 158 da Constituição Federal de 1988.

25.2.1. As alíquotas a serem aplicadas são aquelas previstas nos anexos da IN RFB nº. 1234/2012, e atualizações posteriores, editada nos termos do artigo 64 da Lei Federal nº. 9.430/96, aplicado por extensão aos pagamentos realizados por esta Municipalidade.

25.2.2. As hipóteses de retenção do IR na fonte e deduções na base de cálculo deverão ser informadas nos documentos fiscais apresentados pelas empresas contratadas, bem como as hipóteses de dispensa de retenção, nos termos da IN RFB nº. 1234/2012.

25.2.3. As retenções serão realizadas no momento do pagamento dos valores decorrentes da prestação dos serviços contratados/fornecimento dos objetos ou serviços contratados, uma vez atestados e liquidados, mediante recolhimento aos cofres municipais, nos termos do inciso I do artigo 158 da Constituição Federal de 1988.

25.3. A licitante contratada deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº 5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais.

26. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO

26.1. Caberá aos gestores e fiscais designados pela autoridade competente do Município

006184

promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento dos ajustes decorrentes do contrato ou da Ata.

26.2. A CONTRATADA deverá indicar preposto, durante o período de vigência, para representa -lá sempre que for necessário.

27. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

27.1. O resultado e demais atos do presente certame será divulgado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná através do endereço eletrônico **www.diariomunicipal.com.br/amp/**, e no Portal de Transparência do Município através do endereço eletrônico **www.planalto.pr.gov.br/.**

27.2. As normas disciplinadoras desta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que a interpretação não viole a lei e não comprometa o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

27.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

27.4. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pela pregoeira.

27.5. Será facultado à Pregoeira ou à autoridade superior, em qualquer fase do pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive parecer técnico à Secretaria requerente do certame com relação aos objetos/serviços cotados, bem como solicitar aos órgãos competentes, elaboração de parecer técnico destinado a fundamentar a decisão.

27.6. A Pregoeira poderá, ainda, relevar erros formais, ou simples omissões em quaisquer documentos, para fins de habilitação e classificação da proponente, desde que sejam irrelevantes, não firam o entendimento da proposta e o ato não acarrete violação aos princípios básicos da licitação e não gerem a majoração do preço proposto.

27.7. As licitantes devem acompanhar rigorosamente todas as fases do certame e as operações no sistema eletrônico, inclusive mensagem via chat, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem enviada ou emitida pelo Sistema ou de sua desconexão, bem como será responsável pela apresentação dos documentos solicitados nos prazos previstos.

27.8. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.

Boni
000185

27.9. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

27.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal na Prefeitura Municipal de Planalto-PR, exceto quando explicitamente disposto em contrário, espeitadas as disposições do art. 183 da Lei nº. 14.133, de 2021.

27.11. Fica assegurado à Município Planalto o direito de revogar a licitação por razões de conveniência e oportunidade, ou anulá-la em virtude de ilegalidade insanável, nos termos do art. 71, da Lei nº. 14.133, de 2021.

27.12. A anulação do procedimento licitatório induz a da Ata de Registro de Preços, ressalvado o disposto no Art. 148, da Lei n°14.133, de 2021.

27.13. O resultado da licitação será divulgado pelo Portal COMPRASGOV através do site http://www.comprasgovernamentais.gov.br e estará disponível junto a Divisão de Licitações do Município de Planalto.

27.14. No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização do Pregão, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

27.15. É obrigação da proponente observar e acompanhar rigorosamente os editais, todas as fases do certame e comunicados oficiais divulgados conforme item anterior, ler e interpretar o conteúdo destes, desobrigando totalmente o órgão licitador, por interpretações errôneas ou inobservâncias.

27.16. A proponente deverá indicar à Pregoeira todos os meios de contato (telefone/endereço eletrônico (e-mail), para comunicação, e obriga-se a manter os dados devidamente atualizados durante todo o decurso processual. Será de sua inteira responsabilidade o retorno imediato de todos os atos comunicados, os quais serão considerados recebidos, não lhe cabendo qualquer alegação de não recebimentos dos documentos.

27.17. A pregoeira não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município de Planalto, quanto do emissor.

27.18. Incumbirá ao Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem enviada e emitida pelo Sistema ou de sua desconexão.

27.19. Caso o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de lances

da sessão pública, e permanecendo acessíveis aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem o prejuízo dos atos realizados.

27.20. Se a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10min (dez minutos), a sessão pública será suspensa e só poderá ser reiniciada após decorrido, no mínimo 24h (vinte e quatro horas), após a comunicação do fato aos participantes em campo próprio no sistema eletrônico.

27.21. CASO A ETAPA DE LANCES ULTRAPASSE O HORÁRIO DE EXPEDIENTE, O PREGÃO SERÁ SUSPENSO E RETORNARÁ NO HORÁRIO INFORMADO PELA PREGOEIRA VIA CHAT.

27.22. Não havendo expediente, ocorrendo qualquer fato superveniente, ou mesmo indisponibilidade no Sistema ComprasGov que impeça a realização do certame na data e horário marcado, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

27.23. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

27.24. EM CASO DE DIVERGÊNCIA, EM RELAÇÃO AO DESCRITIVO CONSTANTE NO EDITAL E NO PORTAL COMPRASGOV PREVALECERÁ O DESCRITIVO DO EDITAL.

27.25. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o Foro da Comarca de Capanema - PR.

27.26. Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente pregão serão resolvidos pelo Pregoeiro.

27.27. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

ANEXO I	Termo de Referência - Especificações Técnicas e Condições de Fornecimento;
ANEXO II	Modelo Padrão de Proposta Comercial;
ANEXO III	Modelo de Declaração Unificada;
ANEXO IV	Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços
ANEXO V	Modelo de Minuta de Ata de Registro de Preços;
ANEXO VI	Modelo de Minuta de Contrato.

Planalto – PR, .. de setembro de 2026.

.....

LUIZ CARLOS BONI
PREFEITO MUNICIPAL